

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANGELINA RAQUEL PINA SILVA

O JORNAL *A MANHÃ*, OLIVEIRA VIANNA E A ALEMANHA NACIONAL  
SOCIALISTA

NITERÓI  
2016

ANGELINA RAQUEL PINA SILVA

O JORNAL *A MANHÃ*, OLIVEIRA VIANNA E A ALEMANHA NACIONAL  
SOCIALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História Social da Universidade  
Federal Fluminense, como requisito para a  
obtenção do título de Mestre em História Social.  
Área de concentração: História Contemporânea II

Orientadora: Prof. Dra. DENISE ROLLEMBERG CRUZ

NITERÓI

2016

O jornal *A Manhã*, Oliveira Vianna e a Alemanha Nacional Socialista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Social.  
Área de concentração: História Contemporânea II.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Denise Rollemberg Cruz – Orientadora

PPGH-UFF

---

Prof. Dra. Giselle Martins Venâncio – Arguidora

PPGH-UFF

---

Prof. Dra. Rebeca Gontijo – Arguidora

UFRRJ

NITERÓI

2016

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Denise Rollemberg que com sua atenção, tranquilidade e ótimos conselhos me ensinou que é necessário rigor e dedicação à pesquisa mas, o amor pela profissão faz uma grande diferença.

Agradeço ao prof. Daniel Aarão Reis, com quem tive a oportunidade de ter minha primeira bolsa de iniciação científica, e também à Faperj, que a concedeu. Este foi um dos meus primeiros passos na minha formação como pesquisadora.

Na Casa de Oliveira Vianna realizei meu primeiro estágio e minha primeira pesquisa que resultou em uma monografia, e que, agora, se desdobra em uma dissertação. Desta forma agradeço imensamente todos os funcionários da Casa por sua colaboração e atenção, em especial à Patrícia Araújo, diretora da Casa enquanto fui estagiária ali.

Agradeço à minha família, especialmente meu pai, Carmelindo, e minha mãe, Iêda, que sempre me incentivarem a encarar desafios, me cercando, mesmo que distantes, de todo amor e cuidados necessários para isso. À Ana, Lud e Del, meus irmãos, eu agradeço por todo carinho e apoio, por serem suporte enquanto estive estudando, desde a época da escola. Vocês são meus amores e sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Agradeço aos meus amigos por me encherem de coragem e por sempre me confortarem. À Priscila e Tomás eu agradeço pelos petiscos, risadas e abraços apertados... Vinícius, meu sábio amigo, obrigada por todas as conversas, obrigada por incentivar meu crescimento profissional e, principalmente, o espiritual. Ao meu querido Danieleu agradeço por me mostrar a beleza da vida e o potencial curativo da amizade. Ao Alexandre eu agradeço por ter me mostrado o valor de um amigo sincero. E, ao Luciano, eu agradeço por ser mais que um amigo, agradeço por ser um companheiro, agradeço pelo humor e amor, pela paciência, pela dedicação, por me fazer acreditar nos meus sonhos e me levar a ver que eu possuo força e competência para realiza-los.

## RESUMO

O presente trabalho é uma análise sobre as relações entre a trajetória do sociólogo Francisco José de Oliveira Vianna e os seus artigos escritos sobre o nacional socialismo alemão, publicados em 1943 no jornal “A Manhã”. Busca-se refletir sobre as ligações entre esse intelectual, o Estado Novo e a imprensa, levando em conta o contexto marcado pela entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial e de uma aproximação cada vez maior no plano das relações internacionais com os Estados Unidos da América.

**Palavras-Chave:** Oliveira Vianna, nazismo, II Guerra Mundial, Estado Novo.

## **ABSTRACT**

The present work is an analysis of the relationship between the trajectory of the sociologist Francisco José de Oliveira Vianna and his articles written about the German National Socialism, published in 1943 in the newspaper "A Manhã". The object is to reflect on the links between this intellectual, the New State and the press, considering the context marked by the entrance of Brazil in the 2nd World War and an international relations with the United States.

**Keywords:** Oliveira Vianna, Nazism, World War II, the New State.

## SUMÁRIO

<b>Índice de Imagens</b> .....	8
<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo I:</b> O jornal “A Manhã”.....	13
1.1 O A <i>Manhã</i> : colaboradores, estrutura, diagramação, responsáveis, cadernos especiais e repercussão.....	14
1.2 A cobertura da Segunda Guerra Mundial feita pelo jornal.....	31
1.3 Análise da Guerra através dos artigos dos intelectuais do A Manhã....	39
1.3.1 Os artigos de Afonso Arinos de Melo Franco.....	40
1.3.2 Os artigos de Cassiano Ricardo.....	53
<b>Capítulo II:</b> Oliveira Vianna e a Alemanha Nacional Socialista.....	62
2.1 Os artigos sobre nazismo para o jornal “A Manhã” .....	63
2.2 Análise dos artigos.....	81
<b>Capítulo III – A Construção da memória sobre Oliveira Vianna: das críticas ferrenhas à retomada dos estudos sobre o intelectual e sua obra</b> .....	99
3.1. A construção da memória sobre Oliveira Vianna.....	99
3.1.1. Oliveira Vianna e o autoritarismo.....	100
3.1.2. Os críticos mais ferrenhos e a condenação do pensamento de Vianna.....	104
3.2. A Construção da Casa de Oliveira Vianna: a memória positiva sobre o sociólogo..	114
3.3. Vianna como simpatizante do Fascismo italiano e do Nazismo Alemão.....	117
3.4. A retomada dos estudos sobre a obra de Vianna e seu resgate como intérprete do Brasil.....	123
<b>Conclusão</b> .....	126

<b>Fontes</b> .....	128
<b>Bibliografia</b> .....	133

## ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 – Capa do primeiro exemplar do suplemento <i>Autores E Livros</i> .....	22
Figura 2 – Primeiro exemplar do suplemento <i>Pensamento da América</i> .....	23
Figura 3 – Capa do primeiro exemplar do jornal <i>A Manhã</i> .....	24
Figura 4 – Coluna <i>Nomes do Dia</i> era publicada diariamente.....	25
Figura 5 – Quarta página do jornal <i>A Manhã</i> onde eram publicados artigos de dois intelectuais, em duas grandes colunas, a cada dia.....	28
Figura 6 – Chamada do primeiro artigo de Oliveira Vianna sobre nazismo no <i>A Manhã</i> .....	64
Figura 7 - O sociólogo no jardim de sua casa.....	82



## INTRODUÇÃO

No ano de 2012, durante a graduação, passei a estagiar na *Casa de Oliveira Vianna*<sup>1</sup>, um museu que se localiza na Alameda São Boaventura nº41, Fonseca, Niterói, endereço da residência onde o sociólogo viveu e “que guarda as marcas de sua vida, os vestígios materiais de sua existência, o espaço onde estão materializados os artefatos que permitem a construção de sua memória”.<sup>2</sup> Lá podemos encontrar seus pertences, sua biblioteca, anotações nos chamados *papagaios*<sup>3</sup>, correspondências, documentos, fotografias e artigos publicados em jornais e revistas. Foi nesse estágio que passei a conhecer a produção intelectual de Vianna<sup>4</sup> e, conseqüentemente aquilo que havia sido escrito sobre essa mesma produção, antes e após o seu falecimento em 1951<sup>5</sup>.

Esse foi um período riquíssimo em pesquisas, surpresas e descobertas que somente o contato com as fontes no arquivo pode proporcionar. A mais instigante dessas descobertas ocorreu enquanto mapeava os artigos escritos por Vianna e publicados em jornais ao longo da década de 1940. Foi através desse mapeamento que

---

<sup>1</sup>Sobre a *Casa de Oliveira Vianna*, acessar o site da Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro (disponível em: [www.cultura.rj.gov.br/espaco/casa-de-oliveira-vianna](http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/casa-de-oliveira-vianna), acesso em: 20 nov. 2012). Cf. também Venâncio (2003).

<sup>2</sup>VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*, RJ: UFRJ, 2003, p. 151.

<sup>3</sup>Pedaços de papel nos quais Vianna escrevia suas ideias para depois transformá-las em textos coesos escritos com a caligrafia, que fez com que Monteiro Lobato sugerisse que comprasse uma máquina de escrever.

<sup>4</sup>Um importante mapeamento da produção intelectual de Vianna por ser encontrado em: Venâncio (2003), especialmente o capítulo 4, intitulado “A obra publicada de Oliveira Vianna”.

<sup>5</sup>Existe uma vasta produção bibliográfica debruçada sobre o pensamento de Oliveira Vianna. Destaco aqui alguns desses títulos: Alves Filho (1971); Bastos e Morais (1993); Carvalho (1998); Faria (2002); Gomes (2009); Longo e Nogueira (1981); Madeira (1999).

tive o meu primeiro contato com o livro *Oliveira Vianna: vulnerabilidades da crítica*, escrito pelo amigo e ex-secretário do sociólogo, Marcos Almir Madeira<sup>6</sup>. Este, ao lado de outros ex-alunos de Vianna da Faculdade de Direito de Niterói, é identificado pela historiadora Giselle Venâncio como um dos indivíduos responsáveis, após a morte de Vianna, pela constante atuação com vistas a construir uma memória positiva tanto de sua obra, quanto de sua trajetória<sup>7</sup>. O interessante desse livro, é que nele Madeira tenta rebater algumas das críticas feitas ao trabalho intelectual de Oliveira Vianna e – isso é o que mais me chamou atenção – republica seis artigos que versavam sobre a Alemanha nazista, publicados originalmente no jornal *A Manhã*, em 1943.

A partir daí, o que se seguiu foi uma varredura para descobrir mais informações sobre esses artigos e, se possível, encontrar outros que tratassem da mesma temática. Como estagiava no museu e esse tipo de pesquisa já fazia parte das atividades que vinha realizando, resolvi procurar no acervo da instituição. Fiz uma busca também nos próprios jornais da época, utilizando o acervo de periódicos digitalizados da Biblioteca Nacional<sup>8</sup>. Ao término da pesquisa, encontrei mais três artigos sobre a Alemanha de Hitler que, assim como os seis integrantes do livro de Marcus Almir Madeira, haviam sido também publicados no *A Manhã*, em 1943.

Em minhas pesquisas na *Casa de Oliveira Vianna*, procurei correspondências, rascunhos, livros e por qualquer outro material que pudesse ter ligação com os artigos sobre Alemanha nazista. Encontrei alguns formulários sobre imigração que Vianna estava ajudando a construir, o que indica que o interesse de Vianna pela Alemanha nazista não nasceu em 1943, quando publicou os artigos do *A Manhã*. Possivelmente, já

---

<sup>6</sup>MADEIRA, Marcos Almir. *Oliveira Vianna – Vulnerabilidade da crítica*. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro 1999.

<sup>7</sup>VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*, Op.cit, p.16. O trecho a que me refiro encontra-se na nota de rodapé nº2.

<sup>8</sup>Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br/](http://www.hemerotecadigital.bn.br/)

vinha realizando pesquisas sobre a cultura alemã para elaborar estudos sobre a imigração no Brasil.

Entre as correspondências, procurei cartas que pudessem ter sido enviadas por membros do *A Manhã* e encontrei uma carta de Cassiano Ricardo, na qual ele convidava Vianna para escrever um texto de vinte páginas sobre *A política corporativista no Brasil*. Contudo, sobre encomenda de artigos que tratassem do “perigo alemão” não encontrei nenhuma. Talvez algumas cartas tenham se perdido, mas é certo que ele mantinha contato, mesmo que à distância, com o corpo editorial do jornal governista, já que o *A Manhã* foi um dos periódicos para o qual ele mais escreveu.

Entre os chamados *papagaios*, encontrei anotações com temas que aparecem nos artigos sobre o nazismo: “imigração”, “arianos”, “Alemanha”... Esses *papagaios* podem ter sido utilizados para escrita dos textos. Busquei também na sua biblioteca particular, livros que pudessem ter sido utilizados para escrever os artigos. Sobre fascismo italiano encontrei um número significativo de livros<sup>9</sup>, alguns deles em italiano, espanhol e francês. Mas, sobre o nazismo encontrei apenas dois, entre eles uma versão alemã da primeira metade do século XX do *Mein Kampf*, escrito por Adolf Hitler. Além do livro de Hitler, encontram-se na biblioteca o seguinte título: *A Ditadura Fascista na*

---

<sup>9</sup>Os títulos encontrados são: LOJACONO, Luigi. *Le corporazioni fasciste*. Milano, Ulrico Hoepli Editore, 1935.; MUSSOLINI, Benito. *La dottrina del Fascismo*. Firenze, G. C. Sansoni Editore, 1937.; MUSSOLINI, Benito. *Spirito della rivoluzione fascista*. Milano, Ulrico Hoepli Editore, 1938.; *L'organizzazione fascista dei lavoratori dell'industria 1936-1937*, Roma, 1938.; *L'organizzazione fascista dei lavoratori dell'industria 1934-1935*, Roma, 1936.; e Louis Rosenstock - Franck. *La economía corporativa fascista, doctrinal y práctica. Sus orígenes históricos y su evolución*. Traducción del francés por Florentino M. Torner. Madrid, 1934.; TASSINARI, Giuseppe. *A economia fascista*. (tradução do italiano di E. Pisani) Roma: Laboremus, 1937.; ESCHMANN, Ernest Wilhelm. *El Estado Fascista em Italia*. (Tradução do alemão por Rafael Luengo Tapia). Barcelona – Buenos Aires: Editorial Labor, S.A, 1931.; ROUX, G. *Organização do Estado Novo Italiano (Estudo de Direito Político)*. São Paulo: Saraiva & Cia. Editores, 1937.; BUOZZI, B. et NITTI, V. *Fascisme et syndicalisme*. traduit de l'italien par Stefan Priacel. - Paris : Librairie Valois, 1930.; *Centre International d'Études sur le Fascisme*.(CINEF) – Études – trisième année 1930. Paris, Editions Albert Mechelinc.; CIANETTI, Tullio. *Il popolo nel Fascismo*. Milano: Mondadori, 1938.; COSTAMEGNA, Carlo. *Storia e dottrina del Fascismo*. UTET, Torino, 1938.; FLORA, Federico. *La politica economica e finanziaria del fascismo:(ottobre 1922 - giugno 1923)*.Milano : Imperia, 1923. Alguns desses livros possuíam anotações de Oliveira Vianna.

*Alemanha* de Piatnitski. O livro parecia ter sido muito manuseado, embora não possuísse nenhuma anotação de Vianna.

Essa ausência de livros sobre o nazismo, na biblioteca particular do sociólogo, é estranha, sobretudo, se levarmos em conta a propriedade com que escreveu sobre essa temática em seus artigos. Provavelmente, isso possa ser explicado através da construção da *Casa de Oliveira Vianna* após a sua morte, onde seus pertences foram reorganizados por amigos e parentes com o intuito de construir uma memória do intelectual, sobretudo, em resposta às pesadas críticas de outros intelectuais renomados no meio acadêmico e da consolidação de uma memória negativa sobre sua atuação no Estado Novo e sobre sua obra.<sup>10</sup>

Pretendemos nesta dissertação analisar os artigos de Oliveira Vianna no *A Manhã* bem como a história do jornal e a memória construída sobre este sociólogo fluminense. Assim, veremos no primeiro capítulo, como o jornal *A Manhã* foi construído, suas principais características, seus colaboradores, como ele cobriu a guerra e que quem foram os outros intelectuais escrever sobre a Segunda Guerra Mundial. No segundo capítulo analisaremos os artigos de Oliveira Vianna sobre o nazismo alemão, a doutrina nacional socialista e o tema da imigração alemã no sul do Brasil. Por fim, no terceiro capítulo, a análise centra-se na construção da memória sobre o intelectual fluminense, isto é, os agentes e os mecanismos dessa construção.

---

<sup>10</sup>Sobre a *Casa de Oliveira Vianna*, Cf. VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*, Op.cit. Já sobre as críticas ao seu trabalho e sua obra, Cf. CARVALHO, José Murilo. “A Utopia de Oliveira Viana” in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 4, Nº 7, 1991 e BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.

## CAPÍTULO I: O JORNAL A *MANHÃ*

Tânia Regina De Luca definiu da seguinte maneira os elementos essenciais que devem estar presentes nos trabalhos daqueles que lidam com a história da imprensa ou que utilizam periódicos como fonte:

Noutros termos, não é a presença ou ausência de certos elementos invariáveis que define a natureza da publicação, mas a análise articulada dos objetivos, natureza do conteúdo e sua estruturação interna, presença/ausência de material iconográfico, formas de utilização e sentidos adquiridos no interior do periódico, público alvo, responsáveis e colaboradores é que permite discernir o lugar ocupado pela publicação seja na história da imprensa, seja em relação aos veículos contemporâneos.<sup>11</sup>

O principal objetivo deste capítulo é apresentar uma análise detalhada do que foi o jornal *A Manhã*: como e por qual motivo foi fundado; como foi a repercussão de estreia; como era estruturado o jornal; como ele cobriu a guerra; quem eram seus responsáveis e colaboradores; qual era seu público alvo; e, finalmente, como outros intelectuais, além de Oliveira Vianna, narraram e analisaram o conflito mundial para os leitores do jornal.

*A Manhã* tem sido utilizado em estudos tanto por historiadores, como por cientistas políticos e teóricos literários, uma vez que o jornal é fonte importante de análise da propaganda política do Estado Novo e da trajetória de intelectuais que com ele colaboraram, compartilhando das ideias de Getúlio Vargas durante o período

---

<sup>11</sup> LUCA, T. R. de. As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas (Trabalho Completo em CD ROM). IV Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho. In: IV Encontro Nacional de História da Mídia. A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura, 2006, São Luis do Maranhão/MA. Anais do 4o Encontro Nacional de História da Mídia. São Luis/MA: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 1. p. 1-13

ditatorial. Porém, a maioria desses estudos utiliza-se de seus artigos e notícias, sem, contudo, analisar o periódico como tal.

A análise deste veículo de comunicação é importante para a melhor compreensão dos artigos de Oliveira Vianna pois, além deste ser o jornal que mais publicou textos seus na década de 1940, todos os dias da breve duração do *A Manhã* foram marcados pela cobertura do conflito que envolveu os países Aliados (Estados Unidos da América, França, Inglaterra, URSS e outros) contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), conflito que é ponto de partida para as análises apresentadas nos artigos do sociólogo.

A seguir, analisaremos, portanto, os artigos sobre a guerra escritos por outros intelectuais no periódico para traçarmos comparações com os artigos de Vianna e, assim, localizarmos entre os intelectuais que colaboraram com *A Manhã* possíveis divergências ou convergências de posições a respeito da guerra e das questões nela envolvidas

### **1.1 O *A Manhã*: colaboradores, estrutura, diagramação, responsáveis, cadernos especiais e repercussão.**

A preocupação do governo Vargas em difundir suas políticas e construir uma imagem diferenciada do presidente não nasceu somente após Golpe de 1937<sup>12</sup>. Várias medidas já vinham sendo tomadas desde 1931. Mas aqui, destacaremos o papel do jornal *A Manhã*, e, para tal, falaremos brevemente sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado no Estado Novo, mais especificamente em 1939.

O papel deste órgão era controlar os veículos de informação, a saber: jornais, revistas, rádio, cinema, teatro e literatura. O objetivo era silenciar os opositores do

---

<sup>12</sup> FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 16.

regime, difundir a doutrina do governo, promover e zelar pela a imagem de Getúlio Vargas.<sup>13</sup> Além disso, o DIP tinha o poder de ordenar a prisão de jornalistas e o fechamento de jornais e revistas. Contudo, houve, entre os homens de imprensa, quem se beneficiasse do novo momento político:

Se por um lado há periódicos que reagem ao discurso hegemônico, sofrendo em consequência sanções, há também aqueles que se beneficiam das cercanias do poder. Para conseguir o apoio irrestrito não faltam expedientes os mais diversos, como isentar os jornalistas de Imposto de Renda e subsidiar inteiramente o papel da imprensa para os jornais que apoiam o governo.<sup>14</sup>

Marialva Barbosa aponta ainda que a imprensa era vista no período como uma intermediária entre o governo e o povo, além trabalhar na consolidação de um projeto cultural.

Através das publicações oficiais do regime, como a revista *Cultura Política* (direção de Almir de Andrade) e o jornal *A Manhã* (direção de Cassiano Ricardo), é possível ter-se uma dimensão da eficiência do Estado na montagem do seu projeto cultural. As publicações surpreendem pela sua capacidade organizativa em termos editoriais e intelectuais.<sup>15</sup>

Sendo assim, os jornais e revistas funcionavam como instrumentos formadores de mentalidades. Os intelectuais fizeram parte do projeto e, por meio dos jornais como o *A Manhã*, funcionaram como educadores do povo brasileiro.

O jornal, durante a década 1920, pertencia a Geraldo Rocha e teve como diretores, Mário Rodrigues e, posteriormente, Adolfo Porto.<sup>16</sup> Em 1929 a produção foi interrompida e só entre maio e novembro de 1935, sob direção de Pedro Motta Lima, é que a publicação iria ser retomada. Nestes meses, contudo, o jornal esteve vinculado ao

---

13 Idem.

14 BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.111.

15 VELLOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987, p.40.

<sup>16</sup>NEVES, Lidia Lopes. *Pensamento da América: intelectualidade e Estado Novo em um projeto comungado*. Florianópolis, SC, 2013. P.38

Partido Comunista do Brasil (PCB). Devido a essa vinculação, foi fechado pelo governo Vargas em 1935, momento no qual já havia iniciado sua política de combate ao comunismo<sup>17</sup>. Em 1940, *A Manhã* é incorporado, juntamente com a Companhia Estrada de Ferro de São Paulo – Rio Grande, através do Decreto-Lei nº2073, às Empresas Incorporadas do Patrimônio da União.<sup>18</sup> O jornal, então, deixou às bancas e só foi reabilitado no ano seguinte.

*A Manhã* foi pensado pelos homens do governo e criado, em 1941, com o objetivo claro de difundir em meio à população os feitos e realizações da ditadura de Vargas e também de divulgar o seu posicionamento sobre os mais diversos assuntos da primeira metade da década de 1940. Como afirma Marieta de Moraes Ferreira, “embora mantida sob o controle da censura, a imprensa nunca foi verdadeiramente favorável ao governo”.

Depois da instauração do Estado Novo, Getúlio Vargas designa o coronel Luís Carlos da Costa Neto (superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União) e André Carrazzoni (diretor do jornal *A Noite*, pertencente às Incorporadas) como responsáveis pelo levantamento de nomes de possíveis chefes para um jornal que fosse completamente favorável às suas ideias. Nessa lista o nome de Cassiano Ricardo se destaca, e ele – contando com a colaboração de Múcio Leão, no cargo de vice-diretor – passa liderar uma grande equipe distribuída em sucursais nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do país e com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Cassiano se aventurou em várias áreas: foi advogado, poeta, historiador e jornalista. Contudo, em todas elas podemos extrair momentos que mostram seu comprometimento com a construção de um projeto cultural, político e social que fosse

---

<sup>17</sup> NEVES, Lidia Lopes. *Pensamento da América: intelectualidade e Estado Novo em um projeto comungado*. Florianópolis, SC, 2013. P.38

<sup>18</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.122.



considerado verdadeiramente brasileiro e moderno, algo compartilhado por outros intelectuais e que recebeu o nome de “verde-amarelismo”. Esse projeto de Cassiano Ricardo chegou até as páginas do *A Manhã* sendo perceptível principalmente através da forma como a cultura é apresentada para os leitores e através dos discursos dos intelectuais.

O verde-amarelismo foi um movimento criado por intelectuais paulistas, durante a década de 1920, que, sob o tema "Originalidade ou Morte!", defendeu o rompimento com a cultura europeia para a formatação de uma cultura, considerada por eles, verdadeiramente brasileira. A partir da década de 1930, o grupo se divide e cada parte seguiu um caminho distinto: os integralistas, liderados por Plínio Salgado, iriam defender a aplicação de uma proposta política baseada no fascismo; já o grupo Bandeira, de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Monteiro Lobato, Paulo Prado, Mário de Andrade e Candido Mota Filho, partilhavam da ideia de que o autoritarismo era necessário na defesa da autonomia, da cultura e do território nacionais.

Alguns destes intelectuais adquiriram cargos importantes durante o Estado Novo, sendo considerados ideólogos e porta-vozes do regime. Cassiano Ricardo, que já havia se tornado “imortal” ao entrar Academia Brasileira de Letras em 1937, esteve à frente do Departamento de Divulgação Política-Cultural da Rádio Nacional e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo.<sup>19</sup> Como dissemos anteriormente, ele também dirigiu o jornal *A Manhã*, mas não se ateve apenas à função burocrática, escreveu dezenas de artigos sobre literatura e política.

O primeiro destes textos assinados por Cassiano Ricardo foi publicado no número de estreia<sup>20</sup>, em 09 de agosto de 1941. Nele o diretor traça os objetivos do periódico: nascia para combater as ideologias *forasteiras*, colaborando para a “formação

---

<sup>19</sup>[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cassiano\\_ricardo](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cassiano_ricardo)

<sup>20</sup>RICARDO, Cassiano. “‘A Manhã’ e seu programa”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 09/08/1941.

de uma consciência brasileira”<sup>21</sup>. Claramente a favor do governo, se autoproclamando “o pensamento brasileiro”<sup>22</sup>, o jornal colocava como meta lutar contra o “pessimismo dos falsos profetas”<sup>23</sup> que, segundo Cassiano Ricardo, faziam análises desastrosas com base somente na conjuntura internacional, sem atentar para os avanços empreendidos pelo governo entre 1930 e 1940.

Neste texto, ele ainda diz que o intelectualismo, mal visto pelo liberalismo pois, considerado prática ociosa, seria muito valorizado pelo jornal. A *Manhã* acolheria todos intelectuais, pois estes tinham uma função social clara de educar a população. Valorizar este aspecto é o que tornaria o Brasil diferente dos regimes liberais e totalitários. Para cumprir este objetivo, o jornal contaria com a colaboração de intelectuais de renome das primeiras décadas do século XX: Gilberto Freyre, Cecília Meireles, José Lins do Rego, Manuel Bandeira e Francisco Campos, para citar apenas alguns.

Aliás, Francisco Campos<sup>24</sup>, jurista mineiro cujo pensamento político pretendeu conferir legitimidade a regimes autoritários como o Estado Novo e a ditadura militar de 1964, escreveu um texto publicado na mesma página em que encontramos o artigo de Cassiano Ricardo, anteriormente citado. Em a *Função Social da Imprensa*, são traçadas as linhas gerais da imprensa brasileira do período.<sup>25</sup> Segundo o autor, tanto em regimes totalitários quanto naqueles que asseguram as liberdades do indivíduo, a imprensa funciona como instrumento de conservação do poder. Segundo ele, as ideias de qualquer governo precisam de ser veiculadas nos jornais, se quisesse que a massa as executasse.

---

<sup>21</sup>Idem.

<sup>22</sup>Idem.

<sup>23</sup>Idem

<sup>24</sup> Francisco Campos (1891-1968), natural da cidade mineira de Dolores do Indaiá, pertencia a uma poderosa família mineira e passou toda a sua vida envolvido em cargos políticos. Pelo seu estado foi deputado Estadual em 1917, Deputado Federal em 1921, Secretário da Educação de Minas Gerais, em 1927 e Secretário do Interior de Minas Gerais, em 1930. Ocupou os cargos federais de Ministro da Educação e da Saúde, em 1931, foi Consultor-Geral da República; Ministro Interino da Justiça, em 1932 e Ministro da Justiça, de 1937 a 1942.

<sup>25</sup>CAMPOS, Francisco. “A função social da imprensa”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 9/08/1941.

Campos afirma ainda que a imprensa tinha uma função pública e por isso ela deveria colaborar para a conservação do Estado e para a construção do bem público. Ela deveria interpretar para o governo os anseios do povo e ser capaz de difundir entre os brasileiros as ideias e ações do governo, construindo, assim, um espírito nacional coeso e equilibrado. O autor termina este pequeno texto desejando que o jornal seja um defensor do Brasil:

A força, a grandeza e a glória da pátria nascem todos os dias do trabalho, do pensamento e do amor de seus filhos. Que seja cada linha escrita, cada ideia defendida neste jornal, um ato de fundação do Brasil, um ato de amor e de fé nos destinos do Brasil – tal é o meu desejo, tal é a minha esperança.<sup>26</sup>

A *Manhã* nascia com o objetivo de responder a todos os anseios expostos nos artigos de Francisco Campos e de Cassiano Ricardo citados acima. A tentativa de se afastar de qualquer outro tipo de governo e definir o governo brasileiro como sendo experiência à parte e não totalitária também esteve presente nos artigos de Cassiano Ricardo. Já no artigo de Francisco Campos, também percebemos essa diferenciação, porém ele busca naqueles regimes o exemplo de uma experiência exitosa para ser aplicada no país e, assim, ajudar na divulgação de ideias e fortalecimento do regime.

A equipe que esteve à frente do jornal optou por uma estrutura moderna para atrair a atenção do público, amplo e diverso. De uma forma geral, adotava um linguagem direta e os textos, bastante minuciosos e pedagógicos.

Além de contar com a colaboração dos homens e mulheres de letras na página quatro do jornal, Cassiano Ricardo ainda dispunha em sua equipe de intelectuais como as de Múcio Leão, Ribeiro Couto e Nélio Reis, redatores do periódico.

Com tantos escritores renomados entre seus funcionários e colonistas, a repercussão da estreia não poderia ter tido menos êxito. O jornal recebeu saudações da

---

<sup>26</sup>Idem.

Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que, através de Herbert Moses, elogiou não só o jornal como seu diretor, Cassiano Ricardo, que, segundo o presidente da ABI, seria o responsável por garantir um futuro glorioso para o jornal<sup>27</sup>.

Além da ABI, outras instituições, como o Departamento de Imprensa e Propaganda de São Paulo e a Associação Brasileira dos Compositores e Autores lançaram notas com críticas positivas sobre a primeira edição do *A Manhã*.

Vários veículos de comunicação elogiaram o surgimento de mais um jornal no mercado jornalístico. O próprio *A Manhã* reuniu ao longo da semana de estreia algumas dessas notas de boas-vindas enviadas pelos jornais *A Noite*, *O Globo*, *A Gazeta*, *Jornal do Comércio*, *O Estado de São Paulo*, *O Jornal e Correio do Povo*, *Correio da Manhã*, entre outros.

Na tarde do dia 11 de agosto de 1941 Cassiano Ricardo ofereceu um brinde à criação do jornal e a essa comemoração compareceram, além do superintendente e diretor do *A Noite*, os redatores e figuras como Afonso Arinos de Melo Franco, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Casper Libero (diretor de *A Gazeta* de São Paulo).<sup>28</sup>

O *Correio da Manhã*, um dos jornais de maior circulação do período, publicou as seguintes palavras sobre o periódico dirigido por Cassiano Ricardo:

A feitura de *A Manhã* é rigorosamente moderna, sem chegar aos exageros do sensacionalismo. Dizer que vem preencher uma lacuna é que não seria expressão moderna, mas deve acentuar-se que vem ocupar, com galhardia um lugar de relevo na imprensa brasileira, instalada na capital do país.<sup>29</sup>

O *Globo* também lançou nota sobre a estreia do *A Manhã* e sobre a aparência estética do jornal:

O artigo de apresentação que Cassiano Ricardo, tão vibrante poeta como vigoroso prosador, nos dá dentro da folha que não é apenas, pelo feitio de sua paginação e características gráficas, uma surpresa

---

<sup>27</sup>“Inaugura-se a biblioteca municipal de Alegrete”. *A Manhã*, 09.08.1941, p.20

<sup>28</sup>“O aparecimento do ‘A Manhã’”. *A Manhã*, 12/08/1941, p.2

<sup>29</sup> Idem

dos olhos e um sistema de acomodações novas, porque é sobretudo um sabor diferente para o espírito, reflete por certo um punhado de tendências e ideias de vida e giro palpitantes.<sup>30</sup>

A diagramação acompanhava a tendência dos jornais do período. Eles utilizavam uma quantidade considerável de fotos, rotogravuras e mapas, e tudo isso a um preço acessível. O *A Manhã*, por ser um periódico subsidiado pelo governo, podia ser vendido a um preço razoável, o que o tornou fácil de ser consumido pelo público. Com isso um número maior de pessoas pôde ter acesso aos textos elaborados pelos porta-vozes do governo.

*A Manhã* contava com um amplo noticiário telegráfico dos estados e parcerias com jornais do exterior, autorizando a reprodução de notícias internacionais. Era comum encontrar notícias de jornais do exterior traduzidas e publicadas no *A Manhã*. Assim, visava a atrair o público não só pelo preço, colaboradores ou estética, mas também pela qualidade e exclusividade de informações internacionais em um período de guerra.

Outra estratégia para atrair público era a publicação de cadernos especiais lançados semanalmente e vendidos juntamente com o exemplar diário. O projeto inicial do jornal previa a publicação de um suplemento voltado para o público infantil que receberia o título de *A Manhazinha*. Ele ficaria sob a responsabilidade de Cecília Meireles, mas tanto este projeto quanto o que previa o lançamento de um suplemento de rotogravuras não tiveram êxito.

Já o suplemento *Autores e Livros*, dirigido por Múcio Leão, teve sucesso e já foi objeto de pesquisa tanto de estudiosos do campo da História quanto de Letras.

*Autores e Livros* começa a circular com um alentado número de páginas – cerca de 15 ou 20 -, propondo-se ser um instrumento coordenador de toda a vida intelectual do país. Grosso modo, pode-se entender que o suplemento dividia-se em duas partes, sendo a primeira

---

<sup>30</sup> Idem

a mais importante, como seria óbvio. Nela, a cada domingo homenageava-se um autor considerado relevante na trajetória cultural do país, compondo-se, dessa forma, ao longo do tempo, uma galeria de nomes e de obras indicativas “do que se deveria ler para conhecer o Brasil”.

A segunda parte não tinha uma estrutura tão nítida. Sua intenção dominante, contudo, pode ser descrita como a divulgação de novos talentos.<sup>31</sup>

Através dele, foram divulgados não só livros, como também se apresentaram aos leitores pequenas biografias de autores brasileiros.

Figura 1 – Capa do primeiro exemplar do suplemento *Autores E Livros*



<sup>31</sup>GOMES, Angela Maria de Castro. *História e Historiadores*. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.



Outro projeto exitoso foi o dirigido por Rui Ribeiro Couto, *Pensamento da América*, diante da necessidade do governo de responder às pressões estadunidenses de frear a influência alemã no país, incentivando o público a conhecer e consumir a cultura produzida nas Américas.

Figura 2 – Primeiro exemplar do suplemento *Pensamento da América*



Fonte: *A Manhã*, 19 abr. 1942

Cada edição do jornal era composta por dezesseis páginas. Porém o que foi às bancas no dia 09 de agosto de 1941, pelo fato de ser o exemplar de estreia, apresentou cerca de dez páginas além do habitual. Normalmente o jornal era tematicamente organizado da seguinte maneira: notícias do Brasil, notícias do mundo, colunas de intelectuais, notícias locais, cultura, assuntos trabalhistas, coluna social, coluna educacional, comércio, notícias das Forças Armadas, notícias dos ministérios, classificados e esportes.

A página inicial era dividida em duas partes principais: do lado direito, ficavam as “Notícia de todo Brasil” e, do lado esquerdo, as notícias da guerra, acompanhadas de mapas mostrando a situação da Europa ou fotos dos líderes das grandes potências envolvidas no conflito.

Figura 3 – Capa do primeiro exemplar do jornal *A Manhã*





Fonte: *A Manhã*, 09.08.1941

Na página seguinte o público tinha acesso às “Notícias de todo o Brasil”, cobrindo os acontecimentos de todo o território nacional. Na mesma página separada para as notícias nacionais, havia pequenos espaços dedicados a duas colunas permanentes, uma intitulada os “Nomes do dia”, outra “Perguntas Nacionais”.

Figura 4 – Coluna *Nomes do Dia* era publicada diariamente

## NOMES DO DIA

### D. DARCY VARGAS

**O** NOME da primeira dama do Brasil está em toda parte, onde quer que haja uma necessidade a suprir, um anúncio, to a lenir. Do Norte ao Sul do país, nestes dez anos, por atos de escola, bondade, se foi tornando mem-



bro de uma grande família — a família dos que sofrem. A cidade da sua infância, a bragança da sua honra e a nobre disciplina dos seus atos, tornaram-na, em todos os lares, aquela para quem há sempre um lugar de honra nos corações.

Tem sido a confidente de todas as generosas senhoras que, no longo dos séculos, representaram para uma legião de brasileiros aquilo que as mães atuais podem chamar de caráter, o nome que elas trazem de longe, bebendo, sorrendo ou ilhos dormiam, e lá por fora, o vento ainda a cavalgar as nuvens.

Ela cometeu a obra, infinitamente brasileira de seu homem espuro. Tem as suas leis, os seus deveres, os seus dilemas — os do exercício. A obra de assistência que ela realiza, particularmente, ericilmente, nunca ninguém saberá, porque não deixa vestígios materiais, apenas um rasto luminoso na memória. A obra, que ainda pelo jornais, é tão vasta e linda que não caberia num palmo de página apressada. Quem quiser saber, não deve procurar a todos os humilhões do Brasil. Toda a criança pobre já recebeu um presente de suas compadres mãe; todas as mães aflitas já sorriram de agradecimento no dia em que avocaram o seu nome, tomado familiar pelo milagre da bondade!

### GUSTAVO CAPANEMA

**A** REVOLUÇÃO de 1938, projeto no primeiro plano, nos quadros da vida e do pensamento brasileiro, nenhuma figura que hoje aí está, trabalhando e realizando uma obra de real libertação brasileira. Entre estas figuras, tem um lugar incomparavelmente seu o Sr. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública.

Na personalidade desse homem

Se. Gustavo Capanema, nasceu em Minas Gerais, quando do ainda muito novo. Cada dia, uma das secretarias de Estado, no governo de sua terra, e foi seguindo a seus estudos econômicos a fazer o conhecido no Brasil.

Quando, mais tarde, veio para o Ministério da Educação, trouxe bem desenvolvidas, pelo espírito, as qualidades naturais do seu espírito.

A partir que lhe coube na administração do Sr. Getúlio Vargas a relação a seus complexos, aliado que nenhum problema se resolve no Brasil de importância que tem o problema da educação, e sobretudo o problema da saúde. O Brasil é um vasto hospital, dando, resumindo, em condições ineficazes, um grande espírito pensativo. Outros conselhos clamam em seus métodos, que demonstram a relevância que esse grande problema da saúde apresenta ao Brasil.

Pela é de um e é de outro desses dois pontos problemáticos, que se multiplicam em tantos outros, que o Sr. Gustavo Capanema tem tratado atenciosamente a cada um deles, na medida que que possível e na medida dos recursos de que dispõe. Nunca os seus métodos de trabalho de que se utiliza, com a calma e a serenidade que caracteriza o que vem sendo o esforço, e a que vem sendo as realizações do Sr. Gustavo Capanema em sua terra.

Outro traço, haverá a por um destaque na personalidade do Sr. Ministro da Educação, e esse traço que ele sente pela inteligência e por todas as coisas que se prendem à inteligência. Não faz, entretanto, provas a atenção permanente que o Sr. Capanema dedica nos assuntos de ensino, procurando resolver as dificuldades com que arcam todos os que vivem dessa profissão; seu entusiasmo e a dedicação de suas ideias — sejam livros como a obra de Heidegger, sejam livros mais recentes, ou as lições de Alfonso de Guzman, que o Ministério da Educação deu há três anos em Belo e no Rio de Janeiro, e os livros de Heidegger, que o Sr. Manuel Bandeira organizou, estudando as fases racionais e parciais de nossa poesia.

O fato de ser transcorrido domingo passado o aniversário natalício do Sr. Gustavo Capanema, deu-lhe

### ROOSEVELT

**F** RANKLIN Delano Roosevelt, a presidente dos E. U., desde criança, nasceu na propriedade Hyde Park, em 30 de janeiro de 1882. Filho de James Roosevelt falecido em 1900, e de Sara Delano e descendente direto, na oitava geração, de Chase Hartness, um dos senhores que procedem da Holanda por volta de 1649, chegou a Nova América, onde contraiu casamento com sua primeira esposa. Do seu núcleo nasceram cinco filhos, o mais velho dos quais, Nelson, nasceu em Nova Amsterdã, em setembro de 1888, estabeleceu-se em seguida a Europa (Holr. Kingston) e Nova York. Do segundo filho de Nelson de nome Johnna, descendia o presidente Theodor Roosevelt. Do filho de Nelson, Jacobus ou James, nasceu em 1902, deca a filha Franklin Delano Roosevelt, por Isaac, nascido em 1796; James nasceu em 1866; Isaac, nascido em 1898, que adquiriu propriedade de Hyde Park e James (1881-1949). Diplomado por Harvard em 1908, entrou a escola de direito de Columbia, e foi admitido a advogar no foro. Em 1910 foi eleito para o Senado Estadual de Nova York. Designado a Convenção Democrática Nacional de Baltimore, depois a candidatura de Woodrow Wilson, que o designou, em 1912, para ser Mério adjunto da marinha. De julho a setembro de 1915 foi parte dos serviços de inspeção do exército estadunidense americano na Europa, durante a guerra, e sua consequente demobilização das tropas americanas de janeiro a fevereiro de 1919. Na Convenção Nacional Democrática de St. Francisco, realizada em julho de 1920, foi indicado para vice-presidente na chapa com Jane Cox. Apesar da campanha do governador de Nova York, Alva Smith, Roosevelt e derrotado e voltou ao exercício da advocacia em Nova York. Em agosto de 1921, quando se achava na sua casa de campo de Campbelle, em Nova Brunswick, e estava de peritela infantil, seu filho nasceu e jogador de tenn Roosevelt logo estabeleceu-se completamente em Warm Spring, Em 1925, o filho governador do Estado de Nova York e reeleito




Fonte: A Manhã, 12.08.1941

Na coluna “Nomes do dia”, havia a cada nova edição cerca de três nomes de homens e mulheres considerados valorosos e, conseqüentemente, pelo governo. Uma pequena biografia contendo as principais ações dessas pessoas era apresentada com a respectiva ilustração do seu rosto. Getúlio Vargas foi o escolhido para inaugurar este espaço do jornal e, após a figura com o rosto e texto sobre os seus feitos, foram destacados os nomes de Alcântara Machado, Rabindranath Tagore e Salvador de Mendonça. E, ao longo da primeira semana do periódico, o leitor ainda foi apresentado a nomes como os de Gonçalves Dias, Júlio Dantas, Darcy Vargas, Gustavo Capanema,

Roosevelt, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Lorde Halifax, Marechal Pétain, Euclides da Cunha, Winston Churchill, General Eurico Gaspar Dutra, Fagundes Varela e Walt Disney.

Todos esses nomes deixam transparecer quais eram as figuras internacionais bem vistas pelo periódico e que mais contribuía para a vida cultural nacional.

A presença dos nomes de Darcy Vargas e Alzira Vargas do Amaral Peixoto nesta coluna, logo na primeira semana, também demonstra outro traço do Estado Novo, o personalismo político. O culto à pessoa do presidente incluía seus familiares, construindo, assim, a imagem de um líder próximo do seu povo.

Getúlio era encarado/visto como peça fundamental na realização de um projeto nacional de modernização, que se fortalecia principalmente pelo investimento governamental em radiodifusão, propaganda, revistas e jornais impressos, como o *A Manhã*. Objetivava-se divulgar sua política e assim criar uma certa estabilidade para um governo estabelecido por meio de um golpe. O personalismo foi um dos principais alvos da crítica de pesquisadores que, a partir da década de 1950, começaram a estudar as origens do *populismo*<sup>32</sup> no Brasil e formas de superá-lo.

---

<sup>32</sup>Angela de Castro Gomes em seu artigo intitulado O populismo e as ciências sociais no Brasil estuda o populismo brasileiro através da história dos conceitos, não se atendo a um fenômeno da realidade específico, seu objetivo é delinear a trajetória do mesmo. O marco inicial do artigo é a década de 1950, quando os cientistas sociais passaram a se debruçar sobre as estruturas de poder nacional. O primeiro grupo identificado pela historiadora foi o chamado Grupo de Itatiaia, que acreditava que por serem intelectuais de vanguarda teriam a capacidade de identificar e solucionar através de projetos políticos os diversos problemas nacionais. Um dos principais problemas para estes seria a emergência de uma política populista no Brasil. Para a resolução desta questão se mostrava necessário entender quais eram as condições fundamentais para o aparecimento deste fenômeno, que segundo eles viria da combinação de três fatores: 1- A existência de uma massa amorfa, passiva e sem consciência de classe; 2- uma elite em crise de hegemonia, com perda de seu poder de exemplaridade e representatividade ; 3- um líder carismático, que transcenderia partidos e fronteiras sociais, unindo os interesses da elite e dos trabalhadores. Com o movimento militar de 64 passa-se a estudar mais o populismo dando ênfase para investigação das razões do golpe, estando essas intrinsecamente ligadas ao esgotamento do populismo. Fica clara então a periodização: 1930 seria o marco inicial e 1964 seria o esgotamento da experiência com a deposição de João Goulart. Outro grupo estudado por Gomes é o de intelectuais paulistas da década de 1970, do qual ela destaca o nome de Francisco Weffort. Para ele o populismo seria fruto da necessidade de se aproximar forças difíceis de serem articuladas: setores industriais, classes médias urbanas e camponeses. Outro ponto importante do trabalho de Weffort é que a relação entre Estado e população seria marcada pela necessidade daquele de aproximar a massa para adquirir legitimidade e estabilidade em um período de incertezas, só que isso através da manipulação. Ao mesmo tempo que exerce função

Já a coluna “Perguntas brasileiras”, localizada na mesma página da coluna “Nomes do dia”, destinava-se a responder às perguntas sobre história feitas pelos leitores. Historiadores “diariamente disponíveis alertando a memória da nossa gente sobre fatos interessantes da vida brasileira”<sup>33</sup>, respondiam aos questionamentos.

A página quatro era uma das mais importantes do jornal pelo fato de funcionar como espaço da intelectualidade brasileira, cumprindo, assim, o compromisso de Cassiano Ricardo, em seu primeiro artigo para o jornal. Com o tempo, o periódico passou a anunciar nas capas os nomes dos artigos e dos respectivos autores presentes na página 4 naquele dia.

Afonso Arinos de Melo Franco e o próprio Cassiano Ricardo [†] foram intelectuais que, assim como Oliveira Vianna, tiveram textos publicados na página 4 [do jornal], inclusive tecendo comentários sobre a guerra. Vianna foi, contudo, aquele que mais artigos escreveu sobre a Alemanha.

Figura 5 – Quarta página do jornal *A Manhã* onde eram publicados artigos de dois intelectuais a cada dia, em duas grandes colunas.

---

coercitiva ele também atende a demandas da população criando nestes uma obediência cega. Outro autor citado por Angela é Regis de Castro Andrade .

<sup>33</sup> “Perguntas brasileiras”. *A Manhã*, 09.08.1941,p.2.





Fonte: A Manhã, 09.08.1941

José Lins do Rego, Roquete Pinto, Ribeiro Couto, Alcides Maya, Azevedo Amaral, Menotti Del Picchia, Cecília Meireles, Gilberto Freyre e Heitor Muniz são outros intelectuais que contribuíram para essa página. Os temas eram os mais diversos possíveis. Cecília Meireles, por exemplo, teve alguns contos ali publicados. Heitor Muniz dissertou sobre defesa nacional e os perigos do comunismo. Gilberto Freyre escreveu alguns artigos sobre história do Brasil. José Lins do Rego se dedicou à cultura nacional, especialmente à literatura.

A quinta página era normalmente destinada a notícias e artigos sobre cinema, teatro, rádio e música. Foi nela que Vinícius de Moraes publicou artigos e críticas sobre

cinema, chegando a afirmar que, além da música, só a sétima arte, lhe trazia sensação de plenitude.<sup>34</sup> Além de confessar a paixão pelo cinema, ele convidou os leitores a deixar de lado seus sentimentos de inferioridade para serem incentivadores e admiradores de bons críticos de cinema que, segundo ele, já existiam em nosso país.<sup>35</sup> Fica nítido, mais uma vez, como os intelectuais eram figuras de autoridade em vários assuntos e assumiam a responsabilidade de incentivar a população a apreciar os talentos nacionais e a cultura brasileira.

As páginas seis a treze possuíam um teor mais técnico e eram mais explícitas na intenção de funcionarem como um canal direto entre o governo e o povo<sup>36</sup>. Em uma delas os leitores teriam espaço para realizar consultas sobre questões trabalhistas e se informarem sobre ações do Ministério do Trabalho. Também encontrariam comentários sobre jurisprudência e teriam acesso a notas de processos em andamento. Essa seção [página] possuía o nome de “Palavras ao trabalhador” e recebeu elogios de alguns sindicatos, como o Sindicato Ferroviário do Rio de Janeiro, que enviou telegrama à redação do jornal especialmente para elogiar a sua criação<sup>37</sup>.

Essa seção do jornal integrava um projeto maior que pretendia valorizar o trabalho e do trabalhador. Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, foi uma figura importante para a construção de um elo entre o presidente e os trabalhadores, principalmente a partir de 1942. Segundo Angela de Castro Gomes,

durante praticamente todo o seu período ministerial – de janeiro de 1942 a junho de 1945 – Marcondes falou semanalmente pelo rádio, realizando mais de duzentas palestras. No dia seguinte ao seu pronunciamento, portanto todas as sextas-feiras, o jornal oficial do Estado Novo – *A Manhã* – publicava o texto, que assim podia ser mais bem fixado pelo público.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> MORAES, Vinícius. “Credo e Alarme”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 09.08.1941, p.5

<sup>35</sup> Idem

<sup>36</sup> Eram também as páginas nas quais se encontrava maior número de propagandas.

<sup>37</sup> “O aparecimento d’A Manhã”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10.08.1941, p.2.

<sup>38</sup> GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005

No que diz respeito ao trabalhismo, a historiadora se contrapõe à visão utilitarista de que a população ofereceria obediência política em troca de ganhos materiais. O pacto trabalhista construído ao longo da Primeira República e consolidado nos primeiros anos da década de 1940 é uma interação entre Estado e classe trabalhadora, onde nenhum dos dois é uma totalidade harmônica, estando sempre em estado de continua mudança. O conceito de populismo estava fortemente atrelado à ideia de Estado manipulador de um povo passivo, que nem chegava a ser classe, por não ter organização nem consciência da opressão que sofriam. Nesta perspectiva, o povo era transformado em objeto; sem voz, sem ação e sem consciência: seres bestializados. Em *A Invenção do Trabalhismo*<sup>39</sup>, Castro Gomes rejeita o conceito de populismo, utilizando-se do conceito trabalhismo, pressupondo, por meio dele, outro tipo de relação entre o Estado e os trabalhadores.

Na página 8, há uma espaço para se discutir a educação, preocupação central do Estado Novo. Havia uma coluna permanente sobre ensino, intitulada “Professores e estudantes”. Nela, podia-se perceber, de forma simplificada, a visão de educação do regime veiculada por meio do jornal:

Entende-se por educação tudo quanto se refere ao adestramento, ao aperfeiçoamento físico, intelectual, e moral do homem, de modo a adapta-lo às condições do meio em que vive, tornando-o útil – e se possível também agradável a si mesmo e aos seus semelhantes.<sup>40</sup>

A valorização da força física e o adestramento do corpo são endossados na página seguinte na qual é ressaltada a importância da Educação Física e o que se devia fazer para utilizá-la de forma mais eficiente: “A educação física é uma necessidade fisiológica, e constitui um fator de desenvolvimento, de conservação da saúde, de bem estar, de alegria, precisando, pois, ser colocada num plano de destaque”.<sup>41</sup> As páginas

---

<sup>39</sup>Idem

<sup>40</sup>“Professores e estudantes”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 09.08.1941, p.8

<sup>41</sup> “Educação Física”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 09.08.1941,p.9

dedicadas à questão da educação, especialmente nessa seção específica, demonstram a preocupação de instruir não só os estudantes, mas principalmente os professores, principais veículos da concretização dos ideais educacionais do Ministro Capanema.<sup>42</sup>

Nas últimas páginas do jornal, o leitor encontrava as seguintes seções: informes dos departamentos governamentais, das secretarias e dos ministérios; os classificados; esportes; e notícias gerais.

A página de esportes sempre dava destaque ao futebol, mas a variedade de informações sobre outras modalidades esportivas chama bastante atenção. Esportes como remo, atletismo, basquete e hipismo encontravam ali o seu lugar.

Por fim, a última página do jornal era composta de notícias gerais do Brasil e do mundo, sendo que, em várias edições, a guerra ocupou a maior parte dessa página com mapas, fotos, telegramas e reportagens de correspondentes.

## **1.2 A cobertura da Segunda Guerra Mundial pelo jornal**

O tema da guerra atravessou várias dessas seções dos jornais. Na página quatro, o conflito aparecia não só no texto dos intelectuais como também nas pequenas notas, sem assinatura, que separavam a coluna de um escritor da do outro.<sup>43</sup> Em uma delas, intitulada *Poesia e Guerra*, o autor considera que a poesia não era mais encontrada naquele momento de guerra, porque ela não se misturaria ao horror daqueles acontecimentos: “É melhor que a poesia fique no seu silêncio de Bela Adormecida, deixando que os homens se esfaquelem e se destruam com as armas e máquinas que inventaram para o seu aniquilamento.”<sup>44</sup> Porém, a nota termina com a esperança de que

---

<sup>42</sup> Este assunto será melhor trabalhado no próximo capítulo.

<sup>43</sup> Geralmente eram dois textos assinados por dois intelectuais diferentes.

<sup>44</sup> “A poesia e a guerra”, *A Manhã*, 09.08.1941, p.4



a poesia ressurgisse por meio de poetas que tentavam romper esse “cerco à poesia”, escrevendo justamente sobre os dramas da guerra.<sup>45</sup> Os intelectuais e a literatura possuem tanto prestígio no período que ora se lhes confere a pureza que os impediria de se misturar à destruição da guerra ora são tratados como redentores das nações em conflito.

As partes destinadas às notícias nacionais também cediam espaço para a guerra. Aliás, não poderia ser diferente, já que o conflito impactou não só as relações exteriores do Brasil como como trouxe desdobramentos para a vida econômica e política do país.<sup>46</sup>

Desde antes da inauguração do Estado Novo, Alemanha e Estados Unidos vinham disputando influência sobre a América Latina. O Brasil, já neste período, mantinha de maneira pragmática boas relações comerciais com ambos os lados. Com os Estados Unidos, porém, a relação sempre foi mais próxima. Desde 1935 o Brasil mantinha um acordo comercial que reduzia as tarifas alfandegárias sobre os produtos americanos e brasileiros. Já com a Alemanha desde 1936 era realizado um comércio de compensação, no qual exportávamos produtos como algodão, tabaco e café, e importávamos manufaturados.

O comércio Brasil-Alemanha cresceu sem interrupção entre 1936-1939, com o Brasil detendo parte significativa do comércio exterior alemão. Em 1937, 3,4% de toda importação alemã era de produtos brasileiros. Por outro lado, em 1938 a Alemanha ocupava o segundo lugar no comércio exterior brasileiro, tanto na exportação quanto na importação, aproximando-se da porcentagem estadunidense, em volume e em valor.

Muito armamento foi comprado durante o Estado Novo para reequipamento das Forças Armadas, e nisto o Brasil também não se pautou por eventuais afinidades

---

<sup>45</sup> Idem

<sup>46</sup> Cf. MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

ideológicas: comprou armamento da Krupp (fabricante alemã) e, para a marinha, encomendou material bélico dos americanos e dos ingleses.

Essa “equidistância pragmática” nas relações comerciais brasileiras continuou assim, e só veio a sofrer modificações, com queda de mais de 80% no volume de trocas entre Brasil e Alemanha, quando a Grã-Bretanha, após início da guerra, bloqueou maritidamente a navegação alemã. Contudo, aponta Gerson Moura<sup>47</sup>, a influência política alemã não diminuiu. Era possível encontrar em nosso território, principalmente, devido às vitórias alemãs na Europa, aqueles que continuavam a nutrir simpatias pelos nacionais-socialistas.

Desde o começo do ano de 1940 os Estados Unidos vinham tendo conversas com o governo brasileiro para que este colaborasse político-militarmente com os americanos. Contudo, para que essa colaboração acontecesse, o governo brasileiro pedia em troca investimento financeiro para o desenvolvimento industrial do país, mais especificamente, para a construção de uma siderúrgica nacional. Após meses de impasse na resolução da questão da siderúrgica, em 11 de junho de 1940, para uma audiência formada pelas mais altas patentes militares, Getúlio profere um discurso, a bordo do couraçado *Minas Gerais*, que dava claros indícios de que o país se inclinava a apoiar o nazi-fascismo.

As embaixadas da Alemanha e da Itália demonstraram muita satisfação, e Mussolini enviou a Getúlio um telegrama em que expressava admiração por sua figura<sup>48</sup>. O discurso foi proferido num momento em que os nazistas arrasavam a França, momento de apreensão, no qual alguns previam que o Eixo poderia vencer o conflito. Isto suscitou algumas interpretações.

---

<sup>47</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

<sup>48</sup> FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp 99

A primeira delas é de que Getúlio se precipitou achando que o Eixo estava prestes a ganhar a guerra. A segunda interpretação, mais plausível para Boris Fausto<sup>49</sup>, é de que o discurso fazia parte da estratégia de Getúlio de chamar a atenção dos americanos e forçá-los na definição do apoio financeiro à implantação da indústria siderúrgica no país, num momento em que as negociações se encontravam em um impasse<sup>50</sup>. Para o historiador, não se podia levar ao pé da letra a retórica presidencial.

Esta leitura vai ao encontro da interpretação de Gerson Moura<sup>51</sup> que acredita que o Brasil tentou ao máximo manter uma política de barganhas: o governo de Getúlio se aproximava dos americanos, sem abandonar as boas relações com a Alemanha. Além de quebrar o impasse com os americanos, o governo conseguiria com esse discurso se aproximar dos nazistas, abrindo o caminho para a encomenda de mais armas, caso necessário.

Foi sem dúvida um movimento arriscado que gerou polêmicas à época. Getúlio percebeu que o discurso havia sido muito pesado “produzindo alguma surpresa pelo tom, julgado muito forte e, por outros, tido, insensatamente, como germanófilo”<sup>52</sup>, como registrou em seu diário. Dias depois, em nota redigida pelos homens do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a pedido do presidente, e obrigatoriamente publicada nos jornais, o governo enfatizava as boas relações com os Estados Unidos e mantinha a neutralidade brasileira em relação à guerra na Europa. Vargas fez mais, deu instruções a Carlos Martins, embaixador brasileiro nos Estados Unidos, para que, caso os americanos pedissem esclarecimentos sobre o discurso, ele informasse que o conteúdo se referia a assuntos internos, sendo destinado aos próprios brasileiros.

---

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Até a década de 1940 Roosevelt evitou comprometer seu governo com o financiamento da construção da siderúrgica, optando por estimular o diálogo do governo brasileiro com empresas privadas estadunidenses.

<sup>51</sup> MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

<sup>52</sup> Fausto, 2006:100.

Em setembro de 1940, os acordos de implantação da siderúrgica foram assinados. Por isso, muitos são os autores que enxergam que o discurso de Getúlio, apesar de polêmico, foi importante e exitoso em seu objetivo principal de conseguir o tão desejado desenvolvimento da siderurgia no Brasil. O governo, através das relações exteriores, negociou com as diferentes forças, sem contudo, quebrar a equidistância pragmática mantida em relação aos americanos e germânicos.

Este jogo envolvendo o Brasil e as grandes potências chegou ao fim em dezembro de 1941 com o ataque japonês a Pearl Harbor, base naval dos EUA e quartel-general da frota do país no Pacífico.

O jornal *A Manhã*, que realizou uma grande cobertura sobre o ataque, e publicou uma nota do DIP dois dias após o ataque:

Depois da reunião ministerial que o presidente da República promoveu, na manhã de hoje, no Palácio Guanabara, a Secretaria da Presidência forneceu a seguinte nota:  
“O presidente da República reuniu hoje o Ministério para examinar a situação internacional a vista dos últimos acontecimentos, ficando resolvido, por unanimidade, declarar solidariedade ao Estados Unidos, coerente com os nossos compromissos continentais. O Governo confia que o povo brasileiro, fiel as suas tradições políticas, se mantenha sereno e vigilante, evitando demonstrações que possam perturbar a tranquilidade necessária ao trabalho e a vida do país”<sup>53</sup>

Apesar da pronta declaração de solidariedade aos Estados Unidos – que a partir de então entrou efetivamente na guerra – o rompimento definitivo das relações entre Brasil e os países do Eixo só iria acontecer definitivamente após a III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada em janeiro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro. Meses após esta decisão, navios brasileiros são bombardeados, levando em três dias a morte a 610 pessoas, gerando comoção popular e organização de diversos protestos. Somente após estes ataques é que, no final do mês de agosto de 1942, o país declarou guerra ao Eixo. Contudo, é curioso notar que, bem antes de os bombardeios

---

<sup>53</sup>Capa do *A Manhã*, 09.12.1941, p.1

destruírem navios brasileiros, já havia uma inclinação para a participação na guerra, pelo menos, na redação do *A Manhã*. Isto fica explícito em texto não assinado, publicado no mesmo dia da nota do DIP com a declaração de solidariedade aos Estados Unidos, ou seja, quase um semestre antes do ataque alemão:

Nunca desejamos a guerra, que é uma divindade sem altares no coração brasileiro.

Mas, justamente porque não a desejamos nunca, é que temos sabido lutar com a consciência do nosso direito toda a vez que as circunstâncias nos levaram a pegar em armas na salvaguarda da nossa soberania, no cumprimento dos nossos compromissos continentais e na repulsa ao invasor. Esse tem sido o procedimento do Brasil na sua histórica missão de defender os ideais americanos.<sup>54</sup>

Poucos meses depois de oficializada a guerra contra o Eixo, duas cartas trocadas entre Octavio Amadeo e Oliveira Vianna sobre essa declaração de guerra foram publicadas na coluna *Correspondência dos Escritores* do suplemento literário *Autores e livros*.

Octavio Amadeo, antigo embaixador da República Argentina no Brasil, envia a Vianna seus sentimentos pelas perdas brasileiras e deseja sucesso para o país:

4 de setembro de 1941

Excelentíssimo senhor Oliveira Vianna,

Acompanho com meus mais cordiais sentimentos o nobre povo do Brasil nesta hora solene em que se apresenta a [ilegível] uma injusta agressão.

Receba você, ilustre amigo, meus votos pelo êxito de seu país e por sua felicidade pessoal. Saúdo-o afetuosamente<sup>55</sup>

Octavio Amadeo.

Oliveira Vianna respondeu com uma longa carta na qual falou sobre defesa nacional e pan-americana, o orgulho de participar da guerra e principalmente sobre uma de suas preocupações que voltaria a aparecer em seus artigos sobre o nacional-

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, p.4

<sup>55</sup> “Correspondência de escritores – Oliveira Vianna e Octavio Amadeo”. *Autores e Livros - suplemento do A Manhã*, Rio de Janeiro, p.155,04.10.1942.

socialismo publicados em 1943: a população de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães que resistiam em assimilar a cultura brasileira<sup>56</sup>.

Sendo nós a única nação americana que possui, em seu território, uma larga zona povoada por elementos germânicos, nela vinculados pela propriedade da terra e uma numerosa descendência, sempre tivemos uma consciência muito clara do futuro que nos aguardaria em face de uma Alemanha vitoriosa, com os seus métodos habituais de violência e de prêa postos ao serviço de postulados da sua concepção racial do Estado. Entrando na guerra, entramos, pois, para defender a nossa integridade territorial e a nossa soberania ameaçada.<sup>57</sup>

Ao termino da carta, Vianna agradece a declaração de solidariedade argentina e demonstra uma esperança de que a Argentina pudesse se convencer da importância de tomar partido no conflito mundial:

Meu caro embaixador, estes protestos de simpatia e solidariedade, que, nesta hora, nos mandam os grandes expoentes da alma e da cultura argentinas, enchem-nos de satisfação: valem-nos como sinais indicativos de que o povo argentino também já se está movendo no mesmo sentido, já iniciou moralmente, a grande marcha para a frente, antecipando-se ao ato oficial, que mais cedo ou mais tarde, certamente a consagrará. Neste domínio, como em todos os outros, cada vez mais me convenço de que, no complexo dos interesses comuns dos nossos dois países, tudo nos une e nada nos separa.<sup>58</sup>

O desejo de Vianna não se concretizou. A posição de neutralidade da Argentina durante a Segunda Guerra Mundial durou até 1945. Somente neste ano é que uma declaração de guerra foi feita. Tal declaração teve apenas um efeito formal pois, o que movia os argentinos era o desejo de obter as condições necessárias para fazer parte da ONU.

---

<sup>56</sup> Esse tema será abordado no próximo capítulo destinado a analisar esses artigos de Vianna escritos em 1943.

<sup>57</sup> “Correspondência de escritores – Oliveira Vianna e Octavio Amadeo”. *Autores e Livros - suplemento do A Manhã*, Rio de Janeiro, p.155,04.10.1942.

<sup>58</sup> Correspondência de escritores – Oliveira Vianna e Octavio Amadeo”. *Autores e Livros - suplemento do A Manhã*, Rio de Janeiro, p.155,04.10.1942

O Governo brasileiro enviou tropas para a guerra na Europa em 1944. A partir do momento que o continente americano foi atingido pela guerra, o Brasil passou a adotar uma *diplomacia pendular*<sup>59</sup>, na qual se aproximava ou se afastava de determinados países de acordo com seu interesse ou conjuntura favorável ou não. Gerson Moura<sup>60</sup> defende que primeiramente o país assumiu uma postura equidistante, momento no qual os Estados Unidos da América começavam a construir sua hegemonia na América Latina. Neste período o governo gozava de certa autonomia e soube explorar ao máximo essa conjuntura, estabelecendo acordos com a Alemanha e EUA. Uma vez que se estabeleceu a hegemonia americana, porém, o Brasil se colocou ao lado dos estadunidenses. Moura assim resume a postura diplomática brasileira às vésperas da Segunda Guerra Mundial:

O Brasil começou, de fato, a extrair benefícios do seu relacionamento com os EUA a partir do momento em que a hegemonia norte-americana sobre o hemisfério precisou ser consolidada. Naquele momento, mesmo se for considerado que havia uma predisposição norte-americana em fazer concessões que pouco afetavam os seus interesses, é preciso dar crédito à diplomacia de Vargas por ter, no momento oportuno, deixado claro que a inserção definitiva do Brasil no sistema de poder norte-americano se faria a um preço. Mais que isso, mesmo admitindo a política de longo prazo por parte dos EUA e a intenção de fazer concessões, a diplomacia de Vargas no período tem que ser vista pelo seu mérito de ter transformado a intenção americana em benefícios tangíveis para o país, como o reaparelhamento militar, o equacionamento da dívida e a concessão de créditos que levaram à instalação da Companhia Siderúrgica Nacional.<sup>61</sup>

A equidistância só foi abandonada quando da oficialização da declaração de guerra. A partir de então, os Estados Unidos passaram a pressionar o governo brasileiro

---

<sup>59</sup>DUARTE, Carlos Sérgio. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942: diplomacia pendular ou hegemonia americana ? Cadernos do IPRI, no. 2, 1989

<sup>60</sup>MOURA, Gerson. Sucessos e ilusões. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991

<sup>61</sup>DUARTE, Carlos Sérgio. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942: diplomacia pendular ou hegemonia americana ? Cadernos do IPRI, no. 2, 1989, pp. 27.

para que tomasse uma postura mais incisiva. Como resultado, Antônio de Moraes Mesplé aponta que:

Os reflexos da decisão tomada pelo Brasil, em 1942, marcariam a política sul-americana nas décadas seguintes. A ascensão do peronismo levaria a Argentina, enriquecida pela guerra, a lançar-se num projeto megalômano de ascendência econômica e política sobre os países vizinhos, antagonizando o Brasil, e mesmo os EUA. (...) O Brasil viveria, de 1942 a 1945, a grande ilusão da sua política externa – o sonho de ocupar um lugar entre os grandes do mundo. Após a guerra, a elite brasileira assistiria ao malogro do projeto econômico que acalentara a partir de 1942: converter o "relacionamento especial" com os EUA num canal privilegiado para o financiamento americano do desenvolvimento brasileiro.<sup>62</sup>

Foi dessa forma que o governo se alinhou aos Estados Unidos, alinhamento que só viria a ser rompido em 1961 com a política externa de Jânio Quadros.

### **1.3 Análise da guerra nos artigos dos intelectuais do *A Manhã***

No que se refere à guerra, existiram alguns intelectuais no *A Manhã* que também escreveram sobre o conflito, além de Oliveira Vianna. A maioria, porém, escrevia de forma esporádica sobre o assunto ou tendo-o como pano de fundo para outras discussões. Já Afonso Arinos de Melo Franco e Cassiano Ricardo apresentaram uma série de artigos sobre o tema, assumindo a função de esclarecer a população brasileira sobre os danos causados pela guerra ao redor do mundo, analisaram os possíveis desdobramentos para o Brasil e a América Latina, além de defenderem a posição do governo de tomar parte no conflito.

---

<sup>62</sup>MESPLÉ, Antônio de Moraes. *A política externa brasileira numa era de conflito pela hegemonia mundial (1935-1942)*. P. 30-31



Analisaremos a seguir o conteúdo de alguns desses artigos, pois, além desses intelectuais também estarem envolvidos no projeto estado novista, seus escritos possuem pontos de contato com os artigos de Oliveira Vianna.

### **1.3.1 Os artigos de Afonso Arinos de Melo Franco**

Afonso Arinos de Melo Franco foi importante político, crítico literário e ministro das Relações Exteriores, nascido em uma tradicional família mineira. Atuou como colaborador no *Diário de Minas*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias* e no *A Manhã*. Dirigiu o *Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Folha de Minas*, sendo que este último foi fundado por ele e por seu irmão Virgílio.

Ele foi um dos grandes colaboradores do *A Manhã*, escrevendo mais de quarenta artigos durante os quatro anos da existência do jornal. Dos diversos assuntos que tratou em seus artigos, quatro eram os temas mais recorrentes: cultura nacional (em especial a literatura); regionalismo (nos quais ele expunha todo o apego pelas paisagens, cultura e história de seu estado de origem, Minas Gerais); suas memórias (contendo, frequentemente, um forte saudosismo com relação a suas infância e juventude); e, por fim, a França país pelo qual demonstrava grande interesse, seja pela cultura, em seus múltiplos aspectos, bem como pela situação da ocupação alemã sofrida durante a Segunda Guerra Mundial.

Sobre cultura nacional, Afonso Arinos escreveu artigos indicadores de que compartilhava de algumas ideias comuns a artistas e intelectuais da época. Para ele, os brasileiros eram donos de uma cultura rica, original, tão digna de elogios quanto de qualquer país e fruto da mistura de diferentes povos. No artigo *Reingresso em velho tema*<sup>63</sup>, por exemplo, acredita na possibilidade ligações entre Shakespeare e o

---

<sup>63</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Reingresso em velho tema”, *A Manhã*, 04.01.1942

indianismo brasileiro. *ATempestade* foi obra do escritor inglês evocada para a comparação.

Já em *Velha companheira*, Afonso Arinos considera a mandioca um elemento central na cultura nacional, chegando a propor que ela deveria ser incluída – junto à folha da cana-de-açúcar, do algodão e do café – como símbolo da nação, uma das melhores colaborações da cultura indígena para Brasil, contribuição que foi muito bem aceita e apropriada por todos.<sup>64</sup>

Outro artigo interessante de Afonso Arinos é *O vinhateiro e sua vinha*<sup>65</sup>, no qual faz considerações sobre as editoras nacionais. Para tal, recorre ao exemplo das vinhas brasileiras, que estavam se mostrando capazes de produzir ótimas uvas e, a partir disso, ótimos vinhos nacionais, já encontrados no mercado. Acreditava que poderíamos fazer o mesmo com as editoras de livros, desde que fossemos capazes de atrair equipes capacitadas do exterior para finalmente acabar com a “feiura” dos livros produzidos no país. Segundo Afonso Arinos, a produção de bons livros ainda era restrita aos europeus e americanos, sendo que esses últimos tinham se beneficiado da guerra na Europa para aumentar a sua fatia no mercado. O Brasil, conclui ele, tinha plenas condições de fazer o mesmo, se aproveitando de um contexto favorável.

Amigo de Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos elogia o poeta e, ao mesmo tempo, compartilha com ele um saudosismo e amor por Minas Gerais, como se pode ver no artigo *Recado ao poeta*<sup>66</sup>. Segundo Afonso Arinos, sua terra natal, assim como outros lugares do globo, passava por grandes mudanças:

Há Minas, sim, senhor, e nada difícil de ser encontrada. Voltar a ela não quer dizer tomar trem, o automóvel, o avião para, no fim da viagem, chegar-se à conclusão de que ela não está mais lá. Nada no

---

<sup>64</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Velha Companheira*, *A Manhã*, 02.11.1941

<sup>65</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O vinhateiro e sua vinha*, *A Manhã*, 03.05.1942

<sup>66</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Recado ao poeta”, *A Manhã*, 12.12.1941, p.4

mundo está onde esteve até pouco tempo. Paris mudou-se para Munich, e Londres, ingênua e iludida, que fabrica os guarda-chuva de Chamberlain, mudou-se completamente e fabrica hoje os obuses redentores de Churchill.<sup>67</sup>

Afonso Arinos se refere<sup>68</sup> ao poema *José*<sup>69</sup>, da autoria de Drummond, publicado pela primeira vez em 1942 pela editora José Olympio. Ainda que transformada, Minas ainda existia e era o lugar ao qual os ali nascidos podiam regressar para reacender os valores humanos apagados pela guerra.

Voltar a si mesmo, regressas à infância, eis um tônico salutar para o espírito conturbado pelos tumultos da nossa era. Voltar não no sentido de fugir, mas na intenção de recompor os aspectos de uma vida baseada ainda sobre alicerces humanos.

[...] Volte a Minas, seu Carlos, sem sair do apartamento. Volte a Itabira e terá a noção e a esperança de um futuro melhor.<sup>70</sup>

Anos depois, Drummond iria retribuir essa manifestação pública de admiração ao dedicar-lhe o poema “Afonso Arinos, setentão”, no qual o poeta em alguns versos aponta para um fato bastante interessante da sua história:

Afonso, que vi xingado  
de fascista e de outros nomes  
que só a burrice inventa,<sup>71</sup>

Embora Arinos tenha rompido com o governo Vargas antes do fim do Estado Novo, vemos que a sua proximidade com este governo lhe rendeu acusações parecidas com as sofridas por Oliveira Vianna.<sup>72</sup>

---

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Afonso Arinos constrói o texto a partir dos versos em que o eu lírico do poema afirma que não há escapatória para o personagem *José*:

*quer ir para Minas,  
Minas não há mais.*

*José, e agora?*

<sup>69</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. *José*, In: Poesias. Ed. José Olympio, 1942

<sup>70</sup> Idem

<sup>71</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. Discurso de primavera e algumas sombras/ Carlos Drummond de Andrade; posfácio Sérgio Alcides — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

O último tema, sobre a ocupação alemã na França, foi um dos que mais recebeu a atenção do jurista. Afonso Arinos de Melo Franco, que repetia à exaustão o quanto sua educação devia à cultura francesa, analisa o conflito mundial, as ações dos fascistas e nazistas, e sobretudo, critica e lamenta a passividade dos franceses diante da invasão, ocorrida em maio de 1940.

Em um dos primeiros artigos escritos por ele para o *A Manhã*, intitulado *Reflexões sobre França*<sup>73</sup>, o jurista faz observações sobre o momento político vivido pelos franceses. Afonso Arinos se coloca como estrangeiro, afirmando, mais uma vez, que devia sua erudição à cultura francesa e, por isso, não poderia entender pelo viés moral e ético os motivos que levaram a França a colaborar com o nazismo. Aponta, porém, para a mudança pela qual passaram as direitas na Europa como fenômeno crucial para a compreensão das escolhas políticas dos franceses durante a II Guerra Mundial.

As direitas eram contra-revolução em todos os países do mundo. Mas a contra-revolução, - segundo diz Joseph Maistre em uma frase de que muito gosto e que já tenha citado várias vezes - não é uma “revolução contrária”, mas “o contrário de uma revolução”. Ora, a formidável transformação da política direitista, a partir de 1920, foi que ela passou de “contrário de revolução” a ser uma revolução contrária. E a consequência importantíssima desta mudança foi que as direitas deixaram de ser agrupamentos nacionais e nacionalistas para aparecer aos olhos atônitos do mundo como movimentos internacionais e internacionalistas.<sup>74</sup>

A França seria um exemplo, para Afonso Arinos, dessa metamorfose sofrida pela direita. O direitismo de Pétain e Darlan, inspirado em Doriot e La Roque, é que direcionou o país a uma colaboração com a Alemanha. Contudo, o jurista considera que a opção pela colaboração era movida por um forte nacionalismo compartilhado pela [a] população francesa, como ele mostra no seguinte trecho:

---

<sup>72</sup> No capítulo 2 e 3 as acusações e críticas feitas ao pensamento e participação política de Oliveira Vianna serão analisadas.

<sup>73</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Reflexões sobre França”, *A Manhã*, 17.08.1942, p.4

<sup>74</sup> Idem

Lembro-me bem de que em 1939, menos de três meses antes da guerra, almoçando em Paris em casa de uma ilustre família francesa, com a presença de vários portadores de grandes nomes, fiquei assombrado pelo tom tranquilo e objetivo com que era admirado o chanceler Hitler naquele meio. E esta mesma admiração pelo ditador da Alemanha fui encontrá-la num modesto empregado da polícia, que me acompanhou num giro pela cidade, indispensável para a obtenção da licença de conduzir. Inútil é acrescentar que, tanto o policial quanto os convivas do almoço eram profundamente amantes do seu país. Mas participavam da infeliz convicção de que só o poderiam salvar através de uma revolução da direita, isto é, do fascismo.<sup>75</sup>

Nota-se o espanto de Afonso Arinos com a admiração dos franceses pelo nazismo e seu líder. Conclui, contudo, que não se podia julgar moralmente os franceses, pois este era um movimento pelo qual parte considerável da Europa passava. Os brasileiros deveriam limitar-se ao sentimento de gratidão pelo fato de o movimento fascista aproximar-se de seu limite, motivo de confiança no futuro entre todos os americanos.<sup>76</sup>

Em *Os faróis*<sup>77</sup>, o jurista conta como Baudelaire foi-lhe importante e sua poesia esteve presente em diferentes fases de sua vida. Compara o poeta a um farol que iluminou uma sociedade inteira em momentos de trevas, dando-lhe esperanças. A ausência de *faróis* como Baudelaire seria mais um triste sintoma do “abismo insondável da derrota francesa”<sup>78</sup>. Desejava que aparecesse um poeta que, com rimas, lançasse “um facho de luz”<sup>79</sup> sobre a sociedade e anunciasse o início de novos tempos, demonstrando, assim, que a influência e a importância dos intelectuais em muito excedia a dos militares.

---

<sup>75</sup> Idem

<sup>76</sup> Idem

<sup>77</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Os faróis”, *A Manhã*, 30.11.1941, p.4

<sup>78</sup> Idem

<sup>79</sup> Idem

Afonso Arinos também escreveu sobre a imprevisibilidade da guerra em *Surpresas do tempo*<sup>80</sup>. Para ele, nenhum especialista nem sequer o próprio Hitler, poderia prever a reviravolta pela qual o conflito passava naquele momento.<sup>81</sup> Maiores estranhamentos teriam sentido os teóricos políticos, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, ao perceber uma mudança na linguagem da propaganda da União Soviética, que passara a utilizar argumentos lembrando o mais simples “romantismo patriótico”<sup>82</sup>. O internacionalismo e a linguagem ideológica davam vez aos “valores eternos traduzíveis na imagem da colina natal com casas familiares na paisagem; na ideia dos filhos inocentes e das esposas indefesas, humilhados e brutalizados sob o julgo do invasor”<sup>83</sup>.

No artigo, Afonso Arinos ainda considera que os países do Eixo estariam em um movimento oposto ao da Rússia: eles haviam passado da defesa do nacionalismo para o internacionalismo. O motivo para tal alteração seria a “superpopulação, exiguidade territorial, concentração industrial, falta de matéria prima”<sup>84</sup>. O jurista considera que todas essas mudanças de posturas, tanto russas quanto dos alemães, italianos e japoneses eram compreensíveis... A única coisa difícil de se analisar era a posição adotada pela França:

Tudo isto está de acordo com a lógica da vida, que não respeita a lógica das ideias. O que está, contudo, contra todas as lógicas é a ingênua suposição de que um país que seja absolutamente o contrário dos precursores da nova ordem, isto é, um país com população escassa, grande extensão territorial, abundância de matérias primas, indústria insuficiente, como é o caso da França com o seu Império, possa se aproximar dos dinâmicos “nacionalistas” com outras probabilidades que não sejam as de servir de pasto aos seus apetites pantagruélicos...<sup>85</sup>

---

<sup>80</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Surpresas do tempo”, *A Manhã*, 07.09.1941, p.4

<sup>81</sup>Em 1941 o exército alemão ainda vivia um período de sequência de vitórias.

<sup>82</sup>Idem

<sup>83</sup>Idem

<sup>84</sup>Idem

<sup>85</sup>Idem

Charles de Gaulle é apresentado, em artigo que leva o nome do general<sup>86</sup>, como um homem forte, no qual as esperanças dos franceses e de vários admiradores da França haviam sido depositadas. Com o passar do tempo, porém, a resistência francesa vai mostrando sua fraqueza e a própria imagem de De Gaulle vai ganhando tons mais sombrios:

A lentidão com que o movimento dos franceses livres progredia, a medíocre ressonância, (pelo menos na parte perceptível no estrangeiro), que esse mesmo movimento encontrava na própria França, tudo isto ainda ligado a uma inegável falta de magnetismo pessoal que se nota em De Gaulle, esmoreceram a minha, como a confiança de muitos amigos da França nas reais possibilidades do esforço dos franceses livres.<sup>87</sup>

Em *O problema da nossa geração*<sup>88</sup>, Afonso Arinos diz que um dos maiores temores dos intelectuais nacionalistas era de que, com a vitória das democracias, o governo americano tão forte e influente voltasse a desprezar a cultura latino-americana, como havia feito anteriormente. Ele acreditava que preocupação era válida. Porém, tenta dissuadir aqueles que viam os americanos com maus olhos, justificando que estes estavam demonstrando um interesse cada vez maior pelos outros países do continente. A cobertura sobre a visita de Walt Disney ao Brasil feita pelo “A Manhã” reforçaria o discurso de Afonso Arinos.

A questão da mística criada pelos nazistas para explicar sua ideologia é apontada, em *Cultura racista*<sup>89</sup>, como sendo a fonte de maior perigo dessa doutrina. A ideia de que todos os alemães, mesmo os que haviam optado por viver em outro país,

---

<sup>86</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. De Gaulle, *A Manhã*, 09.03.1942, p.4

<sup>87</sup> Idem

<sup>88</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O problema da nossa geração, *A Manhã*, 05.04.1942, p.4

<sup>89</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Cultura racista”, *A Manhã*, 24.05.1942, p.4

ainda estavam unidos ao Reich era interpretada por Afonso Arinos como uma grande ameaça para o mundo. Os sinais do problema já haviam alcançado o Brasil:

Lancemos os olhos em torno de nós. Quantos brasileiros conhecemos, dignos de nosso respeito intelectual, que, inocentemente, prosseguem, nesta hora terrível, em que as provas não precisam ser procuradas, pois se oferecem no estrondo das bombas e no ruído dos gemidos, na mesma ilusão sobre germanismo e a cultura germânica?<sup>90</sup>

Bastante duro ao adjetivar os simpatizantes do nazismo no Brasil, prosseguia:

Lindolfo Color e Augusto Mayer. Podemos comparar este pensador político e este escritor de ficção e crítica a qualquer dos idiotas semiletrados, saídos do meio alemão do sul e que nos arrotam as suas tolices pelo rádio de Berlim? Quem representa mais dignamente a verdadeira cultura alemã, a sua tradição intelectual no Brasil: os que se abraçaram ou os que continuam ao serviço de uma torva e inútil ambição?<sup>91</sup>

Tal análise crítica se assemelha a que irá ser feita posteriormente por Oliveira Vianna. Este também acreditava que a comunidade alemã no Sul do Brasil deveria ser alvo de atenção do governo, além de servir como ótimo argumento para a participação efetiva do Brasil na guerra.

Em *Esparta e Atenas*<sup>92</sup>, compara Napoleão a Hitler. Segundo Afonso Arinos, Napoleão era um homem de guerra honrado e por isso despertava a admiração de intelectuais de renome. O mesmo não aconteceria com Hitler, pois nada de louvável seria nele encontrado:

Ou me engano muito ou nossos filhos e netos não terão por Adolf Hitler nenhum sentimento de admiração ou simpatia, mas somente de pasmo, de confusão, perplexidade e terror. O que há de grande neste homem é precisamente o mais repulsivo, porque é anti-humano.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> Idem

<sup>91</sup> Idem

<sup>92</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Esparta e Atenas”, *A Manhã*, 06.09.1942, p.4

<sup>93</sup> Idem



O nacional-socialismo contou com a participação de muitos jovens que acreditavam em um movimento que dizia ser capaz de resgatar um projeto de nação (*Völkisch*) que salvaria os alemães da crise causada pelo pós Grande Guerra. Seu antissemitismo e seu nacionalismo colocavam a tecnologia a serviço da ideologia passadista.<sup>94</sup> Sobre o envolvimento da juventude no projeto nazista, Afonso Arinos comenta:

Como explicará esta contradição sinistra de regimes e ideologias que esmagam os homens para engrandecer os povos; que tornam infernal a vida presente sob o pretexto de que preparam um futuro melhor; que arrasam metade da Europa para, como dizem, defender a cultura europeia? Ideologias chamadas jovens, mas que retroagiram às mais velhas fórmulas do barbarismo; feitas para moços, mas que retiram à mocidade toda a sua graça, o seu encanto e sua ventura, porque afinal o que há de jovem na vida é a disponibilidade à gratuidade, enquanto a mocidade fascista é toda utilidade, instrumento, força cega na mão do Estado devorador.<sup>95</sup>

Wolfgang Benz, historiador contemporâneo, considera que se juntar aos esquadrões uniformizados era a forma de os jovens declararem sua independência, manifestarem o tédio que sentiam em seus lares burgueses. Já para outros jovens, era a forma de fugir dos males causados pelo desemprego e desenraizamento social.

Robert O. Paxton crê que, mais do que qualquer outro movimento político, no fascismo a rebeldia juvenil era uma marca.<sup>96</sup>

Afonso Arinos segue criticando de maneira contundente o nazismo e o fascismo, em *Uma grande lição*<sup>97</sup>

Homens inferiores, homens vulgares cujo gênio era o diabólico conhecimento das fraquezas alheias e cujo valor era o da audácia sem escrúpulos, homens como Hitler, Mussolini ou qualquer dos bárbaros traidores japoneses, sonharam um instante, em destruir o que havia de

---

<sup>94</sup>BENZ, Wolfgang. *O nacional-socialismo e o moderno*. In: REIS, Daniel Aarão... [et al.]. *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

<sup>95</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Esparta e Atenas”, *A Manhã*, 06.09.1942, p.4

<sup>96</sup> Idem

<sup>97</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo “Uma grande lição”, *A Manhã*, 20.12.1942.

alto e puro no mundo, para criar uma confusa e estúpida ordem baseada em fábulas grosseiras e presunções desmentidas.

No entanto, os franceses, que não ofereceram grande resistência à ocupação nazistas, são tratados de forma bastante complacente pelo jurista em *Ser francês*<sup>98</sup>

Enquanto o francês super-lógico, distingue, diverge, discorda, apoiando sempre na ais persuasiva e demonstrativa dialética, o alemão pré-lógico ou anti-lógico, em todo caso muito mais sentimental que racional, aceita, se concentra, se aglutina num mesmo monstro cego e maquinal de milhões de corações, que pulsam sincronicamente, de milhões de cabeças que acreditam em três ou quatro mentiras, que seriam pueris e risíveis, se não fossem funestas para todo o mundo.<sup>99</sup>

Alega Afonso Arinos, em *Mensagem aos franceses*<sup>100</sup>, que os alemães conseguiram emudecer os franceses, mas que não conseguiram ensurdecê-los. Com base nisso, conta como respondeu ao pedido de amigos franceses para participar das transmissões radiofônicas para a França, transcrevendo o texto lido na rádio.

Na mensagem transmitida, fala como o silêncio imposto aos franceses era incômodo para todo o mundo, então, acostumado a ouvi-losemitir o barulho “indicador de rumos”. Contudo, mesmo com o silêncio dos franceses, sabia que eles estavam ao lado dos Aliados:

Estais a nosso lado, e agora mais do que nunca, que vos sabemos esmagado pela besta fascista, estais a nosso lado naquela misteriosa e pungente presença dos ausentes, de que falou um poeta da nossa língua portuguesa.<sup>101</sup>

A França, considerada uma portadora de “sabedoria política”, ainda é apontada como peça fundamental para a construção de um novo mundo que se iniciaria após o termino da guerra. Um mundo mais justo não apenas para os vencedores, mas também

---

<sup>98</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo “Ser francês”, *A Manhã*, 29.11.1942

<sup>99</sup> Idem

<sup>100</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo “Mensagem aos franceses”, *A Manhã*, 25.06.1943, p.4

<sup>101</sup> Idem

para vencidos. Era importante pensar nisso e aprender com a experiência anterior de conflito global. Foi, segundo seu ponto de vista, “a constituição de um mundo talhado odiosamente segundo as conveniências de grupos dominantes nos países vitoriosos que permitiu a formação da Segunda Guerra”<sup>102</sup>.

Robert O. Paxton, no livro já consagrado *A anatomia do fascismo*<sup>103</sup>, diseca e analisa as principais teses sobre as origens do fascismo, assim como o fascínio despertado por ele nas multidões. O regime foi a somatória de conservadorismo, nacional-socialismo e da direita radical. Este sistema não possuiria uma essência fixa, sendo um amálgama de diversos fatores escolhidos de acordo com a necessidade,

O fascismo tem que ser definido como uma forma de comportamento político marcada por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios da unidade, da energia e da pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas de qualquer natureza.<sup>104</sup>

Afonso Arinos busca compreender, na série de três artigos intitulada *Esplendor e decadência do fascismo*<sup>105</sup>, como Mussolini e o fascismo, a princípio, apresentados como novidade, como proposta de modernidade, haviam decaído. O artigo foi publicado pouco após à queda do *Duce*.

Sobre o aparecimento e o sucesso do fascismo, Michael Mann afirma que, a ideologia fascista se propunha a dar soluções plausíveis aos problemas sociais da nação moderna e recebeu bastante adesão como podemos ver:

---

<sup>102</sup> Idem

<sup>103</sup> KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.23.

<sup>104</sup> PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.359.

<sup>105</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo I, *A Manhã*, 01.08.1943, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo II, *A Manhã*, 5.08.1943, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo III, *A Manhã*, 26.08.1943, p.4

O fascismo foi um movimento de ideais elevados, que se mostrou capaz de convencer boa parte de duas gerações de jovens (especialmente nas camadas mais educadas) de que seria capaz de promover uma ordem social mais harmoniosa.<sup>106</sup>

A base social do fascismo se estabelece nas camadas médias da sociedade o que dava força ao movimento. A nação era essencialmente una e indivisível. “Os movimentos fascistas possuíam um sistema hierarquizado a partir do princípio de liderança e ‘jaula social’ mesclado com o comprometimento principalmente dos jovens do sexo masculino que consideravam o fascismo como uma ‘instituição total’”<sup>107</sup>. Os fascistas se promoviam através da propaganda maciça, com a qual fortaleciam seu eleitorado político de massa, assim como, por meio da violência paramilitar, gerando um envolvimento emocional efetivo na população. Para Mann, fascismo de massa foi uma resposta às crises ideológicas, econômicas, militares e políticas posteriores à Primeira Guerra mundial.

As associações comunitárias voluntárias formavam as bases da Liberdade nos Estados fascistas, acreditavam ser orgânicas e geradoras de moralidade. Mas essas comunidades precisavam estar ligadas ao Estado Corporativo. A verdadeira luta dava-se entre trabalhadores, as classes produtivas (contra inimigos “improdutivos”, classificados como estrangeiros), capitalistas financeiros e judeus. No âmbito central da luta, os fascistas pretendiam “transcender” a verdadeira luta de classes, que *desfiava* o tecido social. Além de representada por um Estado Corporativista, a nação deveria ser sindicalista. “Essa posição fazia com que dentro de um “plano total”, a “terceira via” estatista se posicionasse entre o capitalismo e o socialismo.”<sup>108</sup> A luta contra os seus inimigos geraria a auto-realização do governo, auxiliado por uma elite paramilitar que pretendia “expurgar”, “purificar” e “regenerar” a nação por meio da violência.

---

<sup>106</sup>MANN, Michael. Fascistas. São Paulo: Record, 2008, p.13

<sup>107</sup>*Idem.*

<sup>108</sup>FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo II, *A Manhã*, 15.08.1943, p.4

Afonso Arinos não se aprofunda nas análises sobre o nazismo, porém deixa a entender em seus artigos que sempre fora crítico ao nazismo, chegando, em alguns momentos, até mesmo a classificar Hitler com adjetivos bastante pejorativos. Já sua análise sobre o fascismo é bem mais detalhada, ele publicou no *A Manhã* uma série de três artigos só este tema e que iremos analisar adiante. O autor afirma que o início da experiência fascista foi construída de forma inteligente o que garantiu certo ao governo italiano bastante sucesso durante alguns anos.

Nesta série intitulada *Esplendor e decadência do fascismo*, Afonso Arinos refere-se ainda ao nacionalismo, que teria dois sentidos: um adotado pelo fascismo e pelo nazismo; outro adotado por países como Estados Unidos, Inglaterra e Brasil. Os primeiros teriam defendido um nacionalismo deturpado, repleto de misticismo; já o outro grupo seria portador de uma visão mais acertada do que deve ser o nacionalismo: uma experiência democrática, coletiva e popular.

O nacionalismo fascista deve ser considerado, por conseguinte, como uma das faces daquela construção de fantasias. Nada tem de comum com aquilo a que os ovos de formação democrática atribuem o mesmo nome. Daí os inesperados resultados desta política dita nacional. Daí o seu fracasso no choque com as democracias.<sup>109</sup>

Uma das melhores explicações para a derrota dos italianos e alemães era o fato de a constituição do Estado alemão e do Estado italiano serem fruto da arte política, e resultarem mais da ação e do pensamento de alguns membros da elite do que “do dinamismo profundo das massas”<sup>110</sup>.

O intelectual considera que outro problema desses regimes era a perseguição às elites intelectuais. Ao persegui-las, estes Estados totalitários tornariam o regime possível, mas ao mesmo tempo seria como assinar a sentença de morte do regime. A

---

<sup>109</sup> Idem

<sup>110</sup> Idem

última crítica é bastante curiosa se pensarmos que ele, membro da elite brasileira, compactuou com a doutrina do Estado Novo até 1943:

Hoje, eu já não teria aquela dúvida, pois cheguei à conclusão de que, desde que se comece pela supressão das liberdades políticas essenciais, qualquer facção ousada estará em condições de fazer funcionar a máquina política que corresponda menos às realidades históricas nacionais. A grande dificuldade é que tal funcionamento é mesmo o de uma máquina. Prossegue enquanto apenas é alimentado pela força propulsora externa.

É interessante notar que Afonso Arinos, pouco tempo depois, se viraria contra o Estado Novo, passando a ser um de seus maiores críticos. Deixou clara, através do *Manifesto dos mineiros*, carta publicada em 1943, a sua visão sobre o Estado Novo que, em muito, se assemelharia à crítica ao fascismo italiano em seus artigos no *A Manhã*, jornal varguista.

### **1.3.2 Os artigos de Cassiano Ricardo**

O primeiro artigo sobre a guerra escrito por Cassiano Ricardo foi *A hora exata e o caminho certo*.<sup>111</sup> O fio condutor do texto é o discurso de Vargas realizado no dia 10 de novembro. Cassiano Ricardo mostra todo o seu entusiasmo pelo Estado Novo, que segundo ele, havia sido uma fórmula original encontrada pelo Brasil para resolver os problemas nacionais. Acreditava que o país passava por uma verdadeira experiência democrática, mesmo que o estado Novo fosse resultado de um golpe. A partir do *golpe benéfico*, havíamos “reajustado o Brasil”, dando, assim, mais espaço de representação para o povo, à parte durante toda a República Velha:

Sábio golpe que instituiu, não faltou qualquer coisa de providencial. Não faltou o mérito de ser desferido com uma “freda lucidez” só

---

<sup>111</sup>RICARDO, Cassiano. “A hora exata e o caminho certo”, *A Manhã*, 16.11.1941, p.4

possível em quem, “conhecendo o segredo da hora exata”, nos indicou o caminho certo e nos salvou do precipício a que íamos sendo conduzidos.

Em *Meditação sobre a hora presente*<sup>112</sup>, o tema principal é a declaração de solidariedade aos EUA proferida por Getúlio Vargas. Essa declaração tem uma explicação histórica, pois o Brasil sempre resistira a invasões estrangeiras:

Enganam-se, porém, os que aproveitam a ocasião para concluir, por exemplo, em favor do liberalismo anacrônico, como se a atitude brasileira de cooperação continental significasse qualquer recuo político a respeito dos novos ideais de nacionalidade. Essa suposição será apenas resultante de algum saudosismo.

Termina o texto explicando que basta olhar para a declaração de solidariedade do presidente Vargas para se entender que tipo de instituições se queria construir no Brasil e qual era o projeto de civilização partilhado pelos países da América. O Brasil tinha muitas razões para acreditar em um bom fim para guerra, interpretado não em termos econômicos, mas humanitários. Cassiano Ricardo acreditava, e tentava convencer o leitor do mesmo, de que o mundo que se ergueria após a guerra seria melhor para todos, incluindo os brasileiros.

Considerava o Brasil como país que cumpre seus compromissos para com os seus vizinhos em *O mundo de amanhã*<sup>113</sup>. Em um determinado ponto, o texto se assemelha aos de Vianna, porque aponta os diversos motivos que poderiam levar alguns dos governos fortes da Europa a invadir a América: espaço vital e crescimento demográfico.

Defende ideias que não deveriam ser esquecidas se os brasileiros quisessem se proteger de “ideologias forasteiras” e “diabólicas”:

---

<sup>112</sup> RICARDO, Cassiano “Meditação sobre a hora presente”, *A Manhã*, 14.12.1941, p.4

<sup>113</sup> RICARDO, Cassiano. “O mundo de amanhã”, *A Manhã*, 28.12.1941, p.4

Desde o primeiro instante social o nosso papel tem sido o de desarmar antagonismos.

Nosso segundo imperador chega a ser acusado de manter a divisão dos partidos, para ter o gosto de ser “um mediador necessário”. Somos, na linguagem popular, um povo apertador de brigas “apaziguar os ânimos é uma expressão que vem da origem brasileira até à hora atual. E aí temos a “arbitragem” para a solução pacífica dos nossos conflitos com outros povos.

Os antagonismos, que o liberalismo chamava “casos policiais”, tiveram, ainda agora, a sua solução admirável na conciliação do capital com o trabalho e em todas as formas de assistência que são as características do novo estado Nacional.<sup>114</sup>

Desarmar antagonismos, ser um mediador internacional e um Estado assistencialista, não liberal e cooperativista. Essas são características que, segundo Cassiano Ricardo, norteariam o mundo pós-guerra, e pelo fato de serem políticas já adotadas no Brasil, nos trariam certa vantagem após o conflito.

O texto *Reflexões brasileiras sobre a guerra*<sup>115</sup> é uma compilação de pequenas notas sobre a guerra. Nelas, Cassiano Ricardo analisa o papel de De Gaulle na resolução do conflito mundial; discorre sobre as principais diferenças entre os regimes que haviam se unido [na luta] contra o Eixo; reflete sobre abertura de uma segunda frente de batalha; analisa o papel da Rússia no combate ao nazismo, entre outros assuntos. Dentre todos eles, chama atenção um trecho no qual Cassiano Ricardo disserta sobre as relações internacionais brasileiras antes da deflagração do conflito:

Do mesmo modo, isto é \_ brasileiromente – é que melhor compreendo a nossa absoluta solidariedade com os Estados Unidos. Mas que um dever imposto pela fatalidade geográfica, explica a nossa atitude a identidade dos ideais de civilização e cultura pelos quais nos batemos. Antes que qualquer outro povo o fizesse, já havíamos reajustado as instituições brasileiras desde 1937, para a defesa desses ideias comuns aos povos democráticos contra as ideologias sanguinárias que fruto de um mundo em agonia – ameaçavam assaltar as nossas fronteiras espirituais e subverter o estilo de vida e de convivência humana sobre o qual se processa o destino das Américas.<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> Idem

<sup>115</sup> RICARDO, Cassiano. “Reflexões brasileiras sobre a guerra”, *A Manhã*, 20.12.1942, p.4

<sup>116</sup> Idem



A insuspeita Inglaterra, firmando um acordo militar direto com os soviets, ressaltou tal ponto, dizendo que jamais abdicará de sua forma de vida e de suas prerrogativas nacionais em favor do comunismo. A mesma ressalva foi feita pelos Estados Unidos. A própria Rússia renunciou ao internacionalismo de sua doutrina aceitando o princípio americano da autodeterminação dos povos como ponto básico da ordem de após guerra.<sup>117</sup>

O escritor termina reconhecendo que a Rússia tinha o mérito de participar da luta contra o Eixo. Nunca deveríamos, porém, esquecer que, através da aliança que o país havia firmado com a Alemanha, tornavam-se responsável por permitir o sucesso do imperialismo alemão durante tanto tempo.

Em *Vale a pena morrer pela democracia*<sup>118</sup>, Cassiano Ricardo volta-se para o sentido da palavra democracia. Já não se podia mais falar de *uma* democracia, mas de *várias* democracias. A relativização da percepção de democracia é que permitia que o Estado Novo fosse considerado uma experiência democrática, mesmo que a mais tradicional forma de participação política popular não existisse. Refere-se também à influência do cristianismo como um dos fatores que teria ajudado no desenvolvimento da concepção de democracia moderna.

Esse recuo histórico na análise de Cassiano Ricardo é feito com o intuito de mapear os vários sentidos da palavra, o antigo (dos gregos) e as várias concepções modernas para, então, responder à pergunta do título do artigo: *Vale a pena morrer pela democracia?*

O indivíduo que queria se tornar um herói, oferecendo a vida à pátria deveria, segundo Cassiano Ricardo, identificar a concepção de democracia defendida por ela. A partir daí, analisa a democracia brasileira, para, então, concluir: “Depois de um século de contínuas deformações políticas, coube ao atual regime realizar a verdadeira

---

<sup>117</sup> Idem

<sup>118</sup> RICARDO, Cassiano. “Vale a pena morrer pela democracia”, *A Manhã*, 26.08. 1941

democracia brasileira, que é a que exprime o sentido brasileiro da vida. Por essa democracia, sim: vale a pena morrer.”<sup>119</sup>

O escritor levanta vários nomes de pessoas importantes para a consolidação de nossas fronteiras territoriais, em *Deus abençoa as fronteiras*<sup>120</sup>. Getúlio Vargas é visto como um dos pilares da consolidação territorial brasileira ao criar a marcha para Oeste. Nesse processo, a ocupação de novos territórios era extremamente importante, ainda mais em um momento de desrespeito aos limites geográficos de cada nação.

Em *O pai dos extremismos*<sup>121</sup>, o escritor critica aqueles que viam no liberalismo a única forma de combater o totalitarismo. Lembra a importância do liberalismo durante a Revolução Francesa, na defesa da liberdade e na busca por meios para preservá-la:

Se alguém quiser defender-nos, pois, dos totalitarismos, não será com o liberalismo, difundo pai deles. Também não será atacando o extremismo da direita e silenciando jeitosamente a respeito do da esquerda, será combatendo um e outro em nome do atual regime brasileiro. Esta é a única arma verdadeiramente eficaz com que nos defenderemos de quaisquer ideologias.

Todo demo-liberal está sempre dizendo aos totalitarismos: entre, simpáticos.<sup>122</sup>

O liberalismo era igualmente uma doutrina a ser combatida pelos brasileiros, defendeu Cassiano Ricardo, principalmente, por ser a porta de entrada para o totalitarismo.

Cassiano Ricardo alega, em *A guerra e o Estado nacional*<sup>123</sup>, que o Estado Novo havia começado o combate ao fascismo, ao nazismo, ao liberalismo e ao comunismo, muito antes de a guerra alcançar seu auge. Como exemplo, cita a repressão ao integralismo e ao comunismo em território nacional.

---

<sup>119</sup> Idem

<sup>120</sup> RICARDO, Cassiano Deus abençoa as fronteiras, *A Manhã*, 18.09.1941, p.4

<sup>121</sup> RICARDO, Cassiano O pai dos extremismos, *A Manhã*, 26.02.1942, p.4

<sup>122</sup> Idem

<sup>123</sup> RICARDO, Cassiano A guerra e o Estado nacional, *A Manhã*, 30.05.1943, p.4

Pois à hora que os fascismos estavam mais robustos, foi que o presidente Getúlio Vargas, apoiado pelas forças do Exército e da Marinha, deu o golpe, mandando fechar, entre outros partidos, os terríveis núcleos germano-integralistas que haviam se fundado pelo Brasil todo.<sup>124</sup>

O Brasil fora sábio, analisa, ao perceber que essas ideologias deviam ser combatidas para se criar “um novo mundo”.

Em *Notas para a luta contra o fascismo*<sup>125</sup>, artigo publicado na mesma página em que foi publicado o primeiro texto da série “Esplendor e decadência do fascismo” de Afonso Arinos de Melo Franco.

Cassiano Ricardo fala sobre o jornal Anhanguera<sup>126</sup>, periódico fundado por ele com o objetivo de combater as ideologias *forasteiras* que ameaçavam o futuro do Brasil e diversas outras nações. Por meio do impresso, defendeu o Brasil, afirma, denunciando, no pouco tempo de vida do jornal, as atividades dos integralistas. Tratou-se do método utilizado para falar à população: como não era um homem que ocupava cargos parlamentares, assim, encontrou o meio de exercer seu patriotismo:

Enfim, num momento que não sabia qual o destino do nosso país, retalhado pelas lutas fratricidas, na iminência de uma guerra civil, adotei aquela fórmula bandeirante: “a vestir uma camisa exótica, seja ela vermelha, verde ou furta-cor, prefiro ficar sem camisa, mas brasileiro”.<sup>127</sup>

Dessa forma, Cassiano Ricardo termina o artigo, fazendo uma crítica ao comunismo e ao integralismo, assumindo, mais uma vez, o compromisso com o grupo Bandeirante e com o projeto político considerado verdadeiramente brasileiro.

\*\*\*

---

<sup>124</sup> Idem

<sup>125</sup> RICARDO, Cassiano *Notas para a luta contra o fascismo*, *A Manhã*, 01.08.1943, p.4

<sup>126</sup> Segundo o autor, jornal circulou em São Paulo, entre 26 de junho e 14 de setembro de 1937.

<sup>127</sup> RICARDO, Cassiano, “A guerra e o Estado nacional”, *A Manhã*, 30.05.1943, p.4

A análise do jornal, principalmente da cobertura da guerra, foi esclarecedora do que havia no entorno da escrita dos artigos de Oliveira Vianna sobre a Alemanha nacional socialista: por um lado, o contexto das relações internacionais, dos jogos de poder entre as grandes potências mundiais e da disputa hegemonia global; por outro, o projeto de disseminação de ideias e de conhecimento, bem como o papel instrutivo que o jornal governista cumpria perante a nação brasileira.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o estudo dos artigos de Vianna sobre Segunda Guerra Mundial e o nazismo alemão não está deslocado do entendimento do veículo pelo qual esses textos vieram a público. Assim, a linha política do periódico, os membros do corpo editorial e as personalidades da cultura nacional que preenchiam as páginas do *A Manhã* são também fundamentais para a compreensão do objeto aqui estudado.

Oliveira Vianna não estava só no que diz respeito à postura tomada diante do conflito mundial. Adotara desde cedo a visão da linha editorial utilizada desde 1941 pelos colaboradores do *A manhã*. Assim como, na condição de ideólogo do Estado Novo, optou por um posicionamento que ia ao encontro da política governista, da qual o jornal era o maior apoiador.

A presença de intelectuais como Afonso Arinos de Melo Franco e Cassiano Ricardo no jornal, além de demonstrar a importância dos intelectuais do período, como porta-vozes governamentais e referência para discussão de assuntos internacionais, demonstra que Oliveira Vianna não era o único a tecer considerações sobre o que ocorria mundo. Outros intelectuais de renome, envolvidos no projeto estadonovista, também participaram do debate.

Sobre Cassiano Ricardo, há de se considerar sua função no jornal. Ser diretor do *A Manhã* demonstra sua ligação estreita com o projeto do Estado Novo. Além disso, sua

veiculação ao movimento do Verde-Amarelo, sobretudo, ao engajar-se no grupo Bandeira, acentuou sua proximidade com as ideias de Vargas. Isso refletiu na sua leitura da conjuntura internacional, publicada em diversos momentos na página 4, dedicada aos artigos dos intelectuais brasileiro.

Sobre seus artigos, é notável a convergência de ideias e ideais com Oliveira Vianna. Em diversos momentos, Cassiano Ricardo deixou transparecer sua relação estreita com o governo e defendeu abertamente os interesses do Brasil. Temas como o perigo de “ideologias forasteiras”, a defesa das fronteiras nacionais e a convicção de que a entrada do Brasil no conflito mundial seria um ato glorioso, de salvação da pátria, são alguns dos exemplos desses pontos de contato entre as visões dos dois intelectuais.

Afonso Arinos de Melo Franco, no que pese sua extensa experiência na atuação em periódicos, não exercia cargo diretivo algum no *A Manhã*. Contudo, isso não o tornava menos importante do que outros intelectuais. Era intelectual renomado e sua produção de artigos foi vasta ao longo da existência do jornal. Tinha em comum com Oliveira Vianna a preocupação com as colônias alemães no Sul do Brasil e a possibilidade de serem incorporadas ao projeto expansionista do governo alemão.

Deixou de apoiar o Estado Novo em 1943, diferentemente de Oliveira Vianna que seguiu em suas atividades governamentais e, a partir de 1943, passou a escrever com frequência para o *A Manhã*. Afonso Arinos foi desligado do governo ao integrar o grupo que redigiu o Manifesto dos Mineiros<sup>128</sup>, levando-o a se afastar do jornal. Junto

---

<sup>128</sup> Também conhecido como Manifesto ao povo mineiro, este documento foi lançado em de 24 de outubro de 1943 e é considerado importante pelo fato de ser considerada o primeiro ato explícito, coletivo e assinado de desafeto ao governo. Os signatários desse manifesto pertenciam a elite e posteriormente iriam fundar a União Democrática Nacional (UDN). Além disso o Manifesto dos mineiros teve grande repercussão em Minas Gerais o que levou o governo à perseguir os signatários (demitindo e aposentando aqueles que possuíam cargos no governo).

com ele, são desligados do periódico: José Lins do Rego, Gilberto Freyre e Manuel Bandeira<sup>129</sup>

Ao mesmo tempo que enfrentou essa crise no quadro de intelectuais colaboradores, o jornal *A Manhã* passou também por uma crise financeira, levando Cassiano Ricardo a liderar as negociações de venda do periódico para Roberto Simonsen. Como a venda não se concretizou e ele já não conseguia dirigir o jornal à sua maneira, Ricardo pediu demissão do cargo de diretor em 1945.

O *A Manhã* refletiu todas as questões nacionais e internacionais que marcaram a primeira metade da década de 1945, e, como o governo que o mantinha, sofreu com os desdobramentos da guerra e do crescimento da oposição no país.

Oliveira Vianna, ao lado de Vargas desde o início do Estado Novo, não se afastou no momento de crise, muito pelo contrário. Os artigos que iremos analisar a seguir foram escritos para o *A Manhã*, justamente, quando o periódico começava a mergulhar em uma grande crise, momento em que importantes nomes, que elevavam a imagem do jornal, se afastaram.

## **CAPÍTULO II: OLIVEIRA VIANNA E A ALEMANHA NACIONAL SOCIALISTA**

---

<sup>129</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Manhã* (1941). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manha-a-1941>>

A análise do jornal, principalmente da cobertura da guerra que o periódico realizou, foi importante para entendermos que os artigos de Oliveira Vianna faziam parte de um posicionamento mais amplo adotado pelo jornal, e este refletia a política interna e externa do Estado Novo. Vianna, como ideólogo deste regime, e como homem de letras, se torna presente no *A Manhã* justamente no momento em que o jornal passava por uma crise devido a saída de alguns dos seus principais colaboradores, e a este periódico, ele adicionou um novo fôlego e levandotranquilidade aos editores, que sabiam de sua lealdade ao governo, lealdade esta que o levou a permanecer ao lado de Vargas, mesmo em um momento de crescimento da oposição.

Os artigos escritos pelo sociólogo e historiador brasileiro Oliveira Vianna, sobre a Alemanha nazista, durante a Segunda Guerra Mundial, no jornal governista *A Manhã* serão estudados neste capítulo. A análise centra-se nas críticas de Vianna ao Nazismo e aos seus simpatizantes no Brasil porque, após análise detalhada do jornal, notamos que nenhum outro intelectual do *A Manhã*, e nenhuma seção do jornal direciona críticas tão contundentes à doutrina nazista e aos descendentes de alemães do sul do Brasil como o fez Vianna.

Pretendemos chamar a atenção para os pontos de contato e para as discordâncias entre o pensamento de Vianna e os dos seguintes escritores: Afonso Arinos de Melo Franco e Cassiano Ricardo.

A seguir, busco investigar as principais questões que, para o sociólogo, faziam parte da doutrina nacional-socialista e da Alemanha nazista. Também é meu objetivo buscar os elementos externos que envolveram a escrita desses textos.

## **2.1. Os artigos sobre nazismo para o jornal “A Manhã”**

Giselle Venâncio aponta que Vianna não era um jornalista profissional, ele apenas fazia como os demais intelectuais de sua época: utilizava os jornais como espaço de divulgação de suas pesquisas, opiniões e construía caminhos para publicação de novas obras.<sup>130</sup>

O primeiro artigo escrito por Vianna foi publicado n' *O Fluminense*, quando ainda estudava no Colégio Pedro II, uma estreia que ficou aquém das suas expectativas, mas que nos mostra que o gosto pelas letras e pelo debate intelectual o acompanhou desde a juventude. Depois disso, ele não parou mais. A grande parte de seus artigos foi veiculada no *Correio Paulistano*, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *A Manhã*. Na *Casa de Oliveira Vianna* se encontram cerca de 126 artigos por ele escritos que foram publicados entre os primeiros anos do século XX até meados da década de 1940, durante a Primeira República, os Governos Provisório e Constitucional, mas principalmente, durante o Estado Novo.

Os artigos que serão analisados a seguir, sobre a Alemanha, diferenciam-se dos demais escritos por Vianna pelo fato de tratarem de uma cultura estrangeira. Poucos são os textos escritos por este intelectual dedicados à cultura ou à política de outros países. Muitos dos seus artigos são sobre o corporativismo, o sindicalismo, as elites, questões específicas de alguns estados brasileiros, teoria da antropologia e da sociologia, e eugenia.

Os artigos analisados abaixo têm como tema comum a doutrina nacional socialista, o problema das colônias alemãs no Sul do Brasil e as consequências da II Guerra mundial para o nosso país. Todos foram publicados no jornal governista *A Manhã*, mas sem um intervalo de tempo fixo entre as publicações. Os artigos também

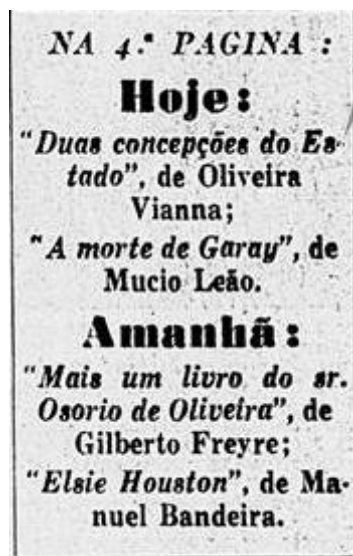
---

<sup>130</sup>VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*, Op.cit, p.89-97.



não eram publicados em um dia específico da semana, porém, todos eram anunciados na capa do jornal no dia anterior.

Figura 6 – Chamada do primeiro artigo de Oliveira Vianna sobre nazismo no *A Manhã*



Fonte: *A Manhã*, 26.02.1946

No dia da publicação o leitor encontraria os artigos de Vianna sempre na página número quatro do jornal, ao lado de textos de outros grandes nomes do pensamento nacional.

\*\*\*

O primeiro texto de Vianna sobre o nacional socialismo, *Duas concepções de Estado*, de 26 de fevereiro 1943, apresenta o conceito de Estado-etnia que, se confrontaria com Estado-Nação, conceito clássico e difundido amplamente no mundo ocidental. O autor inicia o texto dizendo que um dos pilares do nacional socialismo alemão é a raça, em outras palavras, os alemães eram uma comunidade baseada no critério da identidade de sangue e todos se uniam através do Reich. O ideal máximo do nacional socialismo era congregar, sob o mesmo Reich, todos os indivíduos pertencentes à raça germânica.

Para que o leitor compreenda melhor o que quer dizer, Vianna didaticamente estabelece comparações entre o Reich e a Igreja. A primeira comparação é aquela em que afirma que o Reich, assim como a Igreja, é uma comunidade na qual pessoas que se identificam umas com as outras se reúnem para compartilhar suas crenças. Já na segunda comparação, diz que, assim como a Igreja é encarada como corpo místico, reunindo todos os católicos do mundo, o Reich era o *corpus mysticus* sob o qual todos os alemães, estivessem onde estivessem, deveriam ser cidadãos e lhe prestar obediência. O Reich era “um volkischer Organismus, como disse Hitler, isto é, uma etnia politicamente organizada – e não uma nação politicamente organizada como os demais Estados”<sup>131</sup>.

Desse raciocínio segundo o qual todos os alemães, os que moram dentro e fora da Alemanha, pertencem ao Reich é que nasce uma das maiores preocupações de Vianna repetida em outros artigos: se os alemães que moravam em nosso território pertenciam a uma comunidade de sangue, eles eram, então, cidadãos nacionais socialistas, podendo ser incorporados à força a esse projeto e devendo também reconhecer à soberania do Reich:

O *Anschluss* austríaco e a incorporação violenta dos Sudetos exemplificam o alcance e dão o recorte exato desta nova concepção doutrinária, que é o Estado expressão de uma população constituída pelo critério da identidade de raça e não Estado expressão de uma população constituída em nação, que é um produto de fatores histórico e geográficos.<sup>132</sup>

O autor reflete sobre esta concepção diferente de nação, mostrando a mudança nas relações entre território e Estado. Os povos “civilizados”, como os brasileiros, conceberiam o Estado-nação como “estado como expressão da organização política de

---

<sup>131</sup>VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de Estado”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,26/02/1943.

<sup>132</sup>Ibidem.

uma população indiscriminada etnicamente, vivendo tradicional e historicamente, dentro de um território de extensão pré-fixada e definida”<sup>133</sup>. O território alemão se definiria por homogeneidade de sangue e não simplesmente por questões nacionais.

Ora, se o que definia o Estado hitleriano era a etnia, logicamente, este povo não poderia ser limitado espacialmente por questões de fronteira, não poderia ficar preso a delimitações territoriais como acontecia aos outros países. Para os nacional-socialistas, as fronteiras geográficas países não poderiam ser um obstáculo ao crescimento da população alemã nem limitar a soberania do Reich. Os alemães, povo que vinha crescendo dia a dia, fazia com que o Reich expandisse suas fronteiras para abraçar aqueles que já não encontravam espaço dentro do território antes reservado aos alemães.

Os outros povos, que têm suas pátrias organizadas a partir da concepção de Estado-nação, e recebem outros povos em seu território, os consideram imigrantes, concedendo-lhes direitos, dependendo de cada país. O Reich considerava que os alemães que viviam em outro país permaneciam membros do Reich e a ele estavam submetidos. Desta forma, o Estado alemão poderia, segundo direito autoconcedido, estender seus limites políticos e suas fronteiras até o país que os tivesse abrigado. Para exemplificar, Oliveira Vianna cita as palavras Hitler:

Quando o território do Reich contiver todos os alemães e se vier a verificar que este território é insuficiente para nutri-los, esta carência de meios de subsistência lhes dará direito moral de obter territórios alheios e a charrua cederá o lugar à espada, e o pão das futuras gerações nascerá das lágrimas da guerra.<sup>134</sup>

O sociólogo tenta fazer com que seus leitores entendam, desta forma, que o Reich não podia realmente reconhecer as fronteiras de seus países vizinhos, pois, se a população alemã aumentava e sentia a necessidade de se expandir para outros

---

<sup>133</sup>Ibidem.

<sup>134</sup>VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de Estado”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,26/02/1943

territórios, o Reich tinha por dever acompanhar esta expansão, sem permanecer imobilizado geograficamente. Suas fronteiras tinham de acompanhar o dinamismo da população. Vianna credita a Ratzel<sup>135</sup>, essa doutrina conhecida como *deutsche völkische bewegung*, e a teoria do movimento permanente das fronteiras.

É nesta doutrina que se baseava Hitler para fazer suas exigências contra a Suíça, Suécia, Dinamarca, Noruega, Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, França, Bélgica e outros países. Habitados por povos de sangue nórdico, estes países deveriam ser incorporados ao Reich, mesmo que à força, não importando as barreiras linguísticas, pois, não era a língua que criava a identidade e sim o sangue:

Hitler já uma vez observou sagazmente que não é na língua que está a comunidade alemã – o *Deutschtum* – e, sim, no sangue. Os povos escandinavos, embora falem línguas nacionais, são povos de sangue nórdico, o que equivale dizer – germânico. Logo, terão de estar dentro da grande comunidade racial germânica, de que o Reich alemão é suprema encarnação política.<sup>136</sup>

Para países como o Brasil, que se dispunham a acolher imigrantes de todos os tipos, evitando, assim, problemas resultantes dos desdobramentos dessa concepção de Estado-etnia, só havia uma solução: “a proibição de elementos da raça germânica em geral”<sup>137</sup>. Contudo, conclui o autor, essa atitude, apesar de ser a única opção lógica, representaria um risco enorme, pois o país que assim procedesse seria imediatamente considerado inimigo da Alemanha o que traria consequências seríssimas para seu futuro.

---

<sup>135</sup>Friedrich Ratzel (1844-1904), nascido em Karlsruhe, cidade alemã, é considerado um dos pais da Geografia. Para ele o ser humano era um ser biológico, fruto do meio em que está inserido. Pelo fato de crer que o meio determinaria a vida social ele foi considerado um determinista geográfico. Além disso, ele também é conhecido por sua análise de Estado Moderno, que seria a sociedade organizada para construir, defender ou expandir o seu território. A partir dessa concepção, elaborou o conceito de espaço vital, que (conjunto de condições espaciais e naturais necessárias para a manutenção ou consolidação do poder do Estado sobre o seu território). Ratzel utilizou ideias e as aplicou à análise sobre as sociedades humanas, por exemplo, ele partilhava da ideia Darwinista de evolução (os seres humanos, raças e etnias mais aptos venceriam e dominariam os povos considerados inferiores). Análises deste tipo seriam utilizadas na construção da ideologia nazista.

<sup>136</sup>VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de Estado”. A Manhã, Rio de Janeiro, p.4, 26/02/1943

<sup>137</sup>Ibidem.

Este artigo cumpre a função de demarcar bem os limites do conceito de Estado para a Alemanha, mostrando o quão diferente é essa concepção daquela própria dos países democráticos. Segundo o autor, é esta última definição a utilizada pelo Brasil, e é esta a que ele acredita ser a correta. Vianna, mesmo sem escrever de forma explícita, deixa claro que, para ele, o projeto de nação que vinha sendo construído desde que Vargas assumiu o poder era essencialmente oposto ao nazista.

Em *O Herrenvolk e seus direitos*, de 05 de março 1943, Vianna explica que os alemães acreditavam que, entre os nórdicos, eram aqueles que possuíam mais atributos da civilização superior e, por esse motivo, eram os responsáveis por levar a cultura, a civilização e a riqueza para as outras partes do globo. Os alemães viam-se como “povo de senhores” (*herrenvolk*) que, após a conquista destes novos territórios, comandariam os demais povos.

O autor afirma que, para os nacionais-socialistas, foi o povo de raça nórdica que trouxe a civilização para o mundo e que, desde os tempos antigos, todas as civilizações superiores já existentes tiveram, pelo menos em suas elites dirigentes, indivíduos da raça nórdica, verdadeiros arianos do tipo dórico louro. Vianna também explica aos leitores que o progresso, a riqueza, a cultura e a civilização, segundo a ótica deles, os acompanhariam os nórdicos onde quer que estivessem se uma sociedade perde essas características, como aconteceu com Roma e com a Grécia, é porque, ao longo do tempo, os arianos foram sendo eliminados dessa sociedade. Sendo assim, para que o mundo permaneça marchando rumo ao progresso, seria necessário que *herrenvolk* (“povo de senhores”, segundo tradução de Vianna) fosse senhor de todas as nações:

Entre os alemães este misticismo, esta crença na superioridade nórdica e na universalidade do seu destino histórico se agrava se agrava com essa outra também de fundo místico: de que são eles, os alemães, aquele dentre os povos nórdicos, que mais altamente encarna esses atributos superiores daquela grande raça. Este misticismo os leva, aos alemães, não apenas a considerarem-se superiores aos demais povos, no que, seriam inofensivos; mas, a se considerarem como sub-

rogatários da raça nórdica no seu direito ao domínio do mundo: e aí passam a se tornarem perigosos.<sup>138</sup>

Oliveira Vianna considera arrogante a forma como os alemães se portam diante dos outros povos, especialmente os seus vizinhos de Europa. Citando Glesebrect, historiador alemão, Vianna mostra como os partidários do nacional-socialismo acreditavam que, por serem a elite, seriam mais fortes e mais inteligentes do que os povos dos países que os cercavam, por isso seriam obrigados a submeter as outras nações às suas vontades e crenças. Aos olhos dos alemães, seria quase que um ato de bondade, pois, desta forma, a civilização e a cultura poderiam florescer no mundo:

Fora da Alemanha – dizia ele [Glesebrect] – não há senão raças inferiores, seres de menor valor, usos bárbaros, idiomas que devem desaparecer, povos aos quais não se pode reconhecer nenhum direito à existência, párias de nascença, escravos por destinação.<sup>139</sup>

No texto ainda encontramos a afirmação de que entre os povos que mereciam desaparecer, os ideólogos do nazismo citam os povos latinos, e juntamente com a dizimação desse povo, as línguas espanhola e portuguesa também tinham de ser extintas, e até mesmo cristianismo do jeito que era concebido pelos latinos deveria ser apagado. Sobre esse “narcisismo alemão” e ânsia por destruir outros povos e culturas não germânicos, Oliveira Vianna considera:

Tudo isso é extravagante delirante absurdo, sem dúvida, mas, apenas ao espírito dos outros povos, aos olhos de qualquer homem de bom senso; não porém, aos olhos dos alemães, não a compreensão do povo alemão. Os fatos estão mostrando que estas doutrinas, verdadeiramente delirante aos olhos de todos nós, são, entretanto, perfeitamente sensatas, justas, racionais, aos olhos dos alemães. Não representam meras ideias abstratas ou puros entes-de-razão, sem nenhuma possibilidade de objetivação: integram-se ao contrário, no subconsciente de cada alemão, fazem parte de sua própria

---

<sup>138</sup>VIANNA, Oliveira. “Herrenvolk e seus direitos”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,05/03/1943.

<sup>139</sup>VIANNA, Oliveira. “Herrenvolk e seus direitos”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,05/03/1943

personalidade, formam nela um sistema ideo-afetivo definido e influem na conduta de cada um deles com força, o vigor, de um instinto. Estão no coração e não no cérebro – como desejava Werner Sombart, um dos doutrinadores mais autorizados do socialismo alemão.<sup>140</sup>

O sociólogo lembra os leitores que esse imperialismo e essa crença na superioridade do *herrenvolk* seria algo antigo. Esse “delírio alemão”, que fez com que as grandes potências do globo desembainhassem espadas, também levou o Brasil a se envolver na guerra para a “nossa salvação e nossa glória”<sup>141</sup>.

O objetivo do artigo é dar um alerta e mostrar que para aqueles que acreditavam na grandeza da nação brasileira e na assertividade do projeto estado novista, compactuar com a Alemanha era o mesmo que afirmar o senhorio de um outro povo, ou seja, era uma atitude que ameaçava a soberania nacional.

*O conceito de “inimigo” na doutrina nacional-socialista*, publicado no dia 19 de março 1943, é o artigo no qual Oliveira Vianna explica quem são os inimigos do povo alemão “através deles mesmos”<sup>142</sup>, ou seja, por meio da própria doutrina alemã.

Segundo o nazismo, os alemães são portadores da cultura e da civilização, um povo fecundo que cresceria exponencialmente e por isso precisava de novos territórios para comportar seu excedente demográfico. Qualquer país que se opunha à conquista de novos territórios acabava por se tornar inimigo do Reich e, por isso deveria ser destruído. Vianna acreditava que a brutalidade alemã era um atentado à consciência cristã do mundo e que os supostos “direitos” do *Herrenvolk*, eram um completo absurdo, como já havia considerado no artigo anterior. Vianna, para ilustrar, transcreve um longo trecho de uma fala proferida por um nazista, sem, contudo, citar o nome do autor nem dizer de onde retirou a citação:

---

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> Idem.

O nosso grande *Führer* já o disse: nós, os nórdicos, temos sido uma sorte de Prometeus da humanidade, cuja fronte clara e luminosa, desde o começo da história, tem irradiado as cintilações divinas do gênio. Que nos suprimam – e para logo a cultura desaparecerá como um deserto e uma profunda escuridão recobrirá de novo o mundo! Logo, a esta raça privilegiada, à nossa grande Alemanha devem os demais povos facultar todas as possibilidades e condições de crescimento, expansão e pleno florescimento. Pela mesma razão de que não é lícito nenhum indivíduo, numa sociedade policiada, invocar o seu interesse pessoal para opor-se ao da coletividade a que pertence, também na comunidade internacional, nenhum povo tem o direito de invocar o seu próprio interesse ou direito para contrapor-lo ao interesse da grande Alemanha, representada pelo Reich e personalizada no seu *Führer*. Contrapor-se à Alemanha e ao seu domínio é o mesmo que contrapor-se aos interesses da própria humanidade. O Reich tem, pois, o direito moral de exigir que nenhum povo se constitua em obstáculo à realização dos interesses da Alemanha ou do povo alemão, qualquer estado que, invocando supostos direitos à soberania ou à independência, obstar ou embaçar a realização destes objetivos do Reich, coloca-se logicamente na classe dos “inimigos da Alemanha”. Consequentemente, deve ser “destruído”.<sup>143</sup>

Vianna apontou que a palavra “destruir” era uma palavra consagrada na política criminal alemã, que para os traidores do Reich isso significava execução e, para os inimigos externos, era a mesma coisa que guerra, sendo que o sentido de guerra para eles era o daquela feita à moda nazista: ataques rápidos, sem aviso prévio, sem poupar civis. Para o autor, o nacional socialismo não reconhecia que outras nações pudessem ter direitos. O único povo que poderia possuí-los era o alemão, sendo qualquer outro direito considerado ilegítimo.

Neste texto, Vianna apresenta Carl Schmitt<sup>144</sup> ao leitor, identificando-o como um dos juristas que colaboraram para dar um caráter *científico* ao direito nazista. Segundo o autor, foi Schmitt quem havia criado a teoria do “inimigo público” utilizada pelos alemães para justificar seus atos, causando perplexidade ao mundo.

---

<sup>143</sup>VIANNA, Oliveira. “O conceito de ‘inimigo’ na doutrina nacional-socialista”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,19/03/1943

<sup>144</sup>Carl Schmitt (1888-1985), jurista alemão e professor da Universidade de Berlim. É tido, apesar de todas as polêmicas que envolvem seu nome, como um dos maiores especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A imagem dele ficou marcada pela proximidade com o regime nacional-socialista.



O texto termina dizendo que inimigos não seriam, necessariamente, aqueles que estavam contra a Alemanha na guerra. Inimigo era todo aquele que pudesse ser um obstáculo à realização de qualquer um dos postulados da doutrina nazista, principalmente, os de “espaço vital” (postulado que será tema central do artigo do publicado no *A Manhã* do dia 23 de abril de 1943) e o de *corpo místico*.

Vianna deixa claro que seu objetivo neste texto era mostrar a insanidade da doutrina nazista e o motivo de os brasileiros apoiarem as decisões tomadas pelo governo brasileiro quanto as questões de política externa. Todas as outras nações do mundo poderiam ser consideradas potenciais inimigas do Reich e destruídas. Era esse o argumento que sustentava o posicionamento em favor da efetiva participação brasileira na guerra, posicionamento defendido por Vianna de forma pública desde outubro de 1942, quando sua carta, escrita para Octavio Amadeo, embaixador Argentino, havia sido publicada no suplemento *Autores e livros*, do *A Manhã*.

Em *A ilusão da neutralidade*, de 26 de março de 1943, Vianna escreve em mais uma tentativa de esclarecer público de que não havia amigos ou neutros diante do nacional-socialismo. Segundo ele, os países que possuíam tratados de amizade ou não agressão com a Alemanha ficavam apreensivos ao ver as ações dos nazistas. Mesmo com tratados que lhes prometiam segurança, optavam por reforçar suas fronteiras e atualizar seus estoques de armamentos.

Mais uma vez o sociólogo afirma que, para o público entender a doutrina nacional socialista, uma ideologia considerada por ele tão diferente da brasileira, um esforço seria necessário: tentar pensar como os alemães pensavam, “proceder como atores”<sup>145</sup>, se dedicar a observar a lógica alemã a partir dos postulados deles próprios.

---

<sup>145</sup>VIANNA, Oliveira. “*A ilusão da neutralidade*”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,26/03/1943.

Oliveira Vianna faz um alerta semelhante ao feito por Afonso Arinos de Melo Franco quando este analisava as atitudes francesas diante da ocupação alemã: para aqueles que observavam de fora, segundo sua moral, sua ética, com suas noções do que é certo ou errado, lícito ou ilícito, ficaria difícil entender o pensamento do governo alemão. Vianna acreditava que se uma hora a Alemanha fazia um pacto com a URSS e pouco tempo depois atacava esse mesmo país, para os brasileiros, tal ação não possuía lógica alguma, mas para os alemães haveria, pois “o alemão [era] sempre lógico”<sup>146</sup>.

Neste artigo, assim como nos anteriores, o autor enfatiza que, para os alemães, o direito deles está acima de todos os outros povos e que se qualquer país que viesse a se constituir como entrave para as aspirações do Reich deveria ser destruído. Mas, dessa vez, para exemplificar, cita declarações de nazistas como Rivaud, Goebbels e o próprio Hitler. Este último, como afirmava Vianna, dizia que os montes Urais e a Sibéria seriam muito importantes para que a Alemanha nadasse em abundância e prosperidade. Sendo assim, a Rússia, com a qual havia feito um acordo de não agressão, deixou de ser um país com o qual tinha relações amenas, pois, no contexto da guerra, os alemães acharam que seria mais vantajoso romper o acordo e avançar sobre o território russo:

Daí vem que não há neutralidade, por mais rigorosa e modelar que seja, nem tratado de amizade ou de não agressão, por mais recente ou solene, que valha como garantia de imunidade a povo algum contra um golpe de força alemão, imprevisto e sem aviso prévio. Tudo está dependendo da interferência de uma necessidade ou de uma vantagem qualquer, no curso desta neutralidade ou deste tratado, favorável ou útil ao povo alemão ou ao Reich. Desde que o interesse ou direito dessa nação neutra ou daquele povo amigo venha embaraçar ou obstar um qualquer interesse do povo alemão (e, entre esses interesses, estão as suas ambições de “espaço vital” e de domínio do mundo), deixam eles, *ipso facto*, de ser considerados “amigos” ou “neutros” e são colocados na categoria de “inimigos” da Alemanha: e as famosas “pressões”, primeiro, e, depois, um golpe de força (uma expedição punitiva ou uma blitz, imprevista e desconcertante) põem termo ao

---

<sup>146</sup>VIANNA, Oliveira. “A ilusão da neutralidade”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,26/03/1943.

conflito, eliminando o obstáculo. Recorde-se o armistício com a França, e a recente invasão de Marselha...<sup>147</sup>

O autor mostra, desta forma, o quanto a postura de neutralidade diante da guerra, alegada por alguns países, era frágil. Suíça, Espanha, Portugal e Turquia não teriam garantia alguma de que o turbilhão da guerra não os pudessem tragar. Tratados de amizade ou de não agressão assinados com os nacional-socialistas eram por demais frágeis e os países que possuíam acordos desse tipo, como vimos acima, preferiam reforçar suas fronteiras e seu exército, como era o caso da Suíça e Turquia. Isso, indicou Vianna, deveria servir de alerta para os brasileiros.

*Consciência e inconsciência dos “simpatizantes” da Alemanha*, de 09 de abril de 1943, é um artigo que complementa o anterior *A ilusão da neutralidade*. Vianna relembra neste texto o que foi dito acerca da impossibilidade de ter uma postura neutra diante do imperialismo alemão e complementa dizendo que todos já sabiam disso, razão pela qual estavam reforçando suas fronteiras... Todos sabiam também que a Alemanha queria submeter todos os povos à soberania do Reich. Contudo, havia entre os brasileiros aqueles que nutriam simpatia pelos alemães, chegando ao ponto de desejar vê-la vitoriosa na guerra. Diziam defender a neutralidade do Brasil frente ao conflito mundial, pois, alegavam, se o Eixo saísse vitorioso, poderíamos sair lucrando, principalmente, se adotássemos um regime parecido com o deles:

De alguns tenho ouvido mesmo que seria muito mais fácil nos “arregalar” proveitosamente diante de uma Alemanha vitoriosa do que diante de uma Inglaterra vitoriosa. – os alemães – dizem eles, simploriamente – nunca tiveram conflitos ou “casos” conosco, como os ingleses – e haja vista a questão Christie e da ilha de Trindade; foram sempre nossos amigos sempre nos deram, sem nada pedir em troca os seus técnicos a sua ciência, a sua cultura, o seu sangue, uma multidão de colonos de primeira ordem e, também, a sua capacidade de “organização”. Só a “organização” que ela, vitoriosa, nos traria! Que maravilhosa coisa não seria!” (E citam um pequenino exemplo

---

<sup>147</sup>Ibidem.

dessas futuras maravilhas possíveis – as colônias alemãs do Sul, especialmente asseada e laboriosa Blumenau...) <sup>148</sup>

Vianna critica, ferozmente, estes simpatizantes que compartilhavam da crença de que uma vitória alemã pudesse trazer organização para o nosso país, como diziam ter ocorrido nas colônias alemãs do Sul do país. A justificativa seria apenas para disfarçar seu apreço pelo “sadismo nazista”. Essas pessoas seriam ignorantes, no sentido de não conhecer a psicologia dos líderes alemães, os princípios morais que regem a conduta destes, e, principalmente o que almejam para a vida internacional, em especial, para o continente americano.

O sociólogo acreditava que havia “camaradagem” entre os brasileiros e as outras nações, porém a mesma postura não era encontrada entre os alemães, pois nenhum sentimento seria capaz de fazer os alemães abdicarem de seus direitos à “psicologia da raça”. A educação moral nazista não deixaria espaço para sensibilidades.

Vianna afirma que Hitler preparou, duplamente, seu povo: materialmente, transformou a Alemanha em uma potência militar, e moralmente, eliminou qualquer sentimento de compaixão e piedade das mentes dos alemães.

O autor fala ainda sobre a simplicidade de pensamento dos que acham que a neutralidade diante da guerra poderia ser vista com benevolência pelos alemães: “Eles [os alemães] aprenderam a tratar o inimigo vencido sempre de uma forma impiedosa. Os que esperam deles atitudes brandas, gestos liberais, transigências de equidade mostram desconhecer a mentalidade alemã” <sup>149</sup>.

No artigo *Duas concepções de “espaço vital”*, publicado no dia 23 de abril de 1943, Vianna argumenta que espaço vital para os brasileiros seria sinônimo de liberalismo e hospitalidade, porém, os alemães, que para aqui vieram com sua

---

<sup>148</sup>VIANNA, Oliveira. “Consciência e inconsciência dos ‘simpatizantes’ da Alemanha”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,09/04/1943.

<sup>149</sup>VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de ‘espaço vital’”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,23/04/1943.

concepção “bismarkiana-hitleristas”<sup>150</sup> de espaço vital, não encaravam da mesma forma. Nas palavras de Vianna, a visão deles era “egoísta e predatória”<sup>151</sup>.

A concepção tradicional de espaço vital, era baseada numa teoria liberal e humana que permitia a outras raças estabelecerem-se em nosso país e misturarem seu sangue ao nosso e, dessa forma, encontrassem um lugar para descansar e recomeçar suas vidas, já que não encontravam mais espaço em seus países de origem:

Os alemães que se difundiram tão largamente ao sul do país, aqui entraram e se radicaram e se consolidaram em núcleos maciços e homogêneos unicamente porque da nossa parte, os envolvemos com os demais colonos nessa atmosfera de liberalismo, hospitalidade e mutuo acordo que característica a nossa concepção de espaço vital.<sup>152</sup>

Apesar deste aparente bom relacionamento entre as duas nações, os alemães que imigravam para o nosso país traziam para nosso território uma concepção nociva de espaço vital. Não vinham pensando em unir sua cultura a nossa. Vinham, utilizavam as terras brasileiras, mas, eram segregacionistas, não se preocupavam em integrarem-se à nacionalidade do seu país anfitrião.

Utilizando obras de Sílvio Romero<sup>153</sup>, Vianna afirma que esse foi “o primeiro a dar o alarma contra essa mentalidade antibrasileira dos nossos colonos teutos”<sup>154</sup>. Utilizando o pensamento de Schmoller<sup>155</sup>, Vianna chama atenção de seu leitor para o fato de que realmente havia um plano alemão para criar um país alemão no Sul do Brasil.

---

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de ‘espaço vital’”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,23/04/1943.

<sup>153</sup>

<sup>154</sup> Ibidem.

<sup>155</sup> Gustav Von Schmoller (1838-1917), economista alemão e professor da Universidade de Berlim. Criou uma teoria sobre as etapas da evolução econômica: economia de aldeia, de cidade, territorial, nacional e mundial. Em 1872 fundou a Verein für Sozialpolitik (Sociedade para Política Social), um grupo de economistas conservadores e corporativistas, sendo declaradamente contrários aos liberais, socialistas e marxistas.

Diante de tal fato, o sociólogo acreditava que não poderíamos deixar de considerar que o imperialismo alemão ansiava por lançar seus tentáculos sobre nosso território, construindo aqui uma Nova Alemanha:

O que tem impedido desde a era Bismakiana até agora a Alemanha de realizar a sua ambição tem sido esse sistema de forças que constitui o chamado “equilíbrio europeu”, que outra coisa não é senão, no velho continente, o poder naval do império britânico, a que se aliava o poder militar da França e da parte do nosso continente, a doutrina de Monroe, assegurada pelo prestígio material e econômico dos Estados Unidos. Nada mais. Destruído este sistema de forças que até então vem contendo os instintos predatórios do imperialismo alemão e eliminada a doutrina de Monroe (o que aconteceria se viesse a ser vitoriosa a Alemanha), nenhuma força organizada restaria no mundo que nos pudesse amparar contra a aplicação brutal e integral da “teoria do espaço vital” entendida é claro segundo à concepção alemã.<sup>156</sup>

Segundo a ótica alemã, cada colônia fundada em outro país tinha que ser necessariamente outra pequena Alemanha. Hitler era um continuador delirante da política pangermanista de Bismark. “Soberania alemã” e “espaço vital”, termos inseparáveis, mesmo para alemães fora da Alemanha, eram fundamentos essenciais para se entender a doutrina nazista e que, se bem compreendidos deixavam, claro o perigo de uma vitória alemã para o nacionalismo brasileiro.

*O nazismo e as colônias alemãs no Brasil*, de 30 de abril de 1943, é um desdobramento do artigo anterior. Vianna reitera neste artigo que os nazistas tinham incluído o Brasil em seu plano megalomaniaco de expansão territorial e, as colônias do Sul eram vistas como um braço deste governo nazista. Vianna cita Stoffel, um dos ideólogos do nazismo, segundo o qual os alemães, que viviam em outros países, tinham dois deveres a cumprir: reclamarem sua anexação à Alemanha e cumprir a função de delegados do Reich.

---

<sup>156</sup>VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de ‘espaço vital’”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,30/04/1943.

Vianna raciocina que, se a Alemanha ganhasse a guerra, com toda a certeza Hitler iria reclamar a anexação de parte do Sul do Brasil à Alemanha, já que havia um bom número de alemães e um número ainda maior de descendentes nesse território:

Ora, raciocinemos, na hipótese de que a Alemanha saísse vencedora nessa guerra – como desejam alguns brasileiros inconscientes, ou ingênuos – é claro que, quando chegasse o momento do ajuste dos nossos interesses como os do Reich vitorioso, esta bela região meridional do Brasil, onde vive e floresce uma população de pura origem germânica seria o primeiro assunto a ser estudado. Não é preciso ser profeta para se prever que seria este também o primeiro ponto de atrito entre a onipotente Alemanha, senhora do mundo e rainha dos cinco continentes, e o nosso Brasil praticamente vencido mesmo que se houvesse conservado neutro. Vencido e realmente isolado e desamparado – é isto porque a vitória da Alemanha só poderia resultar da prévia destruição e desaparecimento como força militar do Império Britânico, do Império Russo, Império Francês e dos Estados Unidos, isto é, de todas as forças até agora espiritual e material organizadas para contê-las... O sangue supera tudo, proclama Hitler – e é claro que o item da situação das colônias alemãs do sul do Brasil seria primeiro a ser lançado no tapete.<sup>157</sup>

O autor apresenta estatísticas para comprovar que, realmente, havia o que se temer, pois, em algumas cidades do Sul, a população de alemães e descendentes era maior do que a de brasileiros. Apesar disso, Oliveira Vianna em nenhum momento propõe medidas que excluam os alemães do projeto de nação brasileiro. Ao contrário, alerta que impedir que esses alemães venham para o Brasil traria um problema diplomático para o país:

É claro que qualquer tentativa nossa de reação ou recusa a estes propósitos, tão úteis aos interesses da comunidade germânica, seriam evidentemente vistos pelos agentes de Reich como atitudes inamistosas: e nos horizontes “entendimentos” entre o delegado de *Führer* e o nosso governo veríamos esboçar-se, para logo, a sombra de uma ameaça temerosa: a de sermos averbados, pelo juízo do chefe do Reich, como “inimigos públicos da Alemanha” – o que consideradas as circunstâncias equivaleria a um suicídio. Eles não saberiam sujeitar-se à humilhação de transigir com um princípio fundamental e essencial da doutrina nacional socialista. Não ao homens para essas

---

<sup>157</sup>VIANNA, Oliveira. “O nazismo e as colônias alemãs no Brasil”. A *Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,30/04/1943.

fraquezas ou indulgências afetivas; nem aliás teriam – é óbvio – necessidade disso...<sup>158</sup>

Em *O conceito de “ariano” na doutrina nazista*, artigo de 07 maio de 1943, o conceito “ariano” é analisado por Oliveira Vianna, que diz que esse seria mais político que biológico, o que traria uma flexibilidade útil aos “inspiradores e executores do expansionismo alemão”<sup>159</sup>. A superioridade racial alegada pelos alemães, supostamente, os daria o direito de dominar qualquer território que achassem necessário. Aos que ali vivessem, seria relegado o trabalho mais rude e baixo, pois os arianos viam-se como uma espécie de nobreza:

Em consequência as populações dessas nossas regiões coloniais seriam divididas, - se vitoriosa a Alemanha, - em dois grupos ou classes perfeitamente diferenciadas no ponto de vista da condição social e dos direitos civis e político; uma – dos “alemães genuínos”, “aparentados ou com preponderância do sangue alemão”; outra – composta pelos nacionais de outros países não nórdicos, os seus descendentes, os seus mestiços, oriundos do entrecruzamento com as respectivas etnias e mais ainda os velhos representantes da etnia brasileira. Como na organização do Estado nazista a posição jurídica e social do indivíduo decorre ou é dependente da sua condição radical à primeira classe caberiam os direitos da cidadania e, portanto, o direito de sufrágio e de ser eleito, de ocupar cargos públicos, de praticar as profissões liberais, de pertencer ao partido nazista e de ocupar os cargos mais altos da direção econômica. Quanto à segunda classe, ser-lhe-ia vedado ocupar qualquer cargo administrativo fazer-se eleger para qualquer posto de direção, figurar no partido nazista, como seria afastada de todas as profissões verdadeiramente nobres e do direito de votar, à maneira daqueles “*civis sini suffragio*” que constituíam uma categoria inferior do povo romano. Os empregos mais baixos e os trabalhos mais rudes, repugnantes ou desclassificados é que lhes seriam reservados.<sup>160</sup>

Oliveira Vianna desabafa que, caso a Alemanha ganhasse a guerra, seria este o

---

<sup>158</sup>Ibidem.

<sup>159</sup>VIANNA, Oliveira. “O conceito de ‘ariano’ na doutrina nazista”. A *Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,07/05/1943.

<sup>160</sup>VIANNA, Oliveira. “O conceito de ‘ariano’ na doutrina nazista”. A *Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,07/05/1943.



futuro reservado aos brasileiros. Somente os aqueles não conhecem os postulados da doutrina nazista poderiam duvidar disso.

No artigo *Imigração e colonização ontem e hoje*, de 05 de novembro de 1943, Oliveira Vianna faz elogios às Constituições de 1934 e 1937, chamando-as de revolucionárias, por terem o mérito de possuírem uma legislação imigratória mais limitativa e controladora.

A Constituição de 1891 é chamada de velha e liberal no que diz respeito à política imigratória. Apenas duas preocupações ocupariam a agenda dos antigos governantes: a necessidade de mão de obra e material humano para ocupar o território. Não passaria pela cabeça desses homens de governo a preocupação com a seleção étnica dos grandes grupos étnicos que para cá afluíam. O único critério era não aceitar “elementos cacogênicos ou disgênicos”<sup>161</sup>, mas essa avaliação era aplicada individualmente e não a grupos inteiros.

Vianna chega a citar um decreto de 1911 que regulamentava a imigração e a colonização, e o classifica como negligente e deficiente. A reviravolta teria acontecido em 1937, momento no qual o governo brasileiro teria começado a criar critérios mais rígidos, se preocupando em adotar o princípio da heterogeneidade obrigatória:

Era preciso assegurar a nacionalização destes elementos exóticos, que, embora em miscigenação ou em condições de aculturação, não deixavam de ser exóticos. (...) Ora, o expediente que nos ocorreu para a assimilação destes elementos alienígenas foi o que aconselha a experiência dos povos que, como nós, também se sentem embaraçados com a concentração de grandes massas de estrangeiros dentro do seu território. É o caso dos Estados Unidos. É o caso da França, que, depois das devastações da grande guerra, evitou ser progressivamente invadida por grandes afluxos de elementos estrangeiros.<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup>VIANNA, Oliveira. “Imigração e colonização ontem e hoje”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,07/05/1943.

<sup>162</sup>Ibidem.

O autor considera que, assim como foi feito em outros países, o Brasil deveria estipular uma porcentagem mínima de “elementos nacionais” nos núcleos de imigrantes e seguir firmemente com a política de nacionalização nas escolas. Os governantes da Nova República não eram mais displicentes, não permitiam que qualquer um entrasse em nosso território e se isolasse sem interagir com nosso povo, com nossa cultura:

Contra isso reagiu a nova política migratória, estabelecendo preceitos rigorosos tendentes a impedir a concentração dos imigrantes e seu enquistamento consequente. Pela nossa velha legislação, não havia interesse por parte do poder público em regular a composição dos núcleos; bastava apenas que velasse pela sanidade do local, pela excelência do clima, pela fertilidade das terras, pela construção de habitações higiênicas nos centros coloniais. Não o interessava a porcentagem dos elementos componentes dos núcleos e colônias, não o preocupava os problemas de miscigenação, nem, muito menos, a presença obrigatória do colono nacional, agente de aglutinação e assimilação.<sup>163</sup>

Vianna faz grandes elogios à política de nacionalização do governo, e complementa dizendo que, para não voltarmos a ter problemas como os das colônias alemãs em Santa Catarina, onde muitos nem sabiam falar português, ou das comunidades nipônicas de São Paulo, que possuíam colégios em que mais de dois terços dos professores eram japoneses, era necessário seguir com a medida de impor uma certa porcentagem de brasileiros nas colônias de imigrantes e com a instituição de um sistema escolar rigorosamente institucionalizado. Sugere, por fim, que preferíssemos os imigrantes latinos, como os espanhóis e portugueses, que melhor se adaptavam à nossa nacionalidade.

## **2.2 Análise dos artigos**

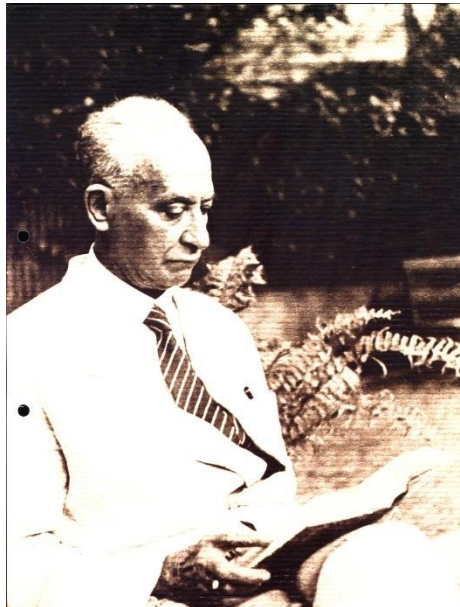
---

<sup>163</sup>Ibidem.

Vianna destaca em suas análises quatro aspectos fundamentais que envolvem o tema da Alemanha Nazista, a saber: a raça; o expansionismo; as colônias alemãs no território brasileiro; e os simpatizantes do nazismo no Brasil.

Oliveira Vianna era um intelectual ativo publicamente, porém, com uma vida íntima aparentemente discreta. Boa parte das horas de sua vida foram gastas em leituras realizadas em sua grandiosa biblioteca e nos banquinhos distribuídos ao redor da casa.

Figura 7 - O sociólogo no jardim de sua casa



Fonte: Arquivo da Casa de Oliveira Vianna

Nestes locais ele lia seus jornais e um ritual se repetia diariamente: as reportagens que lhe interessavam eram cuidadosamente recortadas e incorporadas a sua coleção. Hoje, ainda que fragilizados e amarelados pela ação do tempo, os recortes repousam nas gavetas dos arquivos da Casa, e nos revelam pedaços da história do mundo, do Brasil e dele também.

Entre esses recortes com temas variados há alguns sobre a Segunda Guerra Mundial e outros só sobre a Alemanha. Estes últimos foram escritos em sua maioria por

correspondentes internacionais, que narravam, com os detalhes de quem observava de perto, as notícias de uma Europa em meio ao caos. Provavelmente, foram estas informações, colhidas de diversos jornais do país, que lhe deram base para escrever seus artigos, já que os livros sobre Alemanha eram escassos em sua biblioteca.

Seria de se estranhar se um intelectual como Vianna, tão apaixonado por História, por política, pelo seu país, e que tinha acompanhado durante a juventude as notícias da Grande Guerra, a mais devastadora da história da humanidade até então, assistisse inerte e calado aos sinais de um conflito que batia à porta de sua nação. Ele mais uma vez emitiu sua opinião, não deixou de fazer aquilo que era seu hábito desde os tempos de sua graduação: se posicionou diante dos assuntos do momento.

O conjunto de artigos do *A Manhã* foi uma forma de mostrar que se colocava a favor das decisões do governo de seu país e contra ideologias estrangeiras. Ali ele deixava claro também que, se o leitor lesse com atenção, também encontraria argumentos para fazer o mesmo.

Pode parecer natural que um agente do Estado escrevesse em um jornal defendendo a soberania nacional frente a um inimigo externo que não respeitava fronteiras, como fazia a Alemanha. Contudo, não foi o que aconteceu com alguns membros da cúpula governamental e também de alguns civis: existiram aqueles que admiravam os nazistas, como Vianna denunciou no artigo *Consciência e inconsciência dos 'simpatizantes' da Alemanha*. Se enquadram neste grupo de “germanófilos” membros do alto escalão do governo, como Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, por exemplo, que lutaram enquanto puderam para que o Brasil estreitasse seus laços com os países do Eixo.

Vianna dividiu os “germanófilos” em dois grupos, os inconscientes e os conscientes. Os inconscientes seriam aqueles que ignoravam o conceito de inimigo, de espaço vital e de raça, se deixando levar pela aparente organização e força do povo alemão. Já os conscientes seriam aqueles que, mesmo sabendo de todos os métodos utilizados por Hitler para realizar suas ambições, ainda assim, proferiam discursos em que enfatizavam o impacto benéfico da cultura alemã sobre a nossa nação, caso o Eixo ganhasse a guerra e nos incorporasse ao Reich.

No que diz respeito ao Brasil durante a guerra e à influência de outras nações sobre o país em um momento pós conflito, há um outro grupo que não foi citado por Vianna em sua série de artigos: o dos que admiravam o governo dos Estados Unidos da América. Estes acreditavam que o governo deveria quebrar a equidistância pragmática<sup>164</sup>, que estava mantendo desde a década de 1930, para se alinhar de uma vez ao lado dos estadunidenses, que, após o ataque a Pearl Harbor, haviam declarado guerra ao Eixo. O maior representante deste grupo, e um dos maiores responsáveis pela quebra da equidistância foi Oswaldo Aranha.

O historiador Boris Fausto, ao analisar a diplomacia<sup>165</sup> do Estado Novo, a divide justamente nestes dois grupos: neutralistas germanófilos e neutralistas americanófilos. Vianna não pertencia a nenhum desses grupos. Não era americanófilo, não era germanófilo, nem um neutralista. Ele deixou bem claro em seu artigo que era motivo de

---

<sup>164</sup>O historiador Gerson Moura foi um dos mais importantes intelectuais da História das Relações Internacionais no Brasil, destacando-se seus trabalhos no tocante as relações do Brasil durante as décadas de 1930 e 1950. Em sua dissertação de mestrado, “Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942”, defendida no IUPERJ, em 1979, o autor defende a ideia de que o Brasil soube ler bem a conjuntura internacional na qual os Estados Unidos e a Alemanha disputavam a hegemonia na América Latina, conseguindo, assim, obter alguns benefícios para o país. Para tal, o governo Vargas buscou manter uma equidistância pragmática (rompida durante a Conferência do Rio de Janeiro) em relação aos dois países, buscando obter vantagens econômicas e militares, como por exemplo, a criação da siderurgia e reequipamento do exército.

<sup>165</sup> Esta diplomacia, de acordo com Boris Fausto, era formada por militares e políticos, além dos diplomatas de carreira.

honra para o Brasil o envolvimento na guerra e que essa participação iria salvar o país. Seus artigos mostram a coerência de suas ideias: ele não aceitava que nenhum país exercesse hegemonia sobre o Brasil. Vianna acreditava no poder e alcance do projeto do que ele havia ajudado a construir e ser germanófilo ou americanófilo era como declarar que o Brasil não era uma nação suficientemente autônoma ou que a tentativa de construção de um Estado forte havia falhado. Ser neutro seria também uma prova de incoerência, pois a neutralidade só seria possível para aqueles que não conhecessem as aspirações nazistas, algo impossível para um intelectual com carreira consolidada como Vianna.

O sociólogo escreve seus artigos em meio ao desenrolar dos acontecimentos, portanto, não havia a certeza da derrota alemã. É essa incerteza diante dos eventos que o leva a criticar os apoiadores e simpatizantes dos alemães, que segundo ele, estavam cegos diante do “perigo alemão” e se comprometendo com ideais que não permitiriam a aceitação de outras raças além da ariana.

Além dessa estranha postura dos simpatizantes – apoiar um regime que não os incluiria caso vencesse a guerra –, Vianna destaca que estes não refletiam nas implicações para o Brasil dessa possível vitória alemã, isto é, o país se tornaria um alvo a ser atacado pelos alemães. O território nacional, ocupado por alemães na região Sul, seria visto pelos alemães como possível de ser invadido, pois ali estariam membros legítimos do Reich.

Em outras palavras, a crítica estava ligada, acima de tudo, ao compromisso do intelectual com sua pátria, pois, Vianna foi um dos ideólogos do Estado Novo e um dos intelectuais que se engajaram no projeto de construção da Nação capitaneado por Getúlio Vargas. Portanto, para um intelectual nacionalista e comprometido com a

soberania nacional, era impensável ser germanófilo, americanófilo ou neutralistas pois a perda de soberania e até mesmo de territórios para qualquer nação que fosse era uma derrota de projeto de Brasil.

Em diversos momentos de seus artigos, a questão da raça é abordada de forma detalhada, ressaltando a particularidade desse elemento para os nazistas. Vianna insiste nessa tema para deixar explícito que esse conceito era fundamental para entender a ideologia desse povo e para saber quais planos eles tinham para o futuro. Além disso, com seus artigos, Vianna frisa que a questão da raça era tratada por eles de uma forma bem diferente da que era usada por intelectuais brasileiros.

Roderick Stackelberg afirma que os alemães tinham obsessão pela higiene racial e isso atingia toda a vida social e política da nação, ficando mais evidente na legislação contra os judeus.

A política racial nazista expressava de forma extremada a determinação do novo regime de ampliar princípios biológicos na solução de questões sociais, como o crime, alcoolismo, pobreza, doença ou desagregação familiar. Do ponto de vista nazista, esses problemas tinham origem essencialmente genética.<sup>166</sup>

Oliveira Vianna também pode ter utilizado a publicação dos artigos sobre a Alemanha nazista para responder aos críticos de sua obra, como apontou Giselle Venâncio. Muito criticado pelo uso que havia feito do conceito de “raça”, em trabalhos publicados nas primeiras décadas do século XX, Vianna buscou diferenciar o uso que fez do conceito nos seus estudos, daquele feito pelo nazismo<sup>167</sup>. Para realizar essa diferenciação entre seus conceitos antropológicos e sociológicos das posições extremas

---

<sup>166</sup>STALCKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. Tradução de A. B. Pinheiro de Lemos. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002, p.184.

<sup>167</sup>VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*, Op.cit, p. 97.

adotadas pelos nazistas, Vianna destaca o elemento “político” envolvido na definição de “raça” dos alemães:

Porque o que importa é, realmente, o conceito que os modernos doutrinadores do pangermanismo fazem ou admitem da “raça ariana”, que é, aliás, um conceito mais “político” do que “biológico” e, por isso, propositadamente impreciso, de modo a assegurar maior liberdade de ação aos inspiradores e executores do expansionismo alemão<sup>168</sup>.

A noção de “raça ariana” para os nazistas, portanto, era um instrumento de dominação e conquista de outras nações. Baseava-se assim, no interesse imperialista do nazismo e pouco se assemelhava às categorias sociológicas e antropológicas utilizadas nas análises realizadas nos meios acadêmicos.

Por outro lado, essa crítica está embasada na preocupação com o território brasileiro diante da possibilidade real de uma vitória alemã na Segunda Guerra Mundial. O expansionismo alemão é um dos temas a que Vianna se dedica em seus escritos, justamente pelo fato de esse elemento ser um fator de risco para o território brasileiro. A historiadora Ana Maria Dietrich afirma que:

A base ideológica era que as fronteiras alemães não seriam delimitadas pelo território, mas sim pela chamada “raça ariana”. Onde houvesse o sangue germânico haveria simbolicamente a Alemanha, enquanto nação universal. Os alemães ao redor do mundo – intimamente ligados pelos laços de sangue – formariam a sonhada *volks-gemeinsschaft* (comunidade do povo). O objetivo era chamar cada um deles onde quer que estivessem para o seu dever de servir a pátria. Toda propaganda foi dirigida na direção de um “chamado” - todos os alemães deveriam fazer a sua parte para o crescimento da nação, mesmo que, muitas vezes, isso acarretasse em sacrifícios.

O governo brasileiro se esforçou por criar um Estado forte a partir de um projeto próprio, não se filiando à nenhuma das ideologias totalitárias da Europa. Contudo, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro afirma que era grande o número de apoiadores

---

<sup>168</sup>VIANNA, F. J. O. “O conceito de “ariano” na doutrina nazista” *A Manhã*. 07-05-1943.



do nazismo no Brasil. Alguns dados apontam que o número de filiados ao Partido Nazista Brasileiro chegava à quase três mil. A historiadora também apontou para o fato de que esse partido existiu em mais de oitenta países mas, que o que possuía maior número de membros fora da Alemanha era o brasileiro, tendo mais associados do que o da Áustria, por exemplo.<sup>169</sup>

Um dos pilares do nazismo era o pangermanismo, ao lado do regime centralizado em um único partido, da autoridade do *Fuhrer* e das teorias raciais. No entanto, isso não era uma novidade do governo de Hitler, pois esteve contemplado dentro da política territorial alemã desde os anos 90 do século XIX. O Pangermanismo previa um mundo dividido em colônias informais por zonas de influências e uma constante busca de novos mercados consumidores. Entre os seus princípios estava uma ideia de unidade pela raça e pela língua, além da superioridade étnica dos alemães considerados “puros”. O projeto pangermanista previa a união de todos os alemães de origem em um grande império que se estenderia inclusive à África e à América.<sup>170</sup>

A questão do expansionismo estaria, então, estreitamente vinculada à questão racial e a de espaço vital. Foram as ideias de que o Reich deveria unir todos os de sangue alemão sob sua tutela e a do direito de adquirir novas terras para suprir as necessidades desse povo germânico que levou a Europa à guerra. Vianna analisa que as notícias do avanço do expansionismo alemão na Europa, que os jornais estampavam, nacionais poderiam facilmente tomar novas nuances e passar a registrar o avanço do nazismo em nosso próprio território. Deveríamos temer e nos proteger.

Ele conhecia as declarações de Hitler sobre os povos latinos, pois tinha acesso ao *Mein Kampf* onde era possível encontrar passagens como essa:

Se, por um lado, ela pouco deseja a associação individual dos mais fracos com os mais fortes, ainda menos a fusão de uma raça superior

---

<sup>169</sup><<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-brasil-diante-dos-nazistas>>

<sup>170</sup>DIETRICH, Ana Maria. Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

com uma inferior. Isso se traduziria em um golpe quase mortal dirigido contra todo o seu trabalho ulterior de aperfeiçoamento, executado talvez através de centenas de milênios. Inúmeras provas disso nos fornece a experiência histórica. Com assombrosa clareza ela demonstra, que, em toda mistura de sangue entre o ariano e povos inferiores, o resultado foi sempre a extinção do elemento civilizador. A América do Norte, cuja população, decididamente, na sua maior parte, se compõe de elementos germânicos, que só muito pouco se misturaram com povos inferiores e de cor, apresenta outra humanidade e cultura do que a América Central e do Sul, onde os imigrantes, quase todos latinos, se fundiram, em grande número, com os habitantes indígenas. Bastaria esse exemplo para fazer reconhecer clara e distintamente, o efeito da fusão de raças. O germano do continente americano elevou-se até a dominação deste, por se ter conservado mais puro e sem mistura; ali continuará a imperar, enquanto não se deixar vitimar pelo pecado da mistura do sangue.<sup>171</sup>

As preocupações dele, portanto, eram embasadas. Vianna escreve a partir de um lugar privilegiado, que era o de homem de confiança do governo e, como funcionário do Estado, ele sabia da situação dos imigrantes alemães no Sul do Brasil, sabia da existência de Partidos Nacional Socialistas espalhados por todas as regiões, sabia das medidas que o governo vinha tomando para combater essa ideologia e do esforço por integrá-los a nossa nação.

Sabemos que governo de Getúlio Vargas, mesmo apresentando convergências no que dizia respeito à ideologia dos países totalitários, mantinha uma distância segura com relação a estes, o que ficou claro em 1937, quando a política de nacionalização se acentuou, fazendo a mão pesar em cima dos imigrantes — principalmente os alemães, italianos e japoneses — que em nosso território viviam. A ação do governo se intensificaria ainda mais após a realização da VII Conferência Pan-Americana, em 1938, na qual Brasil e EUA se uniram em um esforço de defesa do continente do “perigo iminente da deflagração de uma guerra mundial”<sup>172</sup>. Como forma de defesa, o

---

<sup>171</sup> HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

<sup>172</sup> FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. Op.cit, p.100.

Brasil passaria a enviar militares para as colônias no Sul do país, estes militares passam a ser chamados de agentes de nacionalização.

Outra função desses artigos era dar fundamento para a política de nacionalização do governo em curso na década 1930. Através de decretos estaduais e da legislação Federal, o governo tornou obrigatório o ensino em português nas diversas instituições educacionais, fechou escolas estrangeiras, proibiu que imigrantes ocupassem cargos de direção em escolas, proibiu escolas com nomes que não fossem de personalidades brasileiras, proibiu que se falasse língua estrangeira nas ruas e, em 1939, tropas do exército foram enviadas para as colônias do Sul do Brasil para nacionalizar estes territórios, levando muitos alemães à prisão acusados de serem “quinta coluna” (aqueles que realizavam ações em prol do Eixo).

A doutrina Nacional Socialista é analisada por Vianna de modo a permitir ao leitor de seus artigos a compreensão de seus principais elementos. O texto não era escrito apenas para demonstrar os posicionamentos contrários do autor, mas também para fornecer aos leitores as ferramentas necessárias para o entendimento correto dos assuntos abordados. Esse compromisso ia ao encontro do papel desempenhado pelos intelectuais estadonovistas ao longo da década de 1930. Alguns destes propuseram uma solução autoritária como projeto de governabilidade para o Estado e pensaram o regime político, ajudando a criar as bases ideológicas e a divulgar as ideias dessa ditadura. Isso foi feito principalmente através da Educação, propaganda e imprensa. Através desses meios, intelectuais assumiram a função de grandes educadores da nação, como aconteceu com Vianna nos artigos do jornal *A Manhã*.

Ele acompanhou, ao longo da década de 1920, o crescimento do interesse dos intelectuais por um processo de modernização que fosse realmente nacional. Para tanto,

ele também foi às origens da formação de nosso país para pensar em soluções para modernizar o país. O movimento modernista que se prendia às questões da arte volta-se para o Estado encarado como cérebro da sociedade, que deveria, com a ajuda dos intelectuais, organizar a sociedade civil, desunida por conflitos de interesses.

Ao longo da década de 1930, alguns intelectuais, apesar de algumas diferenças, propuseram uma solução autoritária como projeto de governabilidade para o Estado. Os intelectuais tiveram no Estado Novo o papel de pensar o regime político ideologicamente e divulgar as ideias dessa ditadura. Isso foi feito principalmente através da Educação, propaganda e imprensa. Através desses meios, os intelectuais assumiram a função de grandes educadores da nação.

O projeto educativo no Brasil neste período atuava em duas principais frentes. A primeira era o Ministério da Educação, que tendo Gustavo Capanema como ministro, tinha por objetivo formar uma cultura erudita. A segunda frente tinha o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com aparelho responsável por difundir as decisões do governo e controlar a comunicação.

O ministério Capanema reunia um grupo de intelectuais ligado à vanguarda do movimento modernista: Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete), Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Portinari, Mário de Andrade. Bem diferente era a composição em torno de Lourival Fontes, que incluía nomes como o de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho. Intelectuais estes conhecidos pelo pensamento centralista e autoritário, que viria a imprimir um rígido controle nos meios de comunicação. É este grupo que vai dar as linhas mestras da política cultural direcionada às camadas populares.<sup>173</sup>

Mônica Pimenta Velloso analisa dois discursos. O primeiro é de Machado de Assis proferido durante a inauguração da Academia Brasileira de Letras, no qual o

---

<sup>173</sup>VELLOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987, p.5.

literato afirma que esta academia deveria funcionar como uma torre de marfim para intelectualidade brasileira; e o segundo discurso, proferido nesse mesmo espaço, só que dessa vez na ocasião da posse de Getúlio Vargas como imortal da Academia, mostra como as coisas haviam mudado. Agora os intelectuais não se isolavam mais em uma torre, não mais ficavam à margem dos acontecimentos da sociedade brasileira. Agora a vida intelectual estava intimamente ligada à vida política.

A metáfora da "torre de marfim" é incessantemente reproduzida como símbolo da alienação política em que viviam as nossas elites culturais. O ideal esteticista da literatura, o intelectual erudito e o academicismo são objeto de crítica violenta por parte do regime, que passa a de fender a função social do intelectual, chamando-o a participar dos destinos da nacionalidade.<sup>174</sup>

Esse artigo nos leva a perceber que o intelectual no Estado Novo era um agente da consciência nacional. Com isso, aumenta o espectro de atuação dos homens de letras que antes se viam presos à torre de marfim. Agora, são convidados a se apresentar na arena política. Mesmo com essa ampliação de fronteiras, uma coisa permanecia a mesma: a intelectualidade brasileira continuava sendo uma elite privilegiada, em um país onde havia muitos analfabetos encarados como massa.

Velloso cita Azevedo Amaral, para o qual esses novos atores eram vistos como mais lúcidos do que o restante da população e, por serem assim, poderiam funcionar como um órgão do poder público. Neste posicionamento de Azevedo Amaral, vemos embutida uma das principais características do Estado Novo, o autoritarismo. A sociedade era vista como massa amorfa, inepta para lidar com questões políticas e imatura, necessitando de guias que a conduzissem, e os intelectuais auxiliavam o governo nessa renovação nacional. Nas palavras de Velloso: “na base dessa

---

<sup>174</sup>Ibidem, p.9.

argumentação, transparece a vinculação entre as elites intelectuais e políticas: as primeiras pensam as segundas realizam”<sup>175</sup>.

Durante o Estado Novo, diversas ações do governo destacaram-se: criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce, consolidação das Leis Trabalhistas e formação da Justiça do Trabalho. Todavia, este foi um período contraditório porque, apesar desses avanços, havia censura aos meios de comunicação, prisões de opositores, controle dos sindicatos etc. Essa ditadura teve três características principais, o autoritarismo, o nacionalismo e o antiliberalismo, características também presentes nos governos de outros países do Ocidente nessas mesmas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, “O Estado Novo ocorreu, portanto, numa onda de transformações por que passava o mundo, o que reforçava a versão de que a velha democracia liberal estava definitivamente liquidada”<sup>176</sup>.

Foi após a Primeira Guerra Mundial que a democracia e o liberalismo começaram a entrar em crise e o pensamento antiliberal começou a ganhar espaço na América Latina. Ergueram-se governos nacionalistas de direita em países como Brasil e Argentina, governos que tinham como objetivos integrar politicamente as massas, mediar conflitos sociais, tudo isto através de um Estado forte e interventor que, por meio de lideranças carismáticas, seria capaz de guiar a nação rumo ao progresso. Na Europa, podemos extrair dois exemplos de projetos alternativos à modernidade liberal:

Nos anos 1930, as teses favoráveis à construção de um Estado com capacidade de planejar/organizar/dirigir o desenvolvimento econômico e intervir nos conflitos sociais e políticos ganharam terreno, e os regimes fascista italiano e nazista alemão passaram a ser indicados como alternativas de sucesso aos regimes liberais em descrédito.<sup>177</sup>

---

<sup>175</sup>Ibidem, p.18.

<sup>176</sup>OLIVEIRA, L. L., VELLOSO, M. P. E., GOMES, A. M. C. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.8.

<sup>177</sup>CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Populismo latino-americano em discussão”. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 140.

Foi nessa época em que fermentavam projetos antiliberais de governo que Vianna escreveu seus textos e, o reflexo deste momento pode ser visto em muitos de seus trabalhos, como apontam vários pesquisadores que analisaram a sua obra. Em vários de seus livros, podemos ver claramente a oposição ao liberalismo, que, segundo o autor, era algo que poderia até ter funcionado em outros países, mas não atenderia as especificidades de nosso país.

Esse traço antiliberal do pensamento de Vianna vai ao encontro das ideias defendidas por vários governos autoritários que surgiram no mundo, que, além de serem contra o liberalismo, também eram contrários aos ideais do comunismo. Nesse sentido, o controle da classe trabalhadora era de grande importância para a organização política do Estado. No Brasil, de modo a integrar a classe trabalhadora, ainda no Governo Provisório, a política trabalhista passou a ser implantada por Vargas. O principal objetivo do governo era tornar-se o organizador da classe trabalhadora, objetivando transformar esses trabalhadores em apoiadores do regime. Para tanto, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio encarregado de produzir a legislação sobre os sindicatos e os direitos e deveres trabalhistas. Os sindicatos foram encarados como colaboradores do governo, órgãos consultivos, do qual todos os trabalhadores deveriam fazer parte e que deveriam ser reconhecidos pelo Ministério para serem legalizados<sup>178</sup>. Da mesma maneira, um conjunto de leis passou a beneficiar os trabalhadores urbanos, bem como regular as suas relações com os patrões.

Entre Março de 1931 e Novembro de 1932, estabeleceram--se novas modalidades para a concessão de férias, criou-se a Carteira Profissional, regulou-se o horário de trabalho na indústria e no comércio, bem como o trabalho das mulheres e dos menores. A justiça

---

<sup>178</sup>FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Op.cit, p. 286.

do trabalho foi prevista na Constituição de 1934, mas veio a ser regulamentada somente em 1941, no curso do Estado Novo.<sup>179</sup>

Giselle Martins Venâncio destaca que, em função da suspensão das casas legislativas federal, estaduais e municipais e dos canais políticos de representação partidária, a elaboração e a aprovação das leis se transferiram do Legislativo para o Executivo. É durante o Governo Provisório (1930-1934) que a maior parte da legislação trabalhista foi criada. Esta seria “uma fase em que o governo legisla sem obstáculos, transformando o Poder Executivo no *locus* privilegiado para a criação das leis trabalhistas”<sup>180</sup>.

Para Jorge Ferreira, “de acordo com a doutrina estatal varguista, o meio de superar a pobreza, individual e coletiva, era pela valorização do trabalho, permitindo, assim, a melhoria de vida do conjunto da sociedade”<sup>181</sup>. Nesse projeto trabalhista, destaca Ferreira a partir das palavras da historiadora Angela de Castro Gomes, “o trabalhador, embora pobre, era bom e honesto, merecendo por isso o amparo e a proteção do Estado”<sup>182</sup>. Dessa maneira, “Como um direito e um dever, por meio do trabalho o operário seria elevado à condição de cidadão, com garantias das leis trabalhistas. Cidadania e trabalho, portanto, tornaram-se expressões complementares”<sup>183</sup>. O que estava em jogo não mais era apenas a questão econômica, mas, sobretudo, uma questão simbólica importante. Tratava-se não só de conceder direitos e uma melhor remuneração, mas de reconhecer os trabalhadores como cidadãos, de integrá-los.

---

<sup>179</sup>FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. Op.cit, p. 49.

<sup>180</sup>VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*. Op.cit, p. 142.

<sup>181</sup>FERREIRA, 1997: p. 31.

<sup>182</sup>Ibidem, p.31.

<sup>183</sup>Ibidem.



Oliveira Vianna participou ativamente desse processo de integração da classe trabalhadora. Em 1926, assumiu o cargo de diretor do Instituto de Fomento Agrícola e, em 1931<sup>184</sup>, se tornou membro do Conselho Consultivo, ambos, órgãos vinculados ao governo estadual. A atuação nesses cargos diretivos na administração do estado do Rio de Janeiro foi fundamental para pavimentar o caminho de uma carreira política na União. Foi no Governo Provisório (1930-1934) que Vianna ingressou no Conselho Jurídico do Ministério do Trabalho, que pensou e estruturou a legislação social e trabalhista brasileira. Em pleno Estado Novo, em 1940, assumiu o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, função que só deixou com o seu falecimento em 1951. Venâncio deixa claro que:

A participação de Oliveira Vianna no processo de normatização das relações de trabalho foi de grande relevância, posto que se tornou Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, cargo que exerceria durante oito anos, justamente no principal período de elaboração das leis trabalhistas, entre 1932 e 1940. Segundo dois de seus principais biógrafos [João Batista de Vasconcelos Torres e Anselmo Macieira] Oliveira Vianna representaria muito mais do que um consultor, sendo, efetivamente, o verdadeiro articulador de toda a legislação trabalhista.<sup>185</sup>

Visto por Vasconcelos Torres como o “centro criador e orientador da reforma social”<sup>186</sup>, Vianna atuando como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, nas palavras de Giselle Venâncio, “passou de autor de um discurso legítimo sobre a sociedade para artífice de uma nova organização social”<sup>187</sup>. A historiadora explica que:

---

<sup>184</sup>Os anos da década de 1930 foram aqueles em que ele começa a perder um pouco de sua visibilidade no cenário intelectual por passar muito de seu tempo com serviços de gabinete. A respeito deste assunto, ver: Carvalho, 1990:83.

<sup>185</sup>VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*. Op.cit, 143.

<sup>186</sup>TORRES Apud VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*. Op.cit, 143.

<sup>187</sup>VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*. Op.cit, 143.

Oliveira Vianna compartilhava os sonhos dos homens de sua geração: corrigir o Brasil e construir a nação, subordinando interesses individuais e privados aos interesses coletivos. O seu ideal era o de que a legislação trabalhista pudesse ser o instrumento básico desse processo. Segundo ele, as mudanças legais seriam capazes de corrigir as desigualdades e os desequilíbrios, transformando a sociedade dentro da ordem.<sup>188</sup>

Esse papel de artífice da organização social também é apontado por Sergio Miceli. Segundo Venâncio, Miceli “destaca o papel exercido por Oliveira Vianna como membro do que ele denomina ‘elite intelectual e burocrática do regime’”<sup>189</sup>. Esse grupo restrito de intelectuais que compunha essa elite :

possuía enorme valor social adquirido por terem eles sido convocados, durante o período Vargas, para assumir cargos de cúpula do Executivo, onde tinham participação efetiva no processo decisório em matéria de sua alçada. Até mesmo a atividade intelectual desse grupo se confundia com a prestação de serviços políticos. A atuação de Oliveira Vianna no Ministério do Trabalho tinha esse caráter, a ponto de Castro Faria, afirmar que a convivência deste com o poder “deu-lhe a ilusão de poder converter suas idéias e programas em determinações políticas irreversíveis”.<sup>190</sup>

Já sua atuação, a partir de 1940, como Ministro do Tribunal de Contas da União é considerada pelos historiadores e biógrafos como uma espécie de premiação pelo tempo de serviços dedicados ao governo<sup>191</sup>. Seu principal biógrafo, Vasconcelos Torres, destaca esse caráter de premiação do cargo:

Cumprira seu dever no Ministério. (...) e esgotara-se demasiado na árdua função. O físico denunciava os excessos da atividade intelectual. (...) A velha e predileta sociologia não se encontrava abandonada mas não vinha tendo a assistência de antigamente. Já construía o monumento e, bom pedreiro, não almejava perder-se nos arremates finais que deveriam competir aos outros. Carecia voltar ao estudo costumeiro, completar a pesquisa para o segundo volume de Populações Meridionais do Brasil. (...) Que outros viessem para substituí-lo e seguissem as suas pegadas. Nesse meio tempo verifica-

---

<sup>188</sup> Ibidem, p.144.

<sup>189</sup>Ibidem.

<sup>190</sup>Ibidem.

<sup>191</sup>Ibidem, p. 145.

se uma vacância no tribunal de Contas da União. O presidente Vargas oferece-a ao escritor que admirava. Desejava premiar-lhe o labor. O lugar permite o prosseguimento do estudo e da pesquisa.<sup>192</sup>

Quando assumiu esse cargo, Vianna já contava com muitas críticas às suas ideias, o que também tornou oportuna essa mudança de ares. Após uma década de trabalho, ele se aposentava para cuidar da saúde e de seus escritos de sociologia. O que fica evidente nessa relação estreita com o poder é a participação ativa desse intelectual, não apenas na burocracia, mas também na arquitetura dos seus ideais.

---

<sup>192</sup>TORRES *Apud* VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna. (1883-1951)*. Op.cit, 145.

### **CAPÍTULO III – A Construção da memória sobre Oliveira Vianna: das críticas ferrenhas à retomada dos estudos sobre o intelectual e sua obra**

O presente capítulo versa sobre a memória construída a respeito do sociólogo Oliveira Vianna, intelectual de renome no cenário nacional e com o histórico de participação ativa durante o Estado Novo varguista. Temas como o autoritarismo, a raça, as críticas a sua obra, as acusações de simpatia pelo fascismo italiano e pelo nazismo alemão, serão discutidas com base na obra e trajetória do intelectual brasileiro.

#### **3.1. A construção da memória sobre Oliveira Vianna**

Oliveira Vianna foi o autor de obras fundamentais do pensamento social brasileiro. *Populações Meridionais do Brasil*, *O Ocaso do Império* e *Instituições Políticas Brasileiras* são alguns dos exemplos de livros que marcaram época por sua originalidade e erudição. Suas obras ainda hoje continuam sendo referências importantes nos campos da Sociologia e da História, tanto para aqueles que buscam em seus textos referenciais teóricos como para aqueles que os querem contestar.

Contudo, a importância de seu pensamento não se resume apenas aos livros que publicou. Além das obras clássicas, Vianna deixou como legado uma série de artigos para jornais e, é claro, a sua própria experiência de vida e atuação política no Estado Novo comandado por Getúlio Vargas. Atuou em cargos importantes, sendo reconhecido pelos pares e opositores como peça chave no governo.

Esse reconhecimento, tanto da sua importância e atuação política quanto da sua vasta obra, provocaria diversos movimentos para a construção de uma memória sobre Vianna: para os opositores, a desqualificação de livros e ideias e sua trajetória política; já para os apoiadores, a valorização de seu pensamento e de sua atuação no governo. Desses movimentos nasceram pechas, elogios, títulos e acusações contra o intelectual.

É sabido que fatos sociais não são dados eternos e imutáveis. Pelo contrário, há construções, processos ativos de interação e transformação do mundo e da sociedade que podem ser estudados pelos historiadores. Assim também ocorre com a memória, pois como bem destacou Michael Pollak,

Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.<sup>193</sup>

Tratar da memória construída a respeito do sociólogo e historiador Oliveira Vianna é, portanto, ir em busca dos agentes que criaram essa memória e, é claro, do próprio processo de constituição dessas memórias.

### **3.1.1. Oliveira Vianna e o autoritarismo**

O historiador José Murilo de Carvalho argumenta que Vianna “ficara marcado pela participação no governo Vargas, pelo apoio à ditadura de 1937”<sup>194</sup>, sendo identificado como um dos construtores da base teórica que deu suporte para este regime. Ao lado de outros intelectuais como Francisco Campos e Azevedo Amaral, tornou-se conhecido por forjar o pensamento autoritário brasileiro.

---

<sup>193</sup>POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n. 3, 1989, p. 4.

<sup>194</sup>CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Viana”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.4, n.7,1991, p. 83.

Carvalho destaca o sucesso da publicação de *Populações Meridionais do Brasil* e o prestígio que Vianna possuía na década de 1920. Para Aluizio Alves Filho:

A recepção unanimemente positiva que o livro de estreia de Oliveira Vianna teve por parte de intelectuais influentes seus coetâneos, somada à repercussões igualmente positivas dos livros que publicou nos primeiros anos que se seguiram ao sucesso inicial, foram suficientes para que galgasse e cristalizasse posição de grande destaque no campo intelectual brasileiro.<sup>195</sup>

Na década seguinte, seu prestígio só aumentaria, surgiriam convites para cargos importantes e o engajamento no trabalho de gabinete levaria sua influência política ao seu auge. Esse quadro mudaria nas décadas seguintes. José Murilo de Carvalho ressalta que a ligação de Vianna com o governo ditatorial contribuiria para as críticas que sofreria até o fim do século XX.

Nos meios intelectuais de esquerda surgia uma reação à sua obra que só faria crescer após sua morte em 1951. O regime militar agravou a reação, pois, para muitos, sua ideologia fundava-se na visão de Brasil e na proposta política do sociólogo fluminense. Xingar Oliveira Viana tornou-se, então, um dos esportes prediletos dos intelectuais de esquerda ou mesmo liberais. Os rótulos acumularam-se: racista, elitista, estatista, corporativista, colonizado, nas críticas mais analíticas; reacionário, quando a emoção tomava conta do crítico. Oliveira Viana foi mandado aos infernos.<sup>196</sup>

Vianna recebera o rótulo de “intelectual autoritário” e passaria a sofrer duras críticas que se estenderiam até o final do século XX, marcando a sua imagem com tamanha força que muitos passaram a nutrir contra ele e sua obra um certo desprezo. Um exemplo pode ser visto no artigo *A Utopia de Oliveira Viana*, escrito por José Murilo de Carvalho e publicado, em 1991, na revista *Estudos Históricos*, que mostra essa amplitude das críticas ao sociólogo e historiador brasileiro. De acordo com Carvalho,

---

<sup>195</sup>FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. – Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2011, p.203.

<sup>196</sup>Ibidem.

Vianna ainda se encontrava naquele momento no inferno que havia sido mandado pelos críticos. Essa condenação era revista apenas por “um ou outro ensaio tímido”<sup>197</sup>.

Mesmo havendo a “inegável influência de Oliveira Viana sobre quase todas as principais obras de sociologia política produzidas no Brasil após a publicação de *Populações meridionais*”<sup>198</sup>, a condenação que sofreu não foi revertida. Segundo Carvalho, a riqueza das análises de Vianna pode ser vista através da repercussão de suas obras, pois,

Dele há ecos mesmo nos autores que discordam de sua visão política. A lista é grande: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré, Victor Nunes Leal, Guerreiro Ramos e Raymundo Faoro, para citar os mais notáveis. Até mesmo Caio Prado lhe reconhecia o valor, ressaltando as críticas.<sup>199</sup>

Contudo, há uma constatação importante acerca da relação dos intelectuais com o Estado Novo, destacada por Carvalho em seu artigo, que possibilita a compreensão dessa condenação do sociólogo. Há uma cobrança muito grande sobre Vianna quando comparado a outros que também se engajaram no governo varguista. Nas suas palavras:

Quanto ao apoio à ditadura, foram muitos os intelectuais que aceitaram posições no governo e de quem não se cobra a adesão com tanto rigor como de Oliveira Viana. Não se cobrou de Carlos Drummond, de Mário de Andrade, de Sérgio Buarque, e nem mesmo de Capanema. É certo que ele não só participou do Estado Novo como também o justificou teoricamente. Mas é preciso entender que o espírito da época era muito menos liberal do que o de hoje, o autoritarismo pairava no ar, da direita à esquerda.<sup>200</sup>

A historiadora Angela de Castro Gomes também ressaltou a questão do autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, bem como sua relação próxima com o Estado Novo. Para ela, o sociólogo abertamente defendia o autoritarismo do regime

---

<sup>197</sup>Ibidem.

<sup>198</sup>Ibidem.

<sup>199</sup>Ibidem.

<sup>200</sup>Ibidem.

varguista e, através da análise do livro *Populações Meridionais no Brasil*, evidencia que, para Vianna, a sociedade brasileira, por ser “insolidária, dominada pelo confronto entre público e privado”<sup>201</sup>, necessitaria de um Estado forte, centralizado, distante dos valores liberais, capaz de se unir verdadeiramente à sociedade. Segundo Gomes,

Seus textos acabariam também por se impor aos estudiosos do pensamento social brasileiro, apesar de, por algum tempo, ter sido minimizado e tachado como um reacionário. Tal identificação explica-se por seu engajamento no Estado do pós-1930 e por sua clara defesa de uma proposta autoritária, mais especificamente ainda, de uma engenharia política corporativa para sua implementação.<sup>202</sup>

Seria o corporativismo o modelo institucional escolhido para organizar o povo brasileiro e estimular o desenvolvimento no Brasil pós-1930. Oliveira Vianna seria fundamental nessa construção:

Oliveira Vianna, em vários textos produzidos ao longo dos anos 1930 e 1940, é quem melhor explicita as características e o sentido dessa utopia corporativa de boa sociedade. Para ele, a nova organização corporativa era a melhor forma institucional de estabilizar a ordem político-social e promover o desenvolvimento econômico do país, cujo paradigma era o mundo urbano industrial.<sup>203</sup>

O tema do corporativismo e da relação de intelectuais com o governo varguista foi também tratado por Nelson Werneck Sodré, autor que se tornaria um dos críticos mais ferrenhos de Oliveira Vianna.

Oliveira Vianna, desde a organização do Ministério do Trabalho, foi consultor jurídico e assessor para a legislação criada pelo Estado Novo. Essa legislação, com acentuados traços corporativistas que a prática esvaziou, era característica do sentido conservador e até reacionário do regime, como não poderia deixar de ser. Assim, os dois ensaístas a que me ligavam, naquele tempo, laços de grande admiração e de estima pessoal, Azevedo do Amaral e Oliveira Vianna,

---

<sup>201</sup>GOMES, Angela de Castro. “Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas”. *REVISTA USP*, São Paulo, n.65, p. 105-119, 2005, p.111.

<sup>202</sup>Ibidem, p.109.

<sup>203</sup>Ibidem, p.113.



tornaram-se esteios da estrutura ditatorial então implantada, com traços fascistas de que se revestiam. Isto significa, em última análise, que a ditadura dispunha de quadros intelectuais excelentes e que os usos com largueza e proveito.<sup>204</sup>

É curioso perceber a mudança pela qual passou a visão sobre Vianna no que diz respeito aos seus posicionamentos políticos. Em 6 de maio de 1926, o jornal *Correio da Manhã* publicou um artigo de Mario Pinto Serva, conhecido por direcionar ácidas críticas aos modernistas, intitulado “Réplica ao Sr. Oliveira Vianna”<sup>205</sup>. Nele, o crítico condenou várias posições políticas do sociólogo, chegando ao ponto de dizer que “o senhor Oliveira Vianna é um perigoso revolucionário inimigo da democracia, da república”. Se, em 1926, o intelectual era “um perigoso revolucionário”, durante o Estado Novo ele passaria a ser um intelectual da ordem, se identificando com o modelo de homem de letras desenhado pelo governo varguista.

### 3.1.2. Os críticos mais ferrenhos e a condenação do pensamento de Vianna

Se nos anos 1920, tal como dizia Capistrano de Abreu, Vianna “grassava”<sup>206</sup>, a ponto das críticas que sofrera de nomes como Astrogildo Pereira, Batista Pereira e Manuel Bomfim, entre alguns outros, não abalarem seu prestígio, nos anos seguinte, como vimos, as críticas se tornariam cada vez mais fortes<sup>207</sup>. De acordo com Carvalho,

A crítica de Astrogildo Pereira (1929), publicada pela primeira vez em 1929, deu o tom de muitas das críticas posteriores. Centrava-se em Populações meridionais e denunciava o viés de classe dominante do autor. Batista Pereira (1931), publicou originalmente sua crítica em 1927 no *Jornal do Commercio*. Seu alvo era “O idealismo da-

---

<sup>204</sup>Nelson Werneck Sodré, *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. – Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2011, p.218.

<sup>205</sup>SERVA, Mario Pinto. “Réplica ao Sr. Oliveira Vianna”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 06/05/1926.

<sup>206</sup>CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Viana”. *Op.cit.*, p.82.

<sup>207</sup>*Ibidem*.

Constituição" e focalizava especialmente o caráter arbitrário de muitas das afirmações de Oliveira Viana.<sup>208</sup>

É interessante salientar que nessas críticas havia um grande respeito por parte dos autores para com Vianna e sua produção intelectual. Não se tratavam de críticas degradantes, tal como classificou o autor de *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*, Aluizio Alves Filho. Tratavam-se de críticos que discordavam de princípios e fundamentos dos trabalhos de Vianna, mas que ainda sim, respeitavam a figura e o prestígio do intelectual.

Alves Filho demonstra esse respeito dos críticos a Oliveira Vianna através de diversos exemplos. Entre eles está a crítica sem assinatura publicada no dia 21 de Março de 1930, no *Jornal do Commercio*, mas, supõe Filho, provavelmente escrita por Medeiros de Albuquerque que foi o autor de uma das notas que haviam sido publicadas entre os dias 25 e 30 do mesmo mês, contendo críticas ao livro *Problemas de política objetiva* recém publicado pelo sociólogo<sup>209</sup>. Segundo o autor da nota no jornal,

O Sr. Oliveira Vianna tem estudos sérios sobre a nossa formação social (*Populações Meridionais do Brasil, Evolução do Povo Brasileiro*). É uma alta mentalidade. É um grande espírito. Escreveu páginas, que ficarão. É, sem favor, um sociólogo, um observador, servido por forte cultura especializada [...] Mas lamentamos que, influenciado pelos livros de Alberto Torres e dos discípulos de Le Play, o Sr. Dr. Oliveira Vianna, num livro que acaba de publicar, *Problemas de política objetiva*, não tenha escrúpulos de acentuar tendências reacionárias que tanto entristecem os seus admiradores.<sup>210</sup>

Outro autor que se referia a Vianna com grande respeito era Baptista Pereira. Ao criticar os seus textos, demonstrou admiração e teceu diversos elogios ao sociólogo,

---

<sup>208</sup>Ibidem, p.96-97.

<sup>209</sup>FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. Op.cit, p.204-205.

<sup>210</sup>Jornal do Commercio, 21 de Março de 1930, p.3 Apud FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. Op.cit, p.204.

cuja aparição nas letras havia lhe dado a “impressão de um levante estrelar”<sup>211</sup>. Suas críticas ao trabalho de Vianna são direcionadas “a explicação de fato histórico, levantando suspeita referente à qualidade de suas fontes”<sup>212</sup>. Para Pereira, explica Alves Filho, “o estudioso não se respaldara em fontes confiáveis e confundira a causa aparente com a real”<sup>213</sup>. É o caso, por exemplo, da crítica que faz a interpretação da queda do gabinete liberal presidido por Zacarias Góes, em 1668, presente no livro *O Ocaso do Império*.<sup>214</sup>

Aluizio Alves Filho demonstra que as críticas de Astrogildo Pereira, tal como já havia observado José Murilo de Carvalho, centraram-se na “apologia da ‘aristocracia rural’”, bem como na negação da existência da luta de classes e na ausência de citações de Marx e Engels e do método marxista de investigação.<sup>215</sup> Para Astrogildo Pereira, o livro *Populações Meridionais do Brasil* visava “justificar histórica, política e socialmente, o domínio dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terra, daquilo que o autor chama com admiração, a ‘aristocracia rural’”<sup>216</sup>.

É curiosa a crítica de Astrogildo Pereira no que diz respeito ao Marxismo, pois o “próprio Astrogildo Pereira informa que a primeira edição, em forma de livro, do *Manifesto Comunista de 1848*, de Marx e Engels, foi publicada no Brasil em 1924, portanto dois anos após vir a lume a segunda edição do livro de Vianna”<sup>217</sup>. Mesmo caracterizando a obra de Vianna como “apologética”, Pereira não o ataca pessoalmente,

---

<sup>211</sup>Baptista Pereira, *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. – Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2011, p.206.

<sup>212</sup>Ibidem, p.207.

<sup>213</sup>Ibidem, p.206.

<sup>214</sup>Vianna atribuiu a queda de Zacarias de Góes à escolha de Torres Homem para o Senado pelo Imperador D. Pedro II. Já Pereira defendia a imposição da demissão do Ministério pelo conservador Caxias.

<sup>215</sup>FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. *Op.cit*, p.212-213.

<sup>216</sup>Astrogildo Pereira *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. *Op.cit*, p.211-212.

<sup>217</sup>Ibidem, p.213.

mas manifesta suas desavenças de natureza ideológica em relação a Vianna. Esse quadro mudaria nos anos seguintes<sup>218</sup>.

José Murilo de Carvalho faz um panorama das críticas sofridas por Oliveira Vianna após os anos 1950. Há um conjunto de intelectuais renomados nos nomes destacados por Carvalho, o que só daria às críticas um peso muito maior.

A primeira crítica mais virulenta veio de Nelson Werneck Sodré (1961). Em livro anterior (1942), este autor elogiara a obra de Oliveira Viana. Na mesma linha de denúncia do racismo e da submissão ao pensamento colonialista, embora com maior erudi o, está o artigo da Vanilda Paiva (1978). A crítica mais extensa, objeto de um livro inteiro, foi produzida por José Honório Rodrigues (1988). O título já indica o sentimento deste autor em rela o a Oliveira Viana. Para ele o sociólogo fluminense fora nada menos que o responsável intelectual pelos golpes de 1937 e de 1964 (p.3). Vejam-se também as críticas de Sérgio Buarque de Holanda (1979) e de Dante Moreira Leite (1969). A tese deste último, que deu origem ao livro,   de 1954, anterior ao livro de Sodré.<sup>219</sup>

Para Nelson Werneck Sodré, no início dos anos 1940, Oliveira Vianna “era uma das maiores figuras do pensamento brasileiro do nosso tempo”<sup>220</sup>. Já no início da década de 1960, o mesmo sociólogo que era visto como grande referência e sua obra de maior sucesso passariam a receber críticas mais profundas de Sodré. *Popula es Meridionais do Brasil*, antes elogiado, ganhava de seu antigo admirador o completo desprezo. Diz Sodré sobre o livro, “Estamos frente a distor o es as mais expressivas, a um amontoado de tolices e fatuidade, tudo muito distante daquilo que merece aten o porque nada disso representa a pesquisa honesta, ou procura ver a realidade cientificamente”<sup>221</sup>. A obra foi diagnosticada como:

---

<sup>218</sup>Ibidem, p.214.

<sup>219</sup>CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Viana”. *Op.cit*, p.97.

<sup>220</sup>Nelson Werneck Sodré *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdu o ao estudo da forma o social brasileira: pioneirismo, contribui es e questões polêmicas*. *Op.cit*, p.215.

<sup>221</sup>Ibidem, p.216.

[...] apologética descomedida aos elementos dominantes, não passava, no fim das contas, de um andaime mal amparado, cujos esteios denunciavam fraquezas irremediáveis. Andaime incapaz de possibilitar, na verdade, uma construção ampla e sólida, sem a firmeza necessária para sustentar um edifício apto a resistir, não à passagem do tempo, o que seria muito, mas a um exame mais atento.<sup>222</sup>

A “ausência de uma crítica preparada” seria o motivo do sucesso do principal livro de Vianna, tido para Sodré como “maciço e confuso”<sup>223</sup>. Nelson Werneck Sodré não só desqualificava a obra como também os seus comentadores. Nos comentários que teceu sobre as avaliações positivas de *Populações Meridionais do Brasil*, fez questão de apontar a ausência de capacidade de diversos comentadores como, por exemplo, o historiador literário Ronald de Carvalho, para quem o livro de Vianna “era o que mais o havia interessado para o estudo da evolução brasileira”. Segundo Sodré, Ronald de Carvalho era “notável pela sua ausência de conhecimentos a respeito do nosso país”<sup>224</sup>.

Se a explicação dada por Sodré para a mudança de postura com relação a Vianna era que havia naquele momento, década de 1940, uma “deficiência própria”, Alves Filho destaca que “a medida em que ele se aproxima de um nacionalismo marcadamente marxista adota nova postura, deixando de ter o que designou como deficiência própria”<sup>225</sup>. Há na postura de Sodré a contradição de elogiar Vianna nos anos 1940, rotular, nos anos 1960, Vianna como autor de um “amontoado de tolices” e considerar “quadros intelectuais excelentes” Azevedo do Amaral e o próprio Vianna, nos anos 1970.

Nelson Werneck Sodré, na visão de Dante Moreira Leite, outro crítico ferrenho de Oliveira Vianna que influenciou várias gerações com seus escritos, teria mostrado a

---

<sup>222</sup>Ibidem, p.227.

<sup>223</sup>Ibidem, p.222.

<sup>224</sup>Ibidem.

<sup>225</sup>FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. Op.cit, p.218.

“falsidade irremediável”<sup>226</sup> dos métodos sociólogo e escrito a “melhor apreciação da obra de Oliveira Vianna”<sup>227</sup>. Já Aluizio Alves Filho aponta que o livro *A ideologia do colonialismo* de Nelson Werneck Sodré, publicado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no início dos anos 1960, “faz parte das lutas políticas em curso naquela década, especificamente das lutas no espaço simbólico da produção de ideias”<sup>228</sup>. Esse livro seria o

que se costuma definir como literatura de combate e teve grande influência no campo intelectual enquanto formação de opinião, tal é quantidade de pesquisadores que se inspiraram no lançamento teórico contido nele e que reproduzam as opiniões que neste livro Sodré dá sobre Oliveira Vianna<sup>229</sup>.

Para Alves Filho, em meio as disputas políticas da década de 1960, Sodré atacou aquilo que no livro *Populações Meridionais do Brasil* mais lhe interessava, descartando as interpretações originais e as contribuições de Vianna.

Não havia como apresentar Oliveira Vianna entre os que eram entreguistas (como se dizia na gíria política de então), pois atravessavam os livros do autor fluminense, posterior a 1930, a defesa do nacional e o projeto industrializado do governo Vargas. Onde *Populações meridionais* servia ao espaço das disputas políticas em curso era nos elogios que Oliveira Vianna fazia à “aristocracia rural” e a maneira como a relacionava com a ideologia do branqueamento<sup>230</sup>.

Nelson Werneck Sodré atribui a Oliveira Vianna a glorificação da classe dominante, da “aristocracia rural”:

---

<sup>226</sup>BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.24.

<sup>227</sup>Ibidem.

<sup>228</sup>FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. Op.cit, p.221.

<sup>229</sup>Ibidem, p.218.

<sup>230</sup>Ibidem, p.221.

Com o ensaísta das Populações meridionais do Brasil, começa, realmente, entre nós, na substituição do puro processo monográfico de exposição, de crônica simples, de mera relação de acontecimentos, o postiço, falso enganador processo de fazer levantamento do passado não através do que fizeram os elementos do povo brasileiro, mas através do que fizeram os elementos das classes dominantes. É desde quando começam a repetir-se os chavões da pretensa “aristocracia rural”, a que o escritor tanto se referia.<sup>231</sup>

Na avaliação de Alves Filho, o trabalho de Nelson Werneck Sodré não se focava na discussão das teses que faziam de Vianna “um nome consagrado como interprete do Brasil”<sup>232</sup>, era um texto “de combate onde os escritos de Oliveira Vianna foram exorcizados em um contexto de radicalização política ideológica”<sup>233</sup>. Vianna seria visto como um “apologista da aristocracia rural, como uma espécie de defensor do latifúndio”<sup>234</sup>.

A crítica de Dante Moreira Leite seria uma das mais agudas feitas a Oliveira Vianna. Maria Stella Martins Bresciani explica que

Vários dos itens por ele arrolados orientam, unidos ou separadamente, a execração à pessoa pública de Oliveira Vianna em avaliações turvadas por considerações sobre o caráter do homem, levando de roldão para o lixo autoritário o conjunto de seus trabalhos.<sup>235</sup>

Para Moreira Leite, “a obra de Oliveira Vianna não resiste a qualquer crítica, por mais benevolente que o leitor procure ser, por mais que deseje compreendê-lo em sua época e em seu ambiente”<sup>236</sup>. Tal como fez Nelson Werneck Sodré, Leite também desqualificou os apoiadores da obra de Vianna e o sucesso que teve à época de seu lançamento. Por exemplo, rotulou Wilson Martins, crítico e historiador da literatura,

---

<sup>231</sup>Nelson Werneck Sodré *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. *Op.cit*, p.225.

<sup>232</sup>FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. *Op.cit*, p.228.

<sup>233</sup>Ibidem.

<sup>234</sup>Ibidem.

<sup>235</sup>BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.23.

<sup>236</sup>Dante Moreira Leite *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. *Op.cit*, p.229.

como de “tendências nitidamente conservadoras”<sup>237</sup> após Martins reconhecer em Vianna “toda a moderna orientação de nossos estudos de sociologia e de psicologia social”<sup>238</sup>. Atribuiu também a boa recepção da obra de Vianna ao contexto de emergência dos movimentos fascistas da Europa.

O êxito extraordinário de sua obra seria por isso incompreensível, se tivesse resultado de qualidades ou virtude científicas. Mas esse êxito e esse prestígio mesmo entre intelectuais, tornam-se mais explicáveis quando lembramos que seus livros antecederam por pouco tempo os vários movimentos fascistas europeus ou destes foram contemporâneos.<sup>239</sup>

Há ainda em suas críticas a polêmica consideração sobre a “coloração” da pele de Vianna. Para Leite, Vianna viveria um conflito íntimo:

O seu conflito íntimo pode merecer o nosso respeito ou nossa piedade – dizem os críticos que Oliveira Vianna era mulato escuro, o que leva a supor que sua teoria do arianismo e da aristocracia era uma forma de identificar-se com o grupo dominante –, isso não impede que o crítico esteja obrigado a mostrar até que ponto falseou a nossa história.<sup>240</sup>

Esse exemplo acima demonstra a mudança na forma das críticas direcionadas a Vianna. Se em vida, as críticas que recebera eram bastante respeitadas e focavam-se em questões ideológicas ou mesmo de método de pesquisa, após sua morte, elas evoluíram para os ataques ao seu caráter. Maria Stella Martins Bresciani condena a postura de Leite com relação a Vianna, afirmando que “a consideração sobre a “coloração” da sua pele, o fato de ser mulato, desautorizam, a meu ver, o que de pertinente poderiam conter

---

<sup>237</sup>Dante Moreira Leite *Apud* BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.24.

<sup>238</sup>Wilson Martins *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. *Op.cit.*, p.232.

<sup>239</sup>Dante Moreira Leite *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. *Op.cit.*, p.232.

<sup>240</sup>Dante Moreira Leite *Apud* FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. *Op.cit.*, p.230.



nas observações de Moreira Leite sobre o autor por ele denominado de “arauto do fascismo”.<sup>241</sup>

Dentre as análises que foram influentes para construção de uma memória negativa sobre Oliveira Vianna, além das de Nelson Werneck Sodré e Dante Moreira Leite, três se destacaram. A primeira é o famoso prefácio de 1967, escrito por Antônio Cândido, renomado estudioso da literatura nacional, para o livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Cândido elegeu as obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque como basilares para a compreensão do passado brasileiro e acrescentou que “Ao lado de tais livros, a obra por tantos aspectos penetrantes e antecipadora de Oliveira Vianna já parecia superada, cheia de preconceitos ideológicos e uma vontade excessiva de adaptar o real a desígnios convencionais”<sup>242</sup>.

Esse texto marcaria profundamente a obra de Vianna como superada e serviria como sustentação teórica de diversos trabalhos posteriores, tal como afirmou Bresciani:

Essas reflexões de caráter autobiográfico, definidas pelo autor como balanço do passado a que chegamos a certa altura da vida, ou mesmo como “testemunho” ou “registro de uma experiência”, que poderia ser a de muitos contemporâneos seus, ganharam, a despeito das intenções do autor, o estatuto de paradigma e de divisor de águas da historiografia brasileira. São numerosos os trabalhos fundamentados nessa afirmação, alguns diretamente referidos ao “Prefácio”, outros fazendo uso dele sem a devida referência.<sup>243</sup>

A segunda análise seria a do próprio Sérgio Buarque de Holanda. De acordo com Maria Stella Bresciani, o autor chegou a relacionar as ideias de Vianna e sua atuação como consultor do Ministério do Trabalho com a “doutrinação dos fascismos”.

---

<sup>241</sup>BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.23.

<sup>242</sup>BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.23.

<sup>243</sup>BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.23.

Buarque de Holanda estabeleceu a correlação do pensamento de Vianna com a “religião da ‘terra’ e do ‘sangue’ adotada por ministros do ditador alemão Adolf Hitler”<sup>244</sup>.

Por fim, a terceira análise ficaria por conta do historiador José Honório Rodrigues, que destinaria um livro, publicado em 1988, só para criticar a obra de Vianna, rotulando o sociólogo como ultra-reacionário no subtítulo da obra. Rodrigues destacou que:

Oliveira Viana produziu obras de interpretação muito louvadas e aceitas pela classe dominante, embora sejam passíveis de crítica pela sua posição política ultraconservadora, a favor da "nobreza" ou "aristocracia" rural, quer pelo desprezo pelo povo, quer pelo racismo arianista.<sup>245</sup>

A crítica mais aguda seria a que responsabilizaria o trabalho intelectual de Vianna pelas ditaduras existentes no Brasil. De acordo com José Honório Rodrigues, Vianna seria “o responsável intelectual pelo movimento estado-novista de 1937, de inspiração nazifascista, e pela contrarrevolução de 1964, generalismo presidencial de caráter autoritário e repressivo”<sup>246</sup>.

Podemos encontrar nesses críticos elementos que contribuiriam para a construção de uma memória negativa sobre o autor. Para Bresciani, os

dois aspectos de sua pessoa pública – colaborador político e autor de extensa produção escrita, propondo e defendendo a necessidade de um Estado autoritário para o Brasil –, com frequência os mais enfatizados nas avaliações críticas de sua trajetória, deram lugar ao repúdio largamente generalizado, tanto em relação ao consultor jurídico ativamente envolvido com a legislação trabalhista quanto ao cientista social e intérprete da história do Brasil<sup>247</sup>

---

<sup>244</sup>BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2007, p.24.

<sup>245</sup>RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: a metafísica do latifúndio - o ultra-reacionário Oliveira Viana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1988]. v. 2, t. 2., p.2.

<sup>246</sup>Ibidem, p.3.

<sup>247</sup>BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.22.

Esse repúdio generalizado passaria a ser combatido pela tentativa de seus apoiadores de construir uma memória positiva sobre o pensador fluminense.

### **3.2. A Construção da Casa de Oliveira Vianna: a memória positiva sobre o sociólogo**

As críticas mais duras ao sociólogo fluminense e sua obra, como vimos, se intensificariam após a sua morte em 1951. Além de não poder se defender das críticas, coisa que fazia em vida principalmente nos prefácios de novas edições de seus livros, Vianna ainda teria como elemento marcante para a sua desqualificação e o descrédito dos textos que escreveu, as transformações pelas quais passaria o país nas décadas seguintes a sua morte. Ser taxado como autoritário por intelectuais de renome, muitos deles envolvidos com setores políticos da esquerda, em um país que passaria anos comandado por uma ditadura imposta a partir de 1964, marcada pelo autoritarismo, pela restrição de direitos políticos, de expressão e de cidadania, só intensificaria o repúdio por Oliveira Vianna.

Contudo, não houve apenas uma construção de memória negativa sobre Vianna, mas também a tentativa de se consolidar uma imagem positiva de sua trajetória política e intelectual. Os agentes da construção dessa memória, sobretudo discípulos e amigos próximos, trabalhariam intensamente após seu falecimento para garantir a preservação de uma boa imagem sobre o intelectual. A historiadora Giselle Venâncio aponta que

Em 1951, logo após a sua morte, os amigos e discípulos intelectuais tomaram para si a responsabilidade de organizar o legado material e intelectual de Oliveira Vianna criando todo um processo de construção de uma memória, que culminou na

organização da Fundação Oliveira Vianna (FOV), na manutenção da biblioteca e na organização de seu arquivo privado pessoal.<sup>248</sup>

Após quatro anos de seu falecimento, a casa localizada em Niterói, no bairro Fonseca, na alameda São Boaventura, número 41, local onde Vianna viveu por toda a sua vida, seria adquirida pelo governo estadual e transformada inicialmente

em Fundação Oliveira Vianna pelo decreto n. 5317, de 16 de abril de 1956. A instituição tinha o objetivo de preservar o espaço onde Oliveira Vianna viveu a maior parte de sua vida e manter à disposição do público interessado o seu arquivo pessoal, sua biblioteca, além dos móveis e objetos da casa.<sup>249</sup>

A organização da Fundação Oliveira Vianna, que mais tarde se tornaria a Casa de Oliveira Vianna<sup>250</sup>, tratou-se de uma ação daqueles que desejavam a preservação do legado do sociólogo, com vistas a consolidar a memória positiva do autor. Isso pode ser visto no próprio site da instituição. Nesse endereço virtual, encontramos referências positivas sobre sua atuação na construção da legislação trabalhista. Vianna é apontado como “pai da Justiça do Trabalho”, ou seja, ao sociólogo é associado um elemento que na memória sobre o governo Vargas é visto como positivo. De acordo com o site, “atribui-se a Vianna influência decisiva na elaboração da legislação trabalhista que consagrou Vargas”<sup>251</sup>.

Ao lado do esforço para se construir um lugar para se preservar a memória do sociólogo, houve também a tentativa por parte de seus apoiadores de escrever textos que

---

<sup>248</sup>VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do Arquivo: A trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Tese de doutorado, IFCS-UFRJ, programa de pós-graduação em história social, 2003, p.151.

<sup>249</sup>Ibidem, p.151.

<sup>250</sup>De acordo com Venâncio: “A Fundação existiu durante 20 anos até que, em 9 de abril de 1975, através do decreto-lei nº 60, foi extinta, passando o seu acervo a integrar a Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro, recebendo o nome de Casa de Oliveira Vianna. Alguns anos mais tarde, em abril de 1980, a Casa passou a pertencer à FUNARJ - Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro”. Cf. VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do Arquivo: A trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. *Op.cit.*, p.154.

<sup>251</sup>O trecho encontra-se no tópico “Sobre Oliveira Vianna”, disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-espaco/casa-oliveira-vianna>. Acesso em 13 de Janeiro de 2016.

buscavam combater polêmicas e reavivar o pensamento do sociólogo. O exemplo mais claro dessas iniciativas foi de Marcos Almir Madeira. Aluizio Alves Filho destaca que o

Autor republica alguns de seus artigos anteriores sobre Oliveira Vianna acrescidos de seis artigos deste que foram publicados em 1943 no jornal *A Manhã*, condenando a doutrina nazista e a sua política arianista e imperialista. Segundo Madeira, estes artigos são prova definitiva de que Oliveira Vianna teria abandonado inteiramente as concepções racistas presentes em alguns de seus primeiros livros.<sup>252</sup>

A republicação dos artigos sobre o nacional socialismo, no livro *Oliveira Vianna: vulnerabilidade da crítica*, escrito por Marcos Almir Madeira, pode ser interpretado como uma tentativa de responder a críticas como as de Sérgio Buarque de Holanda, feitas por “grupos de inspiração partidária e pressão ideológica”<sup>253</sup> que, nas palavras de Madeira, “pitorescamente e malignamente”, concluíam que Vianna era um adepto das ideologias do Eixo:

A increpação esboroa-se em um por um dos artigos que Vianna escreveu entre 19 de março e 7 de maio de 1943[...]. Mais que toques de reunir, são toques de alerta aqueles agudos comentários do articulista. Acentue-se: ele escreveu para advertir nossos grupos dirigentes e elites políticas em geral quanto aos riscos da penetração nazista no Brasil.<sup>254</sup>

Vemos claramente que, da parte do amigo e secretário, Marcos Almir Madeira, há uma intenção clara com a republicação dos artigos: “fazer justiça” ao amigo, limpar a imagem de Vianna que havia sido maculada após a sua morte e apresentá-la de forma a diluir qualquer fala que traçasse paralelos entre o pensamento de Vianna e a doutrina

---

<sup>252</sup>FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. Op.cit, p.238.

<sup>253</sup>MADEIRA, Marcos Almir. *Oliveira Vianna – Vulnerabilidade da crítica*. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro 1999, p.47.

<sup>254</sup>Ibidem.

nazista. Contudo, como veremos adiante, a interpretação de Almir Madeira não parece estar completamente correta.

### **3.3. Vianna como simpatizante do Fascismo italiano e do Nazismo Alemão**

Vianna foi um intelectual, teórico do corporativismo, estudioso da história política brasileira, funcionário de órgãos importantes do governo federal. Ele teve participação decisiva nos rumos seguidos pela política nacional durante a Era Vargas<sup>255</sup>. Porém, qualquer tentativa que enquadrar a experiência ditatorial do Estado Novo como fascista é um exagero pois, as diferenças são claras e não podem ser ignoradas.

O mesmo se dá com as acusações que apontavam o próprio Vianna de um simpatizante de regimes totalitários. Os seus artigos sobre a Alemanha nazista publicados no jornal *A Manhã* demonstram que há uma distância muito grande entre o pensamento de Vianna e o nazismo. Entre a publicação dos artigos, uma crítica positiva surgiu, mostrando que as análises dele possuíam respaldo dos editores do jornal.

Essa nota<sup>256</sup>, lançada em 28 de maio de 1943, após a publicação dos quatro primeiros artigos de Vianna sobre o nazismo, tecia comentários sobre os textos e fazia vários elogios ao sociólogo. Segundo a nota, todos artigos de Vianna haviam sido construídos sob amparo de vasta quantidade de fontes a que teve acesso: livros escritos pelos principais “filósofos” do regime nazista e documentos oficiais. Vianna competentemente informava ao leitor sobre os perigos do imperialismo alemão:

Focalizando a posição do Brasil em face do nazismo o autor da “Evolução do Povo Brasileiro” mostrou como a nossa pátria – pelo

---

<sup>255</sup> Chamamos de Era Vargas dois períodos da história brasileira: o primeiro é compreendido entre 1930 e 1945, no qual Getúlio Vargas foi líder do Governo Provisório (1930 – 1934), presidente indiretamente eleito no Governo Constitucional (1934 – 1937) e ditador (1937-1945) no que ficou conhecido como Estado Novo; o segundo período que vai de 1951, quando Vargas é democraticamente eleito, à 1954, ano em que ele comete suicídio dando fim a quase vinte anos de governo.

<sup>256</sup> Um curso de combate ao nazismo”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 28/05/1943.

sentimento, pela geografia e pela concepção de direito e de justiça – constitui oposto do nazismo e de sua doutrina. A vitória da Alemanha – em que hoje é uma tolice redonda acreditar-se – seria, portanto, o aniquilamento do Brasil.<sup>257</sup>

A nota termina dizendo que, mais uma vez, o intelectual prestava “um grande serviço à nação”<sup>258</sup> e, por fim, declarava que Vianna estava combatendo com “erudição, inteligência e vigor” a doutrina que havia levado a humanidade à beira do abismo.

Certamente não há como afirmar que Vianna era um adepto do nazismo quando adotamos a perspectiva do historiador Zeev Sternhell:

O fascismo não deve, de forma alguma, ser confundido com o nazismo. É inquestionável que as duas ideologias, os dois movimentos e os dois regimes tiveram características comuns. Eles seguiram muitas vezes por caminhos paralelos e cruzamentos comuns, mas diferiam num ponto fundamental: o critério do nacional-socialismo alemão fundamentava-se no determinismo racial. A base do nazismo era o racismo em seu sentido mais extremo, e a luta contra os judeus, contra as raças “inferiores”, desempenhou um papel mais preponderante do que a luta contra o comunismo. Marxistas podiam ser convertidos ao nacional-socialismo. Da mesma forma, o nacional-socialismo podia estabelecer tratados com comunistas, trocar embaixadores, coexistir com eles, ainda que de forma temporária. Nada disto, entretanto, era aplicado aos judeus. No que se referia a eles, o único “arranjo” possível era a sua destruição.<sup>259</sup>

Para este autor, há várias semelhanças entre fascismo e nazismo. O racismo, por exemplo, é uma característica que não era exclusiva da Alemanha. O determinismo biológico fazia sucesso em toda a Europa. Contudo a ideia de existência de uma raça superior determinadora de laços entre os fascistas não existia:

O racismo não foi, portanto, uma condição necessária para a existência do fascismo, mas sim um resultado do ecletismo fascista. Por esta razão, qualquer tentativa de estabelecer uma teoria geral que englobe o fascismo e o nazismo terá que se embater com este aspecto essencial do problema. Na verdade, tal teoria é impossível. Inquestionavelmente existem semelhanças, em particular no que se

---

<sup>257</sup>Ibidem.

<sup>258</sup>Ibidem.

<sup>259</sup>STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia. *The Birth of Fascist Ideology. From Cultural Rebellion to Political Revolution*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, 1994

refere ao caráter “totalitário” dos dois regimes, mas as suas diferenças não são menos significativas.<sup>260</sup>

Várias tentativas de colocar a experiência fascista italiana junto com a experiência nazista existiram. Algumas delas fizeram sucesso e são utilizadas até hoje. Mas, tomando como referência Sternhell, teorias desse tipo não dariam conta de explicar a diferença do pensamento de Vianna, por exemplo, que se inspirou no corporativismo fascista italiano para ajudar a criar o corporativismo, mas que não via nenhum atrativo na ideologia nazista, muito pelo contrário: a ideologia nazista, se exitosa, acabaria com todo o projeto que Vianna havia ajudado a construir, acabaria com o sonho de modernizar o país. Vianna foi um intelectual patriota, com um projeto de nação claro, e dizer que ele era simpatizante do nazismo, seria uma contradição muito grande, que não faria jus a toda a trajetória do sociólogo.

Dessa maneira, acreditamos que, ao escrever sobre a doutrina nacional-socialista, Vianna buscava não só convencer seus leitores de seus argumentos, como enfrentar os simpatizantes do nazismo alemão que defendiam essas ideias em pleno território brasileiro, desejando a vitória dos alemães na Segunda Guerra, mostrando mais uma vez, que estava ao lado de sua nação e que trabalhava por ela.

Monica Pimenta Velloso diz que “a questão do nacionalismo, acirrada na conjuntura de guerra, funciona como poderoso elemento aglutinador, capaz de integrar quase toda intelectualidade do período”<sup>261</sup>. Depois das manifestações populares de repúdio a esses ataques, poucos eram aqueles que ainda ousavam se posicionar a favor dos alemães, ainda mais em 1943, ano em que o Eixo começava a obter perdas significativas no velho continente. Oliveira Vianna, assim como a maioria da intelectualidade brasileira, demonstrou seu nacionalismo após os bombardeios aos

---

<sup>260</sup>Ibidem.

<sup>261</sup>VELLOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987, p.40.



navios brasileiros e compactuou com as decisões do governo, ao escrever os artigos. Por meio deles, tentou convencer aqueles setores relutantes da população de que a entrada no conflito ao lado dos Aliados era algo de suma importância.

Os textos impressos, tal como aponta Jean-François Sirinelli, são o “primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo”. Assim, a escrita dos artigos de Vianna seguia a lógica do combate aos adversários políticos, da reação aos acontecimentos do conflito mundial, bem como também a da conscientização e formação de opinião da população.

Creio que os artigos possuem contribuições para o entendimento da doutrina nazista e dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. Porém, entendo que, atrás dessa preocupação com a possibilidade, caso a Alemanha ganhasse o conflito, de o nazismo ser instaurado impositivamente no Brasil, há a preocupação de apresentar para as “massas” bons motivos para a participação brasileira na guerra (que aconteceria um ano após a publicação dos artigos).

É sabido que os artigos sobre a Alemanha não compunham uma coluna específica do jornal A Manhã, nem mesmo foram publicados obedecendo uma periodicidade específica. A sua publicação foi ao encontro do desenrolar dos acontecimentos históricos e das questões que envolviam o panorama político do país, mesmo porque, quando nos deparamos com a vida cotidiana de um periódico ou outro veículo de comunicação, nos deparamos com o reflexo constante da vida política do país em que está inserido.

Através desse estudo, entendo que o sociólogo Oliveira Vianna era, acima de qualquer coisa, um intelectual nacionalista e foi assim que se portou nesses artigos sobre a Alemanha. Ele se orgulhava de seu patriotismo. Essa característica, que lhe era

tão cara, ficou marcada no próprio discurso de posse que fez IHGB, no qual dizia que o historiador devia ser, antes de qualquer coisa, um patriota.

Vianna era o típico intelectual estado-novista: nacionalista, homem de letras e homem de ação. Ao longo dos artigos, alerta o leitor sobre o que poderia acontecer ao futuro da pátria se a Alemanha ganhasse a guerra. Desta forma, cumpre mais uma das funções que Velloso aponta ser típica dos pensadores daquela época: “[...] o intelectual é identificado como o arauto, capaz de prenunciar as grandes mudanças históricas. Nesta perspectiva, ele deve exercer o papel político para o qual é predestinado. Política e profecia encontram-se, então, intimamente vinculados”<sup>262</sup>.

Falar do “perigo alemão” em um dos principais jornais da época podia ser uma forma de afastar qualquer sombra de dúvidas sobre seus escritos e sua visão de política. Ali, ele deixava claro que não nutria simpatias pela ideologia nazista e que qualquer um que se identificasse e defendesse a Alemanha em nosso país, cairia em contradições. A doutrina nacional socialista longe de aproximar-se da inclusão de outros povos ao projeto do Reich, os afastava, os dominava, os perseguia e, em alguns casos, os exterminava.

Oliveira Vianna, ao contrário do que interpretou Marcos Almir Madeira, não parece ter escrito estes artigos especialmente para abandonar sua concepção de raça desenvolvidas em seus livros. Ele não aborta seus estudos sobre raça. Se limita somente a apresentar o conceito dos alemães, mostrando que, por causa dessa ideia, todas as outras nações do mundo poderiam se sentir ameaçadas, inclusive o Brasil. Na verdade, o que observamos é uma coerência entre os seus pensamentos sobre imigração, colonização e assimilação apresentado em seus livros e os divulgados nos artigos do *A Manhã*.

---

<sup>262</sup>Ibidem, p.40.

Vianna critica de forma contundente a ideia de raça ariana dos alemães justamente porque ela não facilitava o processo de nacionalização dos imigrantes da Alemanha que moravam no Brasil. Como eles pertenciam a uma raça dita superior e estavam ligados ao Reich a tendência é que eles acabassem se isolando em nosso território. É isso que mais incomodava Vianna.

A ausência de uma crítica, ou simplesmente, uma menção ao antissemitismo alemão nos artigos de Vianna no *A Manhã*, são um indício de que o problema não era o racismo e sim o isolamento. Mesmo porque, os judeus, tal como os alemães, eram outro povo que, na visão de Vianna, não se integravam completamente a sociedade brasileira por causa de sua história ou cultura.

Outro motivo que pode ter feito com que Vianna não se pronunciasse quanto a perseguição aos judeus é o fato de o jornal *A Manhã* não ter realizado uma cobertura sobre isso, nem através de reportagens, nem de artigos de intelectuais. Esse silenciamento do jornal pode ser reflexo do fato de o próprio governo ter, de forma não explícita, adotado posturas antissemitas. Maria Luiza Tucci Carneiro afirma que:

os governos de Vargas e Dutra mantiveram as circulares secretas antissemitas, entre 1937 e 1948, de forma a impedir a concessão de vistos aos judeus refugiados e sobreviventes dos campos de concentração. Centenas desses judeus ingressaram no Brasil portando visto de católico ou turista, infringindo as regras antissemitas impostas pelas circulares secretas. Outros tiveram que depositar no Banco do Brasil uma certa quantia para pagar o “visto capitalista”, atendendo aos interesses seletivos e econômicos do governo brasileiro. Lembro que milhares de refugiados sobreviveram ao nazismo, valendo-se – em momentos de desespero – de subornos, passaportes e atestados de batismos falsos, além de relações de compadrio com o poder.<sup>263</sup>

Em seus estudos sobre imigração e assimilação Vianna levantou uma série de dados sobre os imigrantes que residiam no Brasil, analisando antropologicamente quais

---

<sup>263</sup> CARNEIRO, M. L. T.. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil. Cadernos de História (Belo Horizonte), v. 13, p. 19, 2012.

povos se misturariam melhor ao povo brasileiro, contribuindo assim, para a constituição e aperfeiçoamento da cultura nacional. Em uma de suas análises apresentadas no livro *Raça e Assimilação* ele chega a considerar que os judeus eram fechados em si mesmos e por isso construíam guetos que podiam ser vistos com facilidade no velho mundo<sup>264</sup>, por exemplo.

Podemos encarar a ausência de uma crítica ao antissemitismo nos artigos de Vianna como uma forma dele manter uma linha de pensamento coerente com a postura adotada pelo Estado Novo – uma vez que ele escrevia para uma publicação oficial deste governo, e este não havia se adotado uma postura de combate ao antissemitismo – e com suas próprias pesquisas sobre imigração e assimilação realizadas antes da publicação dos artigos sobre nazismo no *A Manhã*.

Vianna, nesses artigos sobre a Alemanha, conseguiu duas coisas: firmar seu nome como exemplo de intelectual varguista e começar a reescrever sua memória, marcando diferenças entre seu pensamento e o daquela que viria a ser uma das ideologias mais bárbaras que a humanidade já conheceu.

### **3.4. A retomada dos estudos sobre a obra de Vianna e seu resgate como intérprete do Brasil**

A despeito das iniciativas de construção de memórias acerca do sociólogo fluminense, a historiografia brasileira nas últimas décadas passou a revisitar a produção intelectual de Vianna. Novas leituras sobre as suas obras passaram a ser feitas, buscando a compreensão de sua produção no conjunto das interpretações sobre o Brasil, bem

---

<sup>264</sup>VIANNA, O. *Raça e assimilação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1932, p. 119

como sobre sua trajetória política e intelectual<sup>265</sup>. Sobre esse novo momento interpretativo acerca de Vianna, diz Maria Stella Bresciani:

creio que, até certo ponto, vale para Oliveira Vianna a afirmação sobre o período do Estado Novo feita por Lúcia Lippi de Oliveira (1982), quando disse estar esse período “envolto em uma nuvem de relativo esquecimento”, motivado pela redemocratização do pós-45 e, acrescento eu, pelo governo saído do golpe militar de 1964, ainda em vigência no início dos anos 1980. Tal afirmação perdeu sua força nos dias de hoje, uma vez que, nesses quase vinte anos vários estudos, entre os quais merece especial menção o de Alcir Lenharo (1986), vieram esclarecer, para o bem e para o mal, a política estadonovista e os estudos sobre Oliveira Vianna, cujos resultados mereceram um seminário no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp em abril de 1991.<sup>266</sup>

Seria o seminário realizado na Unicamp um momento chave para a mudança nas análises sobre Vianna e sua obra. O evento resultaria na publicação do livro *O pensamento de Oliveira Vianna*, organizado por Elide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes. Na apresentação da obra, fica clara a motivação para se revisitar a obra de Vianna:

É verdade que suas teses são controvertidas. E sua influência, em alguns momentos políticos importantes, marcados pelo autoritarismo predominantemente no aparelho estatal, tem sido assinalada. Mas é verdade também, que o seu pensamento nem sempre tem sido analisado com isenção, dado a injunção de circunstâncias políticas.<sup>267</sup>

---

<sup>265</sup>Cf. VENÂNCIO, Giselle Martins. *Na trama do Arquivo: A trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Tese de doutorado, IFCS-UFRJ, programa de pós-graduação em história social, 2003 e BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007. Para uma bibliografia sobre Oliveira Vianna Cf. FILHO, Aluizio Alves (org). *Oliveira Vianna: uma introdução ao estudo da formação social brasileira: pioneirismo, contribuições e questões polêmicas*. – Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 201.

<sup>266</sup>BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre interpretes do Brasil*. – 2. Ed., ver. – São Paulo: Editora UNESP, 2007, p.28.

<sup>267</sup>BASTOS, Elide Rugai e MORAIS, João Quartim (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Unicamp, 1993, p.7-9.

A retomada das análises sobre seu pensamento, bem como a existência de análises mais isentas, menos raivosas, mais comprometidas em discutir a sua produção intelectual e menos o caráter do escritor, tem sido um rico e frutífero momento da historiografia brasileira. Não se trata de reabilitar, nem mesmo de defender o autor e comprar suas ideias. Trata-se de pensar acerca da amplitude das análises de Vianna e seus impactos nas análises que se apoiaram em seus escritos. Esse trabalho se filia a essa nova concepção historiográfica.

## CONCLUSÃO

Afonso Arinos de Melo Franco foi acusado de ser fascista como mostraram os versos do poeta Carlos Drummond de Andrade, mas essa memória quase não sobreviveu ao passar dos anos, o que ficou foi a imagem de um homem de múltiplas faces que se opôs à um governo autoritário e, é por isso que seu nome até hoje está gravado em ruas, avenidas e praças, não só em seu estado de origem. Outros intelectuais que apoiaram o governo Varguista também não ficaram marcados negativamente após o fim do regime. O caso de Oliveira Vianna, como vimos, seria bem diferente.

A participação ativa no Estado Novo, tanto como um ideólogo, bem como jurista no Ministério do Trabalho, marcaria a trajetória de Vianna mesmo após a queda de Vargas. A pena de seus críticos pesaria ao abordarem as posturas defendidas por Vianna ao longo da vida. O intelectual fluminense receberia rótulos que se consolidariam como uma memória negativa corroborada por intelectuais de renome. Por outro lado, receberia também o apoio de amigos próximos e discípulos que se engajariam na construção de uma memória positiva, materializada na criação da Fundação Oliveira Vianna, que mais tarde se tornaria a Casa de Oliveira Vianna.

Dentre as acusações mais graves contra Vianna, destaca-se a de ele ser um simpatizante dos regimes totalitários europeus. Vimos que embora tenha traços próximos ao pensamento fascista, como em seus estudos sobre corporativismo, o autor

se distancia muito das bases do pensamento nacional socialista alemão. Havia no nazismo alemão a incompatibilidade com o projeto nacionalista defendido pelo intelectual, em outras palavras, os nazistas com suas ideias sobre Estado-etnia e arianismo iam contra o projeto político brasileiro adotado pelo Estado Novo ao qual estava ligado.

A análise dos artigos realizada nesta dissertação foi importante por mostrar que Vianna estava afastado das ideias nacionalistas, porque isto punha em risco a soberania nacional e a concretização de um projeto de Estado. Além disso, estes artigos mostram que o intelectual respondia aos princípios básicos do *A Manhã* traçados por Francisco Campos e Cassiano Ricardo, já no primeiro exemplar do jornal.

Vianna combateu as ideologias forasteiras e funcionou como um elo entre o governo e o povo através do jornal. Tudo isso, delimitando bem o que era a política estadonovista e o que era fascista, e ao esclarecer o que era a ideologia fascista ele tentou justificar para a população a importância da participação do Brasil na guerra.

Com Cassiano Ricardo, modernista e diretor do jornal, Vianna comunga de muitas ideias, principalmente do que diz respeito à construção de governo forte e com um projeto político e cultural genuinamente brasileiros. Foi esse apreço pela autenticidade de um projeto que fez com que ele não se tornasse nem um neutralista americanófilo e nem mesmo um neutralista germanófilo. A neutralidade para ele não era uma opção. Também não era opção ser um amante de uma nação que não a sua.

Oliveira Vianna esteve durante muitos anos de sua vida comprometido com suas ideias a respeito da sociedade brasileira e com projetos que pudessem transformá-la. Não se trata de reabilitar suas ideias, nem de inocentá-lo das críticas que recebeu, estas



também marcadas pelas questões de seu tempo. Essa dissertação se alinha a recente produção historiográfica sobre Oliveira Vianna. Procuramos entendê-lo dentro de seu contexto e as marcas de seu tempo.

## FONTES

CAMPOS, Francisco. “A função social da imprensa”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 9/08/1941.

*Inaugura-se a biblioteca municipal de Alegrete. A Manhã* p.20, 09.08.1941

“Perguntas brasileiras”. *A Manhã*, p.2

MORAES, Vinícius. “Credo e alarme”. *A Manhã*, 09.08.1941, p.5

“O aparecimento d’A Manhã”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 10.08.1941.

“Professores e estudantes”. *A Manhã*. 09.08.1941, p.8

“Educação Física”. *A Manhã*. 09.08.1941, p.9

“A poesia e a guerra”, 09.08.1941, p.4

*A Manhã*, 09.12.1941, p.1

“Correspondência de escritores – Oliveira Vianna e Octavio Amadeo”. *Autores e Livros - suplemento do A Manhã*, Rio de Janeiro, p.155,04.10.1942.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Reingresso em velho tema”, *A Manhã*, 04.01.1942

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Velha Companheira*, *A Manhã*, 02.11.1941,p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O vinhateiro e sua vinha, *A Manhã*, 03.05.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Recado ao poeta”, *A Manhã*, 12.12.1941, p.4

ANDRADE, Carlos Drummond de. *José*, In: Poesias. Ed. José Olympio, 1942

ANDRADE, Carlos Drummond de. Discurso de primavera e algumas sombras/ Carlos Drummond de Andrade; posfácio Sérgio Alcides — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Reflexões sobre França”, *A Manhã*, 17.08.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Os faróis”, *A Manhã*, 30.11.1941, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Surpresas do tempo”, *A Manhã*, 07.09.1941, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. De Gaulle, *A Manhã*, 09.03.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O problema da nossa geração, *A Manhã*, 05.04.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Cultura racista”, *A Manhã*, 24.05.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Esparta e Atenas”, *A Manhã*, 06.09.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Esparta e Atenas”, *A Manhã*, 06.09.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo “Uma grande lição”, *A Manhã*, 20.12.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo “Ser francês”, *A Manhã*, 29.11.1942, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo “Mensagem aos franceses”, *A Manhã*, 25.06.1943, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo I, *A Manhã*, 01.08.1943, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo II, *A Manhã*, 5.08.1943, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo III, *A Manhã*, 26.08.1943, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo II, *A Manhã*, 15.08.1943, p.4

RICARDO, Cassiano. “A hora exata e o caminho certo”, *A Manhã*, 16.11.1941, p.4

RICARDO, Cassiano “Meditação sobre a hora presente” 14.12.1941, p.4

RICARDO, Cassiano. “O mundo de amanhã”, *A Manhã*, 28.12.1941, p.4

RICARDO, Cassiano. “Reflexões brasileiras sobre a guerra”, *A Manhã*, 20.12.1942, p.4

RICARDO, Cassiano. “Vale a pena morrer pela democracia”, *A Manhã*, 26.08. 1941

RICARDO, Cassiano Deus abençoa as fronteiras, *A Manhã*, 18.09.1941, p.4

RICARDO, Cassiano O pai dos extremismos, *A Manhã*, 26.02.1942, p.4

RICARDO, Cassiano A guerra e o Estado nacional, *A Manhã*, 30.05.1943, p.4

RICARDO, Cassiano Notas para a luta contra o fascismo, *A Manhã*, 01.08.1943, p.4

FRANCO, Afonso Arinos de Melo Esplendor e decadência do fascismo II, *A Manhã*, 15.08.1943, p.4

RICARDO, Cassiano. “A hora exata e o caminho certo”, *A Manhã*, 16.11.1941, p.4

RICARDO, Cassiano “Meditação sobre a hora presente” 14.12.1941, p.4

RICARDO, Cassiano. “O mundo de amanhã”, *A Manhã*, 28.12.1941, p.4

RICARDO, Cassiano. “Reflexões brasileiras sobre a guerra”, *A Manhã*, 20.12.1942, p.4

RICARDO, Cassiano. “Vale a pena morrer pela democracia”, *A Manhã*, 26.08. 1941

RICARDO, Cassiano Deus abençoa as fronteiras, *A Manhã*, 18.09.1941, p.4

RICARDO, Cassiano O pai dos extremismos, *A Manhã*, 26.02.1942, p.4

RICARDO, Cassiano A guerra e o Estado nacional, *A Manhã*, 30.05.1943, p.4

RICARDO, Cassiano Notas para a luta contra o fascismo, *A Manhã*, 01.08.1943, p.4

RICARDO, Cassiano, “A guerra e o Estado nacional”, *A Manhã*, 30.05.1943, p.4

RICARDO, Cassiano. “‘A Manhã’ e seu programa”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 09/08/1941.

VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de Estado”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,26/02/1943.

VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de Estado”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,26/02/1943

NNA, Oliveira. “Duas concepções de Estado”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 26/02/1943

VIANNA, Oliveira. “Herrenvolk e seus direitos”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,05/03/1943.

VIANNA, Oliveira. “Herrenvolk e seus direitos”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,05/03/1943

VIANNA, Oliveira. “O conceito de ‘inimigo’ na doutrina nacional-socialista”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,19/03/1943

VIANNA, Oliveira. “*A ilusão da neutralidade*”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,26/03/1943.

VIANNA, Oliveira. “Consciência e inconsciência dos ‘simpatizantes’ da Alemanha”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,09/04/1943.

VIANNA, Oliveira. “Duas concepções de ‘espaço vital’”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,23/04/1943.

VIANNA, Oliveira. “O nazismo e as colônias alemãs no Brasil ”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,30/04/1943.

VIANNA, Oliveira. “O conceito de ‘ariano’ na doutrina nazista”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,07/05/1943.

VIANNA, Oliveira. “O conceito de ‘ariano’ na doutrina nazista”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,07/05/1943.

VIANNA, Oliveira. “Imigração e colonização ontem e hoje”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p.4,07/05/1943.

VIANNA, F. J. O. “O conceito de “ariano” na doutrina nazista” *A Manhã*. 07-05-1943.

SERVA, Mario Pinto. “Réplica ao Sr. Oliveira Vianna”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 06/05/1926.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Discurso de primavera e algumas sombras/ Carlos Drummond de Andrade*; posfácio Sérgio Alcides — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ALVES FILHO, Aluizio. *Fundamentos metodológicos e Ideológicos do Pensamento Político de Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1971.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007

AZEVEDO, Cecília et al.. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas Editora UNICAMP, 1993.

BERSTEIN, Serge. *Culturas políticas e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília et al.. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo. *A Utopia de Oliveira Viana* in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 4, Nº 7, 1991.

DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

1987. *As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas* (Trabalho Completo em CD ROM). IV Encontro Nacional da rede Alfredo de Carvalho. In: IV Encontro Nacional de História da Mídia. *A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura*, 2006, São Luis do Maranhão/MA. *Anais do 4o Encontro Nacional de História da Mídia*. São Luis/MA: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 1. p. 1-13

DUARTE, Carlos Sérgio. *A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942: diplomacia pendular ou hegemonia americana?*. Cadernos do IPRI, no. 2, 1989.

FARIA, Luis de Castro. *Oliveira Vianna de Saquarema a Alameda são Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

- FERREIRA, Jorge. *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- GOMES, Angela de Castro. *Nas malhas do Feitiço; o historiados e o encanto dos arquivos privados*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1998. Vol. 11, Nº21.
- GOMES, Angela de Castro. *A República a História e o IHGB*. Argumentum, Belo Horizonte, 2009.
- GOMES, Angela de Castro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas*. REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005.
- GOMES, Angela de Castro. *Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo*. In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.
- GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. – Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve do século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LONGO, Angelo. *Oliveira Vianna: um saquarema na República*. Niterói: SEEC, 1981.
- MADEIRA, Marcos Almir. *Oliveira Vianna – Vulnerabilidade da crítica*. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro 1999.



- MOTTA, Rodrigo Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: Rodrigo Sá Motta. *Culturas políticas na História: novos estudos*. BH: Argumentum, 2009.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- MOURA, Gerson: *Tio San chega ao Brasil, a penetração cultural americana*. 6º Ed. Editora Brasiliense, 1984.
- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.
- PAXTON, Robert O. *A anatomia do Fascismo*. Trad. Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007
- REIS, D. A.; ROLLAND, D. *Modernidades Alternativas*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- RÉMOND, Rene (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- ROLLEMBERG, Denise (Org.) ; QUADRAT, S. V. (Org.) . *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. Volume II. Europa.. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol.1.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, Rene (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- TORRES, João Batista de Vasconcelos. *Oliveira Vianna: sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

VENANCIO, Giselle Martins. *Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: análise da trajetória de Oliveira Vianna*. (1883-1951), RJ: UFRJ, 2003.

**Sites:**

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

**Hemeroteca Digital Brasileira:** <http://hemerotecadigital.bn.br/>